

Se a pesquisa traz notícias ruins para Moro também não traz notícias boas para Lula, para o PT e para a esquerda em geral. Ela mostra que, apesar das manipulações de Moro, 54% dos entrevistados julgam que a condenação de Lula é justa – mesmo número de abril. Ou seja, as revelações do The Intercept não interferiram na opinião dos que consideram que Lula merece a condenação. Em contrapartida, a avaliação dos que consideram que Lula foi condenado injustamente oscilou de 40% para 42%, dentro da margem de erro. Essa oscilação positiva veio daqueles que não se posicionavam sobre a condenação de Lula.

Estes números mostram a inefetividade da campanha “Lula Livre”, liderada pelo PT, com a participação de outros partidos e movimentos sociais. A rigor, os números que Lula tem a seu favor são dele mesmo e não devem ser considerados como efeito da campanha. Prova disso é que nas pesquisas eleitorais, na pré-campanha de 2018, Lula, já condenado, chegou a alcançar 39% das intenções de voto, número praticamente igual aos que o consideram injustamente condenado.

Qual é o problema da campanha “Lula Livre”? Trata-se de uma campanha que prega para convertidos, não conseguiu se traduzir numa campanha de massas e os atos que promoveu foram basicamente de militantes. Os números do Datafolha e a debilidade das mobilizações deixam os tribunais superiores confortáveis para não rever a condenação de Lula e para mantê-lo preso. Outra condenação em segunda instância poderá ocorrer antes que Lula alcance a liberdade. Os próprios generais e Bolsonaro se sentem à vontade para pressionar pela manutenção da prisão de Lula.

A campanha “Lula Livre” não consegue explicar de forma didática para amplas parcelas da população as injustiças e manipulações incursas na condenação do ex-presidente. Se Lula tem uma posição confortável no Nordeste, convém

considerar que no cômputo geral da pesquisa apenas 51% dos mais pobres consideram sua condenação injusta, contra 49% que a consideram justa. Lula e o PT enfrentam resistências significativas no Centro e Sul do Brasil e há sinais evidentes de que o PT não conseguiu enfrentar até agora o problema da pecha de partido corrupto que pesa sobre seus ombros.

Alegar falta de recursos para fazer a campanha pró-Lula livre não procede. Essa campanha de esclarecimento e convencimento poderia ser feita pelas várias redes sociais disponíveis. Na verdade, o que falta é empenho, capacidade explicativa e didatismo. Uma campanha não se viabiliza apenas com a proclamação de palavras de ordem. Ela precisa também de conteúdo e de capacidade persuasiva pela evidência dos argumentos. Existe uma fartura de materiais e de evidências de que Lula foi condenado injustamente e que Moro e a Lava Jato agiram politicamente, de forma criminosa.

A inefetividade da campanha “Lula Livre” se vincula a um problema mais geral, que é o problema da ausência de uma estratégia do PT e, também, da oposição como um todo. A oposição caminha para colher uma derrota na reforma da previdência. Política não se faz apenas por negação, mas principalmente com afirmação de alternativas. Não é a fúria exasperada da negação que proporciona engajamentos de setores sociais e sim propostas efetivas que vislumbrem uma vida melhor, um futuro melhor. Tal como na campanha “Lula Livre”, na reforma da previdência também está faltando esclarecimento eficiente e didático para a sociedade. Falta explicar quem perde e quanto perde e falta mostrar que privilégios de determinados setores estão sendo mantidos à custa da penalização dos mais pobres.

Além de faltar estratégias, faltam líderes, porta-vozes da oposição. Desta forma, as políticas da oposição aparecem de forma pontual, fragmentada, sem indicar um rumo, um caminho, sem apresentar uma direção. Com a falta de

lideranças, de proposições e de instrumentos organizativos, as lutas sociais também aparecem de forma fragmentada e dispersa.

O campo progressista está deixando passar um momento que lhe é favorável, caracterizado pela perda de popularidade do governo e pela defensiva moral de Sérgio Moro e de outros integrantes da Lava Jato. O que o governo, Bolsonaro e Moro perdem não se traduz em ganhos para o campo progressista. O momento é favorável para se travar uma luta pela mudança da correlação de forças que existe na sociedade. Mas para isto é preciso ter uma estratégia que aglutine as várias lutas dispersas e que confira um sentido geral para estas lutas.

O sociólogo Emir Sader lançou uma boa pista do que poderia vir a ser uma estratégia do campo progressista ao propor formulação da “reconstrução do Brasil”. Talvez uma consigna mais acurada, capaz de conferir unidade e sentido às várias lutas, pudesse ser sintetizada na seguinte fórmula: “Pela reconstrução democrática e social do Brasil”. Esta fórmula poderia abarcar tanto as lutas que são travadas no campo social e popular, quanto aquelas que são travadas no campo institucional; aglutinaria tanto as lutas por reivindicações, quanto a luta por reformas progressistas; poderia fazer frente aos desmandos e desmanches do governo, quanto mobilizaria em favor da manutenção e conquistas de direitos; defenderia o meio ambiente, os povos indígenas, os quilombolas e apresentaria um programa de desenvolvimento econômico e social; lutaria pela soberania nacional e apresentaria uma estratégia integração global e continental do Brasil.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP)

33. Como a esquerda perdeu o bonde da história na reforma da Previdência

No debate sobre como tirar o país do buraco, a aposta errada na narrativa de um golpe que derrubou Dilma, pôs Lula na cadeia, para beneficiar banqueiros e prejudicar pobres e aposentados. Sobrou para a lúcida Tabata

Por

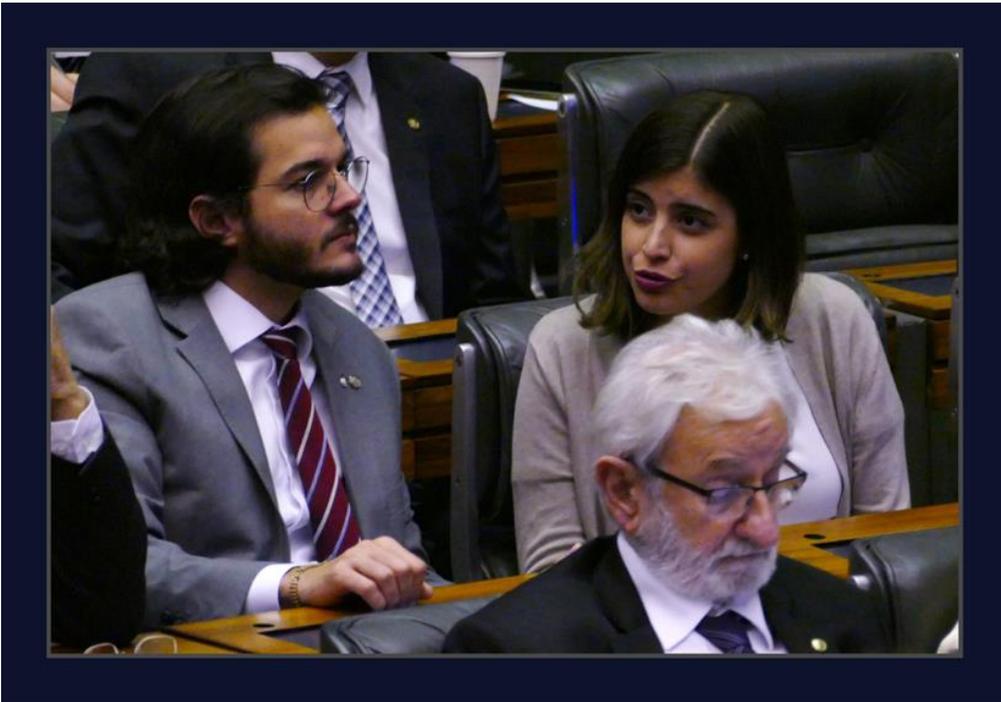
Andrei Meireles

-

julho 11, 2019, 7:00

Por razões variadas, a maré não tem sido boa para as esquerdas em boa parte do mundo. O tombo aqui teve razões de sobra — envolvimento com corrupção, má administração e fadiga de material, entre outras. São muitos os diagnósticos para essa queda. O que mais impressiona, no entanto, é a sua incapacidade de levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima.

Desde que o PT, seu carro-chefe, foi flagrado em uma sucessão de escândalos que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff e na prisão de Lula, as esquerdas se meteram num enrosco até agora sem saída. Os caminhos diferentes na sucessão presidencial, no enfrentamento de um tosco projeto de parte da direita, pareciam sugerir alternativas capazes de virar o jogo.



Tabata

Amaral e o colega de PDT Túlio Gadelha – Foto Orlando Brito

O bate cabeça da porção surrealista do governo Bolsonaro abriu veredas. Em uma delas, a deputada Tabata Amaral estreou na Câmara já como protagonista por simples e certos questionamentos sobre o desvario na Educação, um xodó das esquerdas. Foi o suficiente para os caciques de seu partido, o PDT, quererem lançá-la candidata à Prefeitura de São Paulo. Com a mesma precipitação, nessa quarta-feira (10) Carlos Lupi e outros caciques do PDT ameaçaram expulsá-la e a outros sete deputados do partido por terem votado a favor da reforma da Previdência.

Mesma postura dos donos do PSB em relação a 11 deputados que ignoraram o cabresto e votaram a favor da reforma da Previdência. Isso deu um nó na cabeça de caciques da velha esquerda, que tomaram uma surra histórica. A dificuldade anterior sempre foi, quando o pragmatismo no governo falava mais alto, enquadrar a turma para votar a favor de alguma restrição para as aposentadorias. Nem Lula, no auge de sua popularidade, conseguiu evitar uma dissidência que criou o P-Sol.



Rodrigo

Maia discursa da tribuna do plenário – Foto Orlando Brito

As esquerdas recusaram o tapete estendido por Rodrigo Maia, que tinha o aval de seus governadores, para participarem da construção de um projeto comum, até à revelia de Bolsonaro, para a tirar a Previdência e o país do buraco. Avaliaram o convite como gesto de fraqueza. Cometeram um erro grosso.

O que mais causou impressão nos debates na CCJ, Comissão Especial e Plenário da Câmara foi a perplexidade das esquerdas com o insucesso de um discurso nunca antes fracassado. Estavam acostumados a ligar o piloto automático para falar contra mudanças na previdência. Apostavam no tabu. Até tinham motivos: em abril de 2017, pesquisa Datafolha apurou que 71% dos entrevistados eram contra a reforma da Previdência. Dois anos depois, três meses atrás, 51% continuavam contra. Só na semana passada, o Datafolha constatou uma virada, por pequena margem, 47% a favor e 44% contra.



Nada

disso buliu na narrativa, repetida à exaustão pelo PT e seus aliados, de que um conjunto de forças se uniu para derrubar Dilma Rousseff, com o propósito de tirar Lula do páreo presidencial, e depois derrubar todas as conquistas sociais desde Getúlio Vargas, em prol do capitalismo financeiro internacional. A bola da vez agora é a Previdência.

As esquerdas, à reboque do PT, só sentiram necessidade de argumentos mais consistentes depois de derrotadas. Aí passaram a atribuir o fracasso de sua narrativa a gastos do governo com publicidade e à manipulação da mídia. O povo, mais uma vez, está sendo iludido. Erro zero deles.

Melhor punir a Tabata Amaral.

A conferir.

Comentário [Angelina Peralva](#)

Passando por aqui só para dizer que a votação da reforma da Previdência ainda não terminou; que Rodrigo Maia suspendeu a votação temendo os destaques; que essa não é a primeira reforma da Previdência (conforme

relembra o artigo da Folha); e que, ao que tudo indica, estamos salvos do que teria sido uma derrota praticamente irreversível: o projeto de capitalização integral de Paulo Guedes. E isso não é pouca coisa. Porque significa que, com uma outra correlação de forças, seria (será) possível inverter a lógica em favor de uma proteção dos mais fracos graças a uma reforma tributária que leve em conta um princípio de justiça social.

Comentário PAULO TIMM

A questão central, que parece não ter sido, ainda, absorvida pela esquerda, é que sofremos uma derrota em 2016 e não há hipótese de REVERSÃO rápida. A tarefa passa antes pela ampliação da base de apoio da OPOSIÇÃO, tal como ocorreu em 1955 e 1973. [Aldo Fornazieri](#) tem chamado a atenção sobre isso, Amir Khair tb. - Veja

(1) - A campanha Lula Livre não produz resultados~

<https://www.brasil247.com/blog/a-campanha-lula-livre-nao-produz-resultados?fbclid=IwAR0DEAGkl->

[18b4bduKgfnotWsm6Vv7eZpjtsvcYbo7qoFjhWW0fgx0Zaqk#.XSMuEquT7Q8.facebook](https://www.facebook.com/18b4bduKgfnotWsm6Vv7eZpjtsvcYbo7qoFjhWW0fgx0Zaqk#.XSMuEquT7Q8)

(2) – Cair na real --
https://www.youtube.com/watch?v=v9ORjBgytcQ&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1veVA5saYSAL7jI2aXKcDHkr_S21uN4gZ1I_LVcl9WRNaL_Eobz-i_Rk

(3) https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/aprovacao-da-reforma-sacramenta-momento-de-derrota-da-esquerda.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb&fbclid=IwAR3MUgecgG1ANjK9p4e66KbnPfbnuWxdfTG_pfv9yEyRn8_qP-qSNtO4Go

(4) A ESQUERDA PERDEU O BONDE DA HISTORIA
<https://osdivergentes.com.br/andrei-meireles/como-a-esquerda-perdeu-o-bonde-da-historia-na-reforma-da-previdencia/?fbclid=IwAR1HpbpFthOWyfRr7rEsgjtIFKzMJ6dvnDSKZR2YccSC1KpG69yZ-0dinXA>

34. As lições da derrota, para a luta contra a reforma e Bolsonaro

https://www.causaoperaria.org.br/reforma-da-previdencia/?fbclid=IwAR3G7v_6jDUDy3uh9JeKgZk3bB2hQc3iHw_jWYkqEiNMpwX4w6nPHEhvRZA

[Inscreva-se na Causa Operaria TV](#)

[Receba as notícias pelo celular](#) -

11 DE JULHO DE 2019



O plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem (dia 10), em primeiro turno, o texto principal da proposta da “reforma” da Previdência que vai roubar, estima roubar – até o momento – R\$ 1 trilhão de dezenas de milhões de trabalhadores e acabar – de fato – com o direito à aposentadoria para imensa maioria deles.

Foram 379 votos a favor e 131 contra, superando de longe o mínimo de 308 votos (3/5 dos deputados) necessários para sua aprovação. O texto aprovado foi o substitutivo do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que agora será submetido ao segundo turno de votação. Antes, porém, serão apresentados e

votados 20 destaques que ameaçam promover inúmeras alterações na proposta aprovada, que pode levar à sua desfiguração, o que levou o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), a suspender os trabalhos, de forma repentina, por volta das 21h e anunciar que a votação deve continuar hoje.

Segundo Maia, “logo no primeiro destaque eu entendi que os deputados estavam confusos em relação ao mérito do destaque. Isso significa que se concentrou muito no mérito do texto principal da PEC (proposta de emenda à Constituição) e não se organizou os votos com os parlamentares. O formato de o governo não ter uma articulação maior acaba desorganizando as informações”, anunciou o site da *Folha de S. Paulo* (10/07/19).

O texto representa a maior expropriação dos trabalhadores de uma só vez em todos os tempos. Ele aumenta o tempo para se aposentar, limita o benefício à média de todos os salários, aumenta as alíquotas de

10/07/2019 20:07:27

CÂMARA DOS DEPUTADOS
VOTAÇÃO NOMINAL
PEC Nº 6/2019 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL

PRESIDENTE: MARCOS PEREIRA		HERCULANO PASSOS		PROPª ROSA NEIDE		FILIPE BARROS		DARCISIO PEREIRA	
■ VILSON DA FETAEMO	■ MARCELO CALERO	■ IVAN VALENTE	■ MARCELO CALERO	■ BIA KICIS	■ GIAC OBO	■ DARCISIO PEREIRA	■ FERNANDAMELCHIONI	■ MARCON	■ MARCON
■ WILTON PRADO	■ MARCELO FREIXO	■ JEFFERSON CAMPOS	■ MARCELO FREIXO	■ CELINA LEÃO	■ GLEISS HOFFMANN	■ FERNANDAMELCHIONI	■ FERNANDAMELCHIONI	■ MARCIA	■ MARCIA
■ ZÉ SILVA	■ MÁRCIO LABRE	■ JOICE HASSELMANN	■ MÁRCIO LABRE	■ ERIKA KOKAY	■ GUSTAVO FRUET	■ GIOVANI CHERINI	■ GIOVANI CHERINI	■ MARCELO	■ MARCELO
■ ZÉ VITOR	■ OTONI DE PAULA	■ JÚNIOR BOZZELLA	■ OTONI DE PAULA	■ FLÁVIA ARRUDA	■ HERMESPARIANELLO	■ GIOVANI FELTES	■ GIOVANI FELTES	■ MARCELO	■ MARCELO
■ ESPÍRITO SANTO	■ PAULO GANIME	■ KIM KATAGUIRI	■ PAULO GANIME	■ ISRAEL BATISTA	■ LEAN DRE	■ HEITOR SCHUCH	■ HEITOR SCHUCH	■ MARCELO	■ MARCELO
■ AMARO NETO	■ PAULO RAMOS		■ PAULO RAMOS	■ JULIO GEAR RIBEIR	■ LUCIANO DUCCI	■ HENRIQUE FONTANA	■ HENRIQUE FONTANA	■ MARCELO	■ MARCELO
■ DA VITÓRIA	■ PEDRO PAULO		■ PEDRO PAULO	■ LUIS MIRANDA	■ LUISA CANZIANI	■ JERÔNIMO GOEIRGEN	■ JERÔNIMO GOEIRGEN	■ MARCELO	■ MARCELO
■ DR. SORAYA MANATO	■ PROFESSOR JOZIEL		■ PROFESSOR JOZIEL	■ PAULA BELMONTE	■ LUIZ NISHIMORI	■ LIZIANE BAYER	■ LIZIANE BAYER	■ MARCELO	■ MARCELO
■ EVAIR DE MELO	■ RODRIGO MAIA		■ RODRIGO MAIA	■ GÓIAS	■ LUIZ ZANETTI	■ LUCAS REDECKER	■ LUCAS REDECKER	■ MARCELO	■ MARCELO
■ FELIPE RIGONI	■ ROSANGELA GOMES		■ ROSANGELA GOMES	■ ADRIANO DO BALDY	■ LUIZ ZANETTI	■ MARCELO VAN HATTEM	■ MARCELO VAN HATTEM	■ MARCELO	■ MARCELO
■ HELDER SALOMÃO	■ SORAYA SANTOS		■ SORAYA SANTOS	■ ALCIDES RODRIGUES	■ PAULO MARTINS	■ MARCELO MORZES	■ MARCELO MORZES	■ MARCELO	■ MARCELO
■ LAURINETE	■ SÓSTENESCAVALCANT		■ SÓSTENESCAVALCANT	■ CÉLIO SILVEIRA	■ PEDRO LUPION	■ MÁRCIO BIOLCHI	■ MÁRCIO BIOLCHI	■ MARCELO	■ MARCELO
■ NORMA AYUB	■ TALÍRIA PETRONE		■ TALÍRIA PETRONE	■ DELEGADO WALDIR	■ RICARDO BARROS	■ MARCON	■ MARCON	■ MARCELO	■ MARCELO
■ SERGIO VIDIGAL	■ VINÍCIUS FARAH		■ VINÍCIUS FARAH	■ DR ZACHARIAS CALIL	■ RUBENS BUENO	■ MARIA DO ROSÁRIO	■ MARIA DO ROSÁRIO	■ MARCELO	■ MARCELO
■ TED CONTI	■ Wladimir Garotinho		■ Wladimir Garotinho	■ ELIAS VAZ	■ SARCENTO FAHUR	■ MARLON SANTOS	■ MARLON SANTOS	■ MARCELO	■ MARCELO
■ RIO DE JANEIRO	■ SAO PAULO		■ SAO PAULO	■ FLÁVIA MORAIS	■ SCHLAVINATO	■ MAURÍCIO DZIEK RICK	■ MAURÍCIO DZIEK RICK	■ MARCELO	■ MARCELO
■ ALESSANDRO MOLOM	■ ABOU A NINI		■ ABOU A NINI	■ FRANCISCO JR.	■ SERGIO SOUZA	■ NEREU CRISPIM	■ NEREU CRISPIM	■ MARCELO	■ MARCELO
■ ALEXANDRE SERFIOTIS	■ ADRIANA VENTURA		■ ADRIANA VENTURA	■ GLAUSTIN FOKUS	■ STEPHANES JUNIOR	■ ONYX LORENZONI	■ ONYX LORENZONI	■ MARCELO	■ MARCELO
■ ALMIR CORTES	■ ALENCAR S. BRAGA		■ ALENCAR S. BRAGA	■ JOÃO CAMPOS	■ TONI HOWANDSCHEE	■ PAULO PIMENTA	■ PAULO PIMENTA	■ MARCELO	■ MARCELO
■ AUREO RIBEIRO	■ ALEX MANENTE		■ ALEX MANENTE	■ JOSE MARIO SCHREIN	■ VERA TELHO	■ PEDRO WESTPHALEN	■ PEDRO WESTPHALEN	■ MARCELO	■ MARCELO
■ BENEDITA DA SILVA	■ ALEXANDRE FROTA		■ ALEXANDRE FROTA	■ JOSÉ NELTO	■ ZECA DIRCEU	■ POMPEO DE MATOS	■ POMPEO DE MATOS	■ MARCELO	■ MARCELO
■ CARLOS JORDY	■ ALEXANDRE LEITE		■ ALEXANDRE LEITE	■ LUCAS VERGILIO	■ SANTA CATARINA	■ SANDERSON	■ SANDERSON	■ MARCELO	■ MARCELO
■ CHICO D'ANGELO	■ ALEXANDRE PADILHA		■ ALEXANDRE PADILHA	■ MAGDA MOPATTO	■ ANGELA AMIN	■ SANTINI	■ SANTINI	■ MARCELO	■ MARCELO
■ CHIQUINHO BRAZÃO	■ ALEXIS FONTEYNE		■ ALEXIS FONTEYNE	■ MAJOR VITOR HUGO	■ CARLA AMIN			■ MARCELO	■ MARCELO
■ CHRIS TONNETTO	■ ARLINDO CHINAGLIA		■ ARLINDO CHINAGLIA	■ PROFESSOR ALCIDES	■ CARLOS CHIODINI			■ MARCELO	■ MARCELO
■ CHRISTINO AUREO	■ ARNALDO JARDIM		■ ARNALDO JARDIM	■ RUBENS OTONI	■ CARMEN ZANOTTO			■ MARCELO	■ MARCELO
■ CLARISSA GAROTINHO	■ BALIEIRA ROSSI		■ BALIEIRA ROSSI	■ RUBENS OTONI	■ CAROLINE DE TONI			■ MARCELO	■ MARCELO
■ DANIEL SILVEIRA	■ BRUNA FURLAN		■ BRUNA FURLAN	■ MATO GROSSO DO SUL	■ CELSO MALDANER			■ MARCELO	■ MARCELO
■ DANIELA WAGUINHO	■ CAPITÃO AUGUSTO		■ CAPITÃO AUGUSTO	■ BETO PEREIRA	■ CORNEL ARMANDO			■ MARCELO	■ MARCELO
■ DAVID MIRANDA	■ CARLA ZAMBELLI		■ CARLA ZAMBELLI	■ DAGOBERTO	■ DANIEL FREITAS			■ MARCELO	■ MARCELO
■ DELANTONIO FURTADO	■ CARLOS SAMPAIO		■ CARLOS SAMPAIO	■ DR. LUIZ OVANDO	■ DARCHI DE MATOS			■ MARCELO	■ MARCELO
■ DR. LUIZ ANTONIO JR	■ CARLOS ZARATTINI		■ CARLOS ZARATTINI	■ FÁBIO TRAD	■ FÁBIO DE MATOS			■ MARCELO	■ MARCELO
■ FELICIO LATERÇA	■ CELSO RUSSOMANNO		■ CELSO RUSSOMANNO	■ LOESTER TRUTIS	■ FÁBIO SCHOCHECH			■ MARCELO	■ MARCELO
■ FLORDELIS	■ CEZINHA MADUREIRA		■ CEZINHA MADUREIRA	■ ROSE MODESTO	■ GEOVANIA DE SÁ			■ MARCELO	■ MARCELO
■ GELSON AZEVEDO	■ CORONEL TADEU		■ CORONEL TADEU	■ TEREZA CRISTINA	■ GILSON MARQUES			■ MARCELO	■ MARCELO
■ GLAUBER BRAGA	■ DAVID SOARES		■ DAVID SOARES	■ VANDER LOUBET	■ HÉLIO COSTA			■ MARCELO	■ MARCELO
■ GURGEL	■ EDUARDO CURY		■ EDUARDO CURY	■ PARANÁ	■ HÉLIO COSTA			■ MARCELO	■ MARCELO
■ GUTEMBERG REIS	■ EDUARDO BOLSONARO		■ EDUARDO BOLSONARO	■ ALIEL MACHADO	■ PEDRO UZZAI			■ MARCELO	■ MARCELO
■ HELIO LOPES	■ ELI CORRÊA FILHO		■ ELI CORRÊA FILHO	■ ALINE SLEUTJES	■ RICARDO GUIDI			■ MARCELO	■ MARCELO
■ HUGO LEAL	■ ENRICO MISASI		■ ENRICO MISASI	■ AROLDI MARTINS	■ RODRIGO COELHO			■ MARCELO	■ MARCELO
■ JANDIRA FEGHALI	■ FAUSTO PINATO		■ FAUSTO PINATO	■ BOCA ABERTA	■ ROGÉRIO PENINHA			■ MARCELO	■ MARCELO
■ JORGE BRAZ	■ GENERAL PETERNELLI		■ GENERAL PETERNELLI	■ CHRISTIANE YARED	■ RIO GRANDE DO SUL			■ MARCELO	■ MARCELO
■ JUNINHO DO PNEU	■ GENINHO ZULIANI		■ GENINHO ZULIANI	■ DIEGO GARCIA	■ AFONSO HAMM			■ MARCELO	■ MARCELO
■ LOURIVAL GOMES	■ GILBER TOMASCIENT		■ GILBER TOMASCIENT	■ ENIO VERRI	■ AFONSO MOTTA			■ MARCELO	■ MARCELO
■ LUIZ ANTONIO	■ GUIGA FEXOTO		■ GUIGA FEXOTO	■ VANDRO ROMAN	■ ALCEU MOREIRA			■ MARCELO	■ MARCELO
■ LUIZ LIMA	■ GUILHERME DERRITE		■ GUILHERME DERRITE	■ FELIPEFRANCISCHINI	■ BIBO NUNES			■ MARCELO	■ MARCELO
■ MAJOR FABIANA	■ GUILHERME MUSSI		■ GUILHERME MUSSI		■ BOHN GASS			■ MARCELO	■ MARCELO
					■ CARLOS GOMES			■ MARCELO	■ MARCELO
					■ DANIEL TRZECIAK			■ MARCELO	■ MARCELO
					■ DANFILEI			■ MARCELO	■ MARCELO

RESULTADO

● Sim 379
■ Não 131

TOTAL 510

QUÓRUM 510

contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabelece regras de transição para os atuais assalariados, impondo – por exemplo – uma regra de

transição que vai obrigar os trabalhadores a pagarem um “pedágio” pelo qual terão que trabalhar o dobro do tempo atualmente previsto, 100% a mais.

Apresentado pelo presidente ilegítimo Jair Bolsonaro como “general da reforma”, Maia – eleito presidente da Câmara com apoio de setores da esquerda (como o PCdoB e parte do PT), comemorou:

“eu tô muito feliz, de estar conduzindo essa sessão hoje, principalmente pelo respeito dos deputados da oposição. A boa relação que nós construímos, de respeito entre todos, é que nos permitiu chegar até aqui. Muitas vezes, os nossos líderes são desrespeitados, criticados na imprensa de forma equivocada, mas são esses líderes que estão fazendo as mudanças no Brasil. Junto com os seus deputados. Eu tenho muito orgulho de presidir a Câmara e de ter o respeito de cada um dos deputados”, mostrando o clima – de fato – amistoso em que se processou a aprovação da “reforma” por detrás dos inúteis discursos de setores da oposição que procuravam convencer deputados golpistas a mudarem sua posição.

Os direitistas foram “convencidos”, depois de intensa negociação pela distribuição pelo governo Bolsonaro de mais de R\$ 2,5 bilhões em emendas de parlamentares – apenas nos cinco primeiros dias de julho – garantindo vantagens para os setores mais direitistas que apoiaram a fraude que o elegeu, como os militares e policiais.

A aprovação da “reforma”, foi uma prova cabal do fracasso da política de colaboração e entendimento com os golpistas que derrubaram a presidenta Dilma, que organizaram e apoiaram a criminosa operação lava jato para condenar e prender Lula e outros adversários do regime, para entregar o País para os abutres imperialistas e impor um regime de escravidão sobre os trabalhadores e a juventude.

Evidencia a total inutilidade, também, para a defesa dos interesses dos trabalhadores, da chamada política de “frente ampla”, apregoada por setores da esquerda pequeno burguesa, que buscam um frente com partidos da esquerda burguesa como o PSB, PDT e até o PSDB, de FHC, Serra, Dória e Cia., um dos principais articuladores do golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma e colocou na cadeia o ex-presidente Lula.

Dentre os 29 votos do PSDB, apenas um não foi dado em apoio à reforma.

O PSB, que elegeu três governadores com apoio de Lula e do PT, deu 11 dos seus 32 votos para a aprovação do roubo das aposentadorias. Já o PDT, de Ciro Gomes, teve oito dos seus 27 deputados votando com PSL, DEM e demais partidos a favor da “reforma”.

Outro importante “aliado” dessa esquerda e da burocracia sindical, o deputado “Paulinho da Força” (da Força Sindical), o Solidariedade (SDS), integrante do “centrão”, garantiu 13 dos seus 14 votos pela degola dos trabalhadores.

Diante dessa derrota previsível, reafirma-se a inutilidade da ação parlamentar da esquerda, bem como de todas as ações limitadas às instituições do regime golpista (Congresso, Judiciário etc.), no sentido de barrar a ofensiva que vem dos golpistas.

Não faz sentido insistir nessa política que provocando derrotas atrás de derrotas, como propõe setores da esquerda e da burocracia sindical que insistem na “pressão” individual sobre os deputados e os senadores.

A única arma real, capaz de deter não só a reforma da Previdência, mas a ofensiva de conjunto contra o povo brasileiro por parte do regime golpista é a mobilização dos explorados e de suas organizações de luta, nas ruas.

Essa mobilização tem que superar a política de semear ilusões na ação nas saídas parlamentares e institucionais, ainda mais sem sentido em um regime em que essas instituições estão sob o controle total da direita (ainda que haja divisões entre eles). É preciso ter uma política própria, independente da burguesia. Convocar claramente a mobilização em sintonia com o sentimento cada vez maior da população de rejeição ao governo, apontando uma alternativa real: **derrubar Bolsonaro para derrotar a reforma da Previdência e todos os ataques dos golpistas contra o povo brasileiro; cancelas todas as “reformas” dos golpistas; libertar Lula e todos os presos políticos, anular os processos criminosos da lava jato; convocar novas eleições gerais, com Lula candidato.**

Nesse sentido, é preciso reorganizar as forças, tirar as devidas conclusões dessa derrota, convocar plenárias do ativismo da CUT e dos que – de fato –

querem luta pela derrota do governo e dos seus ataques e- desde já – anunciar a realização de uma nova jornada nacional de lutas, com luta de verdade, com a ocupação de Brasília com um grande ato nacional em agosto, que sirva também para impulsionar a greve geral pela derrota cabal da “reforma”.

35. Atual governo promove regressão civilizatória, escreve Marina Silva

<https://www.poder360.com.br/opinio/governo/atual-governo-promove-regressao-civilizatoria-escreve-marina-silva/?fbclid=IwAR3truybDQUi4-a8A97gGjj4cG7TFDtz9u7Okutf6DRCPK9y6NgmoxyKE>

Política ambiental é alvo de desmonte

Presidente favorece ricos e poderosos

Ideologia anti-humanista e anticientífica

Bolsonaro é desprovido dos mais elementares valores requeridos a um estadista nas democracias ocidentais e dos rudimentos de uma cosmovisão judaico-cristã, diz Marina Silva

MARINA SILVA

08.jul.2019 (segunda-feira) -

Houve um tempo, até o final da década de noventa, em que a estratégia para se obter alguns avanços ou evitar retrocessos – principalmente nas áreas de meio ambiente e direitos humanos – apoiava-se em pressões externas sobre os governantes. Seja na forma de algum tipo de constrangimento político, seja com ameaça de perda de algum benefício político ou econômico.

Com o avanço das negociações multilaterais em torno das agendas dos grandes acordos globais, o Brasil foi ganhando cada vez mais consciência social e ambiental, consistência técnico-científica e governança institucional, o que lhe possibilitou virar o jogo e assumir um novo e relevante papel nos espaços multilaterais de negociação de grandes tratados e acordos, sobretudo na agenda ambiental. Não por acaso, nosso país foi o que mais reduziu perda

de biodiversidade no âmbito da CDB, o primeiro país em desenvolvimento a se comprometer com redução de emissões de CO₂, na Convenção do Clima, e ainda o que mais reduziu emissões de gases de efeito estufa durante a vigência do Protocolo de Quioto, com o plano de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, implementado a partir de 2004.

Criou-se uma cultura política em que a mobilização interna da própria sociedade brasileira para pressionar os governos passou a ser o principal *modus operandi* do nosso ativismo social e ambiental e, com os resultados assim obtidos, o Brasil liderava pelo exemplo e ganhava cada vez protagonismo e destaque. Em lugar de sermos apenas constrangidos e pressionados de fora para dentro, passamos a nos perfilar como agentes propulsores de ganhos relevantes nos fóruns e negociações multilaterais em diferentes frentes: direitos humanos, meio ambiente, defesa da democracia, solidariedade entre os povos como a única forma de construir uma cultura de prosperidade, justiça e paz.

Esse tempo passou, graças aos grandes e inaceitáveis casos de corrupção dos governos do PT, PSDB e seus aliados. Agora temos um triste agravamento dessa situação de descrédito. Com a política anti-ambiental do governo Bolsonaro, o Brasil voltou à mira da pressão externa, resultando num aparente recuo na intenção expressa de extinguir o Ministério do Meio Ambiente e sair do protocolo de Paris. E internamente, até mesmo o agronegócio exportador, sobretudo o que visa o mercado europeu, protestou, com receio de prejuízos certos pela falta de políticas positivas de sustentabilidade ambiental.

Mesmo assim, com alguns recuos suspeitos e inconsistentes, já estaríamos em situação de infeliz retrocesso, dada a clara aversão do governo Bolsonaro à proteção ambiental. Mas chegamos agora a uma situação ainda pior: o que temos hoje em curso no Brasil é uma espécie de regressão civilizatória, caracterizada por argumentos que eram brandidos nos anos 60 e 70 do século passado e depois se revelaram falsos, diante do avanço do conhecimento

sobre o tema, no Brasil e no mundo. Agora essas posturas saem da tumba, como zumbis, e ancorados pelo poder bolsonariano, por interesses menores e por uma assustadora ignorância, assombram todos os avanços obtidos nas últimas décadas.

Não há mais nem o constrangimento ético de falar mentiras e cometer atrocidades contra agendas socioambientais nacionais e multilaterais consolidadas na trajetória diplomática brasileira. Parece não haver sequer conhecimento e competência para avaliar os prejuízos sociais, econômicos e políticos que podemos ter ao desprezar a continuidade e o fortalecimento dessas agendas. Clima, desmatamento, conservação da biodiversidade, respeito aos povos indígenas, direitos humanos, nada disso tem importância para o atual governante brasileiro e seus seguidores (ou gurus do atraso). Tais temas são tratados apenas como “empecilhos ao progresso” e a crítica e a pressão democrática legítima, interna ou externa, são tratadas com arrogância e insensatez.

Por esses dias, o presidente Bolsonaro fez verdadeiros contorcionismos “psicoambientais” na reunião do G20, nas conversas com o presidente francês Macron e a primeira ministra alemã Angela Merkel, para poder lograr a assinatura do acordo de livre-comércio UE-Mercosul. Enquanto isso, o ministro do desmonte ambiental foi ao Acre agredir a memória do líder seringueiro Chico Mendes, atacar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tomando como bode expiatório as reservas extrativistas, modalidade de unidade de conservação ambiental de uso sustentável que assegura o usufruto do território para populações tradicionais. Assim que retornou do Japão, o presidente reuniu-se com a bancada ruralista, para a qual gabou-se de não aceitar pressões externas, destilando desprezo insensato pelos chefes de Estado com quem havia conversado e negociado, repetindo preconceitos com índios e quilombolas e mostrando completa subserviência à parte mais atrasada do agronegócio.

De uma perspectiva política, pode-se dizer que o governo tem a ambição megalomaníaca de inverter o sinal democrático: é ele quem quer pressionar e constranger a sociedade, não o contrário. A pressão da sociedade não apenas é legítima, mas é instrumento basilar da democracia, que gera uma troca virtuosa entre governados e governantes, sendo fundamental para gerar avanços, preservar conquistas, corrigir erros e enfrentar novos desafios.

Pensando de modo específico sobre a política ambiental, já passou o tempo em que o Brasil podia “dar lições” aos demais países, especialmente aos da Europa, que estão renovando suas matrizes energéticas, revendo suas práticas industriais, adaptando suas cidades, investindo na recuperação de seu ambiente e ainda ajudando financeiramente os países que se dispõem a fazer o mesmo –como acontecia, até recentemente, com o Brasil.

O andar da polêmica sobre o Fundo Amazônia, por exemplo, chega agora a um ponto em que é legítimo e assustador interpretar que, em nenhum momento, o governo brasileiro quis rever os termos do acordo com Alemanha e Noruega ou propor nova governança. Na verdade criou um “caso” para chegar ao impasse e, no impasse, impedir que prosseguisse o modelo de desenvolvimento sustentável que o Fundo expressava. É terrível ver delinear-se a intenção real do governo: acabar com o Fundo Amazônia e tudo o que ele significa. Postura coerente, aliás, com a explosão do desmatamento recentemente divulgada, após a desmoralização e desmonte, promovidos pelo próprio governo, dos instrumentos de fiscalização e combate à ilegalidade, sobretudo Ibama e ICMBio.

De uma perspectiva ética, o que vemos, infelizmente, é um presidente que, sem nenhum constrangimento ou um mínimo de pudor republicano, orgulha-se de favorecer aos ricos e poderosos e reserva aos “cidadãos comuns” –como se referiu ao cacique Raoni– um lote de preconceitos, desamor e injustiça. O presidente da República do Brasil demonstra estar desprovido dos mais

elementares valores requeridos a um estadista nas democracias ocidentais e dos rudimentos de uma cosmovisão judaico-cristã que ele tanto diz defender.

Repito, com grande tristeza: o que estamos vivendo no Brasil já não é um retrocesso, nas políticas sociais, de meio ambiente, direitos humanos e convívio institucional democrático e respeitoso com os demais poderes da república e multilateralismo, mas uma incômoda e vertiginosa regressão, observável de todos os pontos de vista que se refiram a valores democráticos.

O que preocupa é o caráter sistêmico dessa política de ruínas, atropelos e o “liberou geral”, forjada nas raias do obscurantismo e da ideologia anti-humanista e anticientífica. Ela sustenta uma visão assombrosa do governo, em que: a proteção ambiental atrapalha o desenvolvimento, radares eletrônicos não diminuem acidentes; conselhos participativos só servem para onerar a máquina pública; multas contra transporte de crianças sem cadeirinha não tem eficácia; extinguir cargos de peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é uma questão de custos; ampliar o acesso às armas vai gerar mais segurança; liberar o uso de agrotóxicos nocivos à saúde e ao meio ambiente é aumentar a produção agrícola; o trabalho precoce na infância é normal e deveria ser liberado.

Por gestos simbólicos, palavras e ações, o governo Bolsonaro ainda defende a pena de morte e a comemora, desqualificando, solenemente, o interdito “não matarás” do cristianismo e do judaísmo, enquanto, paradoxalmente, seus integrantes se arvoram ser os verdadeiros defensores dos judeus e dos cristãos.

Temos um governo com uma linguagem política que beira o gutural, um comportamento arcaico no trato com a sociedade e um relacionamento abusivo com as instituições e um inaceitável fascínio por hegemonizar valores culturais e morais na base da imposição.

A consequência disso tudo é empurrar o Brasil, uma das maiores democracias e economias da América do Sul, para fora do círculo das democracias ocidentais, onde se cultiva –por menos que seja– atributos civilizatórios plasmados ao longo de milhares de anos desde a Antiguidade Clássica, potencializados pela ética cristã que consagra o amor como o princípio central de nossas vidas.

Autores



Marina Silva

Marina Silva, 60 anos, foi candidata à Presidência nas últimas eleições, fundadora da Rede Sustentabilidade, ambientalista, ex-senadora (1995-2011) e ex-ministra do Meio Ambiente (2003-2008).

nota do editor: os textos, fotos, vídeos, tabelas e outros materiais iconográficos publicados no espaço “opinião” não refletem necessariamente o pensamento do Poder360,

sendo de total responsabilidade do(s) autor(es) as informações, juízos de valor e conceitos divulgados.

Recomendadas

[Entenda as regras de transição previstas na reforma da Previdência](#)
[Plenário da Câmara vota o projeto de lei que muda com decreto que flexibiliza produção de cerveja no Brasil](#)
[Governo libera mais R\\$ 177,9 milhões em emendas de congressistas para a saúde](#)
[Bolsonaro agradece Maia pela aprovação da reforma da Previdência](#)

ESQUERDA DERROTADA LINCHA TABATA AMARAL

<https://www.balaidokotscho.com.br/2019/07/11/estupidez-derrotada-por-goleada-esquerda-lincha-jovem-deputada-tabata-amaral/?fbclid=IwAR3pkux4Wqo9DJxyZXxtbDLrFA4uC8IPkBMk6VAAYVX3yaJ6CrYJS0q7mQg>

36. Gisele Bündchen, o revés à imagem internacional de Bolsonaro

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/17/politica/1547745494_831543.html?id_externo_rs_oc=FB_CC&fbclid=IwAR1eIAQwb39dRHu4qcWehwoGQqI2S1jgRml6ihVEBkl6w72R4GSm0Ci0Eu

Modelo escreve carta em resposta a crítica da ministra Tereza Cristina e diz que "maus brasileiros" são as pessoas que desmatam ilegalmente a Amazônia



Gisele Bündchen no Museu Metropolitano de Nova York, em maio de 2018 EDUARDO MUNOZ REUTERS

N. G. GORTÁZAR

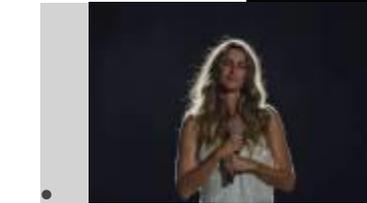
JOANA OLIVEIRA

Brasília / São Paulo 19 JAN 2019 - 03:57 CET

MAIS INFORMAÇÕES



- Sob tensão, Amazônia se curva à linha tênue entre a preservação ambiental e a expansão agrícola



- As lágrimas de Gisele Bündchen no Rock in Rio



- Renca: Temer revoga polêmico decreto que ameaça reservas da Amazônia
-

A imagem do Brasil no mundo depende em grande medida de seus jogadores de futebol, de seus músicos... e de [Gisele Bündchen](#). Esse é um detalhe que preocupa o [Governo Bolsonaro](#). Mas o tiro lhe saiu pela culatra.

A modelo respondeu em tom tão contundente quanto respeitoso, e também com um pingote de ironia, à ministra da Agricultura do novo Governo, que disse numa entrevista nesta semana que Bündchen “não deveria sair [na mídia] criticando o Brasil sem conhecer os fatos”. A top model brasileira respondeu-lhe que “maus brasileiros são os que desmatam”, segundo uma carta dela à ministra Tereza Cristina reproduzida pela *Folha de S.Paulo*, depois de lhe recordar que desde 2006 está ativamente envolvida na defesa ambiental e já visitou a Amazônia em várias ocasiões. A ministra também havia dito que Bündchen, embaixadora honorária da ONU para o [Meio Ambiente](#), não deveria falar de desmatamento porque isso “reverbera” no mundo, e os que fazem isso são “maus brasileiros”.

Gisele Bündchen não é uma ambientalista de ocasião. Há 12 anos utiliza sua plataforma de seguidores – cinco milhões de pessoas em todo o mundo – para apoiar causas de preservação ambiental e pressionar o Governo brasileiro a implementar ou alterar políticas nesse sentido. Em mais de uma ocasião, enviou mensagens diretamente aos presidentes da República sobre a conservação de zonas protegidas, sobretudo na [Amazônia](#).

No ano passado, por exemplo, abriu o festival de música Rock in Rio lançando o projeto Believe Earth/Amazonia Live [e pronunciou, às lágrimas, um discurso](#) que levou a multidão a gritar “Fora Temer”. “Sonho com o dia em que encontraremos o equilíbrio entre o ter e o ser... o desfrutar e o preservar. Sonho com o dia em que viveremos em harmonia, em total harmonia, com a mãe Terra (...). Cada um tem um impacto neste mundo, só temos que decidir qual impacto queremos ter”, disse na ocasião.

O presidente Jair Bolsonaro irritou os ambientalistas ao entregar a pasta da Agricultura a [Tereza Cristina Dias](#), ex-deputada federal e líder informal da

poderosa bancada ruralista no Congresso. Esse setor e os ambientalistas travam uma duríssima batalha que é onipresente na política do Brasil.

A modelo, que vive nos Estados Unidos apesar de ter nascido e crescido no interior do Brasil, recordou à ministra os últimos dados oficiais sobre desmatamento, “amplamente divulgados pela imprensa”. “O [desmatamento na Amazônia](#) cresceu mais de 13% em 2018, o que representa o pior dado em uma década”, observou ela.

“Valorizo muito o papel tão importante que a agricultura e os agricultores têm para nosso país”, escreveu, “mas acredito que a produção agropecuária e a conservação ambiental precisam caminhar juntas, para que nosso desenvolvimento possa ser sustentável”.

Nas redes sociais, Gisele se tornou uma poderosa aliada das ONGs, sempre se posicionando quando são debatidos projetos ou leis que possam causar danos à maior floresta do mundo. Também em 2017, quando o Governo Temer pretendia aprovar um projeto de mineração na floresta amazônica, pondo em risco zonas protegidas da mata e comunidades indígenas, a modelo publicou no Twitter: “Que vergonha! Estão leiloando nossa Amazônia! Não podemos destruir nossas áreas protegidas em favor de interesses privados”. Pouco depois, Gisele mencionou diretamente o presidente para se queixar da redução de Jamanxim, que perderia 600.000 hectares por meio de uma medida proposta pelo Governo. “@MichelTemer, veto às propostas que ameaçam 600k de hectares de área protegida na Amazônia brasileira”, protestou em quatro tuítes, dois em português e dois em inglês.

Naquela ocasião, [Michel Temer](#) não resistiu à perseguição das ONGs e dos ambientalistas e decidiu anular as medidas. Além disso, para o presidente menos popular da história do Brasil não era interessante se indispor com a personalidade mais famosa do país, uma mulher poderosa, rica, bela e ainda por cima preocupada com o presente e o futuro do planeta. Resta ver se o

poder e a influência da Gisele ambientalista terão algum efeito sobre as políticas do Governo liderado pelo ultradireitista Bolsonaro.

A modelo escreve à ministra num tom elegante. Encabeça sua carta com um “Excelentíssima Senhora Ministra de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina”. Todos no Brasil conhecem a ministra, como a modelo, por seu prenome. E a fecha no mesmo tom. “Com respeito, Gisele Bündchen”.

Adere a  The Trust Project

37. Fritou hambúrguer. Ah, bom Milton Saldanha - Jornal Dance

FB12 JULHO

Macaco José Simão, meu filósofo preferido, eu quero ouvi-lo. Vamos esquecer, por um momento, que Eduardo Bolsonaro é filho do homem. Sim, do homem que prometia que não haveria toma lá da cá, mas não foi o que se acabou de ver na Câmara dos Deputados. Do homem que não praticaria nepotismo, só haveria nomeações com critérios técnicos. Esqueçamos tudo isso por alguns minutos. Para focar só num ponto, perguntando: o moço tem bagagem intelectual, educação formal e experiência para representar o Brasil diplomaticamente na maior nação do mundo? Não estamos falando de Andorra, nem do Lesoto. Ah, ele fala inglês e viajou. Taokey, um monte de gente também. Mas só isso não credencia ninguém a ser embaixador em país algum, muito menos nos Estados Unidos. Como não credencia o filho do presidente. Além disso, cabe perguntar a que nível de inglês se refere, visto que nem o português eles conseguem falar e escrever dentro das regras gramaticais. Fritou hambúrguer no frio do Maine e no frio do Colorado. Caramba, que puta experiência! Chega a ser comovente. Realmente, quem entende de hambúrguer sabe tudo sobre os Estados Unidos. Com queijo ou sem queijo? Ah, ele é amigo dos filhos do Trump. Essa seria de fazer gargalhar se não fosse trágica. O filho do homem, transformado em embaixador, porque é amigo dos filhos do outro homem. Fechem o Instituto Rio Branco. Fechem o Itamarati. Dispensem todos os embaixadores de carreira. Um marmanjo que usa bonezinho pela reeleição do Trump, como se fosse um torcedor de futebol num estádio, só por este gesto típico de um simplório já mostra suas anti-credenciais para nunca ocupar um posto tão relevante no quadro da diplomacia brasileira. É inaceitável. Se acontecer, será uma vergonha.

38. O perigo de que o Brasil considere normal sua atual crise política

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/10/politica/1562775028_436422.html?id_externo_rs_oc=FB_CC&fbclid=IwAR1NQLLC4ZFyMVf5_2m2JESdUrXHh89FgBbmOLf25NYDTaN11TBdrVIURJ_Y

Nada pode ser pior para um país do que quando se acostuma a não perceber que há algo de podre dentro dos palácios do poder

JUAN ARIAS - 11 JUL 2019 - 13:05 CEST

O dramaturgo e poeta [Bertolt Brecht](#), conhecido por sua famosa frase: “Tristes os povos que precisam de heróis”, escreveu também algo que pode ser de atualidade no Brasil convulsionado de hoje: “Suplicamos expressamente”, escreve, “que não aceitem o que é de hábito, como algo normal, porque em tempos de desordem, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer normal”.

O colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, [Leandro Colon](#), em seu artigo “[É sério isso?](#)”, também lançou o alerta de Brecht. Critica que podemos tomar, por exemplo, como jocosas as afirmações do presidente de extrema direita, [Jair Messias Bolsonaro](#), quando na verdade elas implicam uma realidade grave e perigosa. E destaca dois exemplos de dias atrás, quando o presidente perguntou sobre a [morte do músico João Gilberto](#), chorado dentro e fora do Brasil, tudo o que lhe ocorreu comentar foi: “Pessoa conhecida. Nossas condolências à família, tá ok?”. E em relação às críticas feitas por alguns chefes de Estado europeus sobre a política do presidente sobre a Amazônia, limitou-se a dizer: “O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”.

MAIS INFORMAÇÕES



- [JUAN ARIAS | Defesa do trabalho infantil, a última loucura do presidente](#)



- [Maracanã quebra recorde de renda na final da Copa América e vaia Bolsonaro](#)



- [Pesquisa Datafolha aponta para país dividido e aumento da reprovação a Bolsonaro](#)

O que melhor retrata essa realidade, não só política, mas também psiquiátrica de Bolsonaro, que corre o perigo de ser tomada como normal, é a análise publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* por Marcelo Godoy, sobre a importância que o presidente dá em seus *lives* diários nas redes às questões mais graves que angustiam o Brasil. Durante 9 horas e 26 minutos Bolsonaro falou à nação sobre 50 assuntos diferentes. O que surpreende é a importância hierárquica que concedeu a esses problemas, algo que pareceria mais uma piada do que uma realidade.

Alguns exemplos desse estudo revelam que não estamos diante de uma realidade normal, já que a importância dos problemas que hoje afligem o país privilegia os mais esquecidos e insignificantes, enquanto questões menores atraem as simpatias do presidente. Dos 50 assuntos analisados pelo presidente, sabem quais foram os três mais importantes? Talvez a [educação](#), a saúde, o desemprego de 14 milhões de pessoas, o meio ambiente, as questões sociais mais urgentes como a falta de moradia, a pobreza que retorna ao Brasil? Não. Os assuntos que aparecem nos três primeiros lugares de suas preocupações são: a pesca, a [Internet](#) e as armas, enquanto o desemprego

está em 44º lugar, a moradia em 47º, a educação em 22º, a saúde em 20º e o meio ambiente em 19º. O tema candente da aprovação da [reforma da previdência](#) que mantém o país em suspense e apreensivo porque sem sua aprovação o futuro econômico do Brasil se mostra trágico, próximo da bancarrota, aparece apenas no 24º lugar de sua atenção.

Além disso, no dia 4 foi aprovado, depois de semanas de dura discussão, o documento da Comissão da reforma da previdência para passar agora à aprovação em dois turnos pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado. Sabem quanto tempo o presidente dedicou para comentar essa data tão importante? Nem um segundo. Ele a esqueceu em seu *live*. Falou, isso sim, de seu assunto favorito: a pesca.

Se, como alertou Brecht anos atrás, pode acabar trágico “aceitar como normal” o que na realidade são tempos de “confusão organizada, arbitrariedade consciente e humanidade desumanizada”, o Brasil pode estar no caminho desse perigo ao aceitar como normal atitudes do presidente que não apenas confundem como podem imunizar e cegar uma sociedade em crise como a brasileira.

Outro grande dramaturgo do passado, [William Shakespeare](#), nos deixou em sua obra *Hamlet* a misteriosa frase “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. Traduzida livremente a hoje e conectando-a com as palavras de Brecht, poderíamos dizer que também há algo de podre nessa presidência de extrema direita brasileira se para seu presidente são mais importantes, por exemplo, a pesca e as armas do que a educação, o desemprego e a saúde das pessoas. E nada pode ser pior para um país do que quando se acostuma a não perceber que há algo de podre dentro dos palácios do poder.

E para terminar esta coluna em uma nota feliz, ontem eu encontrei na televisão o querido filme *Sempre ao Seu Lado*, de Lasse Hallström, com Richard Gere e Sarah Roemer, que conta a história real do cão Hachico, que ia todos os dias à estação onde seu dono, Hidesaburo, professor de Agricultura da Universidade de Tóquio, tomava o trem. Quando era vivo, seu cão o acompanhava todos os

dias à estação e esperava por ele na hora de seu retorno. Uma vez morto seu dono, Hachico continuou indo à estação para esperá-lo durante nove anos e dez meses. Ali ficou doente e morreu esperando em vão por seu dono. No filme, alguém pronuncia uma frase que me ficou gravada e que voltou à memória ao escrever esta coluna: “Deus deixa cartas espalhadas nas ruas e praças da cidade”. Gostaria de perguntar aos leitores o que diriam essas cartas de Deus se fossem deixadas hoje nas ruas do Brasil. Podem adivinhar?

Adere a  The Trust Project

39. Uma “potência acorrentada”

Está em marcha o “Projeto Dominionum”: Bolsonaro & Guedes minam liderança regional do Brasil para transformá-lo em protetorado dos EUA. Superar esse destino exigirá um projeto de longo prazo de país — e que a sociedade volte a caminhar por si

por [José Luís Fiori](#)

Publicado 12/07/2019 às 13:59 - Atualizado 12/07/2019 às 15:39

Por **José Luís Fiori** | Imagem: **Jean-Baptiste Debret**

Em qualquer momento da história é possível acovardar-se e submeter-se, mas, atenção, porque o preço das humilhações será cada vez maior e insuportável para a sociedade brasileira.

J.L.F. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 277.

Fatos são fatos: na segunda década do século XXI, o Brasil ainda é o país mais industrializado da América Latina e é a oitava maior economia do mundo; possui um Estado centralizado, uma sociedade altamente urbanizada e é o principal player internacional do continente sul-americano. E apesar de sua situação atual, absolutamente desastrosa, segue sendo um dos países com

maior potencial pela frente, se tomarmos em conta seu território, sua população e sua dotação de recursos estratégicos.

Mais do que isto: goste-se ou não, entre 2003 e 2014, o Brasil teve uma política externa que procurou aumentar seus “graus de soberania” frente às “grandes potências” e dentro do sistema internacional como um todo, através de alianças estabelecidas fora do continente americano, sobretudo no caso da criação do grupo econômico do BRICS, obedecendo a uma estratégia internacional de longo prazo, definida e exposta em documentos oficiais que foram aprovados pelo Congresso Nacional.[1] Seu objetivo explícito era aumentar e projetar a influência diplomática e o poder político e econômico do Brasil no seu “entorno estratégico”, incluindo América do Sul, África Subsaariana Ocidental, Antártida e a própria Bacia do Atlântico Sul.

O Brasil já havia ingressado no pequeno grupo dos Estados e economias nacionais que exercem liderança dentro de suas próprias regiões, e era necessário começar a atuar como uma potência em ascensão, porque dentro deste grupo existe uma lei de ferro: “quem não sobe, cai”. Por isso mesmo, já naquele momento, o país começou a experimentar as consequências de sua nova postura, ingressando num novo patamar de competição, cada vez mais feroz, com países que lutam entre si permanentemente para galgar novas posições na hierarquia do poder e da riqueza mundial.

Este foi um momento crucial da história recente do Brasil: para seguir em frente e aproveitar aquela oportunidade estratégica, era indispensável a consolidação de uma coalizão de poder interna, sólida, homogênea e decidida, com capacidade efetiva de aproveitar as brechas e avançar com decisão nos momentos oportunos. Havia que olhar para a frente e pensar grande, para não se amedrontar nem ser atropelado pelos concorrentes e pela própria história. Mas em todo momento as portas sempre estiveram abertas, e sempre foi possível acovardar-se e recuar, apesar de que o preço do recuo fosse cada vez maior.

Foi exatamente isto que aconteceu: uma parte da elite civil e militar, e da própria sociedade brasileira, decidiu recuar e pagar o preço de sua decisão. Optaram pelo caminho do Golpe de Estado, e depois redobraram sua aposta, numa coalizão formada às pressas, que culminou com a instalação de um

governo “paramilitar” e de extrema-direita, que neste momento está se propondo a mudar radicalmente o rumo da política externa do Brasil, com o abandono de algumas posições tradicionais do Itamaraty e a denúncia raivosa da política externa seguida pelo país entre 2003 e 2014. Tudo isso em nome de uma cruzada contra uma espécie de ectoplasma que eles chamam de “marxismo cultural”, que foi inventado pela ultradireita norte-americana; e em nome da “salvação da civilização judaico-cristã”, segundo o novo chanceler brasileiro, que acumula asneiras diárias que são objeto da risota mundial.

Foi assim que, logo de partida, o novo governo apoiou a intervenção militar na Venezuela, que havia sido anunciada pelos Estados Unidos, que acabou se transformando numa “invasão humanitária” e um gigantesco fracasso, representando uma humilhação para o Itamaraty. Este acabou sendo aliado – pela primeira vez na história da América do Sul – de uma negociação fundamental para o continente, que foi realizada na Noruega, entre o governo e a oposição venezuelanos. Simultaneamente, o novo governo se propõe a levar à frente, de forma rápida e atabalhoada, uma desmontagem “selvagem” – do tipo que foi feita na Rússia dos anos 1990 – de todos os principais instrumentos estatais de proteção e defesa da população, do território e dos recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros.

Existe, no entanto, uma coisa que chama a atenção no meio da balbúrdia: o fato de que não exista ninguém dentro desse novo governo que consiga dizer minimamente qual é o seu projeto para o Brasil! Qual é, afinal, seu objetivo para o país, no médio e longo prazo? O núcleo central do governo simplesmente não fala, nem pensa, só agride e repete frases de efeito. Os militares aposentados que estão no governo – da chamada “geração Haiti” – dão murros, esbravejam, ficam apopléticos, e quando falam, os que falam, costumam dizer coisas desconexas e inoportunas. Os religiosos fundamentalistas recitam versículos bíblicos, e parece que vivem cegados por suas obsessões sexuais. Os juízes e procuradores que participaram do golpe de estado e da “operação Bolsonaro”, parece que só falam entre si e com seus tutores norte-americanos, não conseguindo enxergar um palmo além do seu nariz provinciano. E, por fim, os financistas e tecnocratas de Chicago, amigos do ministro da Economia, não conhecem o Brasil nem os brasileiros, e parecem robôs de uma ideia só. Mesmo assim, é possível deduzir o que está na cabeça daqueles que efetivamente financiaram e seguem tutelando esse verdadeiro

bando de indigentes mentais, a partir dos artigos e manifestações que aparecem nos seus jornais e revistas periódicas.

Durante a República Velha, as oligarquias agrárias e as elites financeiras brasileiras sempre admiraram e invejaram o sucesso do modelo “primário-exportador” argentino de integração com a economia inglesa, bem-sucedido durante a segunda metade do século XIX. E mesmo depois da crise de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, muitas lideranças políticas e empresariais, e muitos economistas, como Eugenio Gudin, seguiram defendendo esse modelo para o Brasil, mesmo quando a Argentina já tivesse entrado em crise e iniciado seu longo declínio, que chega até nossos dias. Basta dizer que, em pleno período desenvolvimentista, Roberto Campos, que foi presidente do BNDES e ministro do governo militar de 1964, chegou a dizer em algum momento que seu sonho seria fazer do Brasil um grande Canadá. O mesmo sonho que ainda embala a cabeça dos empresários e banqueiros que financiaram e que ainda sustentam o Sr. Guedes dentro do governo do capitão Bolsonaro. Sua proposta e sua agenda foram sempre as mesmas, e seguem sendo repetidas como uma ladainha religiosa: é necessário abrir, desregular, privatizar e desindustrializar a economia brasileira, para radicalizar o velho modelo argentino e alcançar um novo estatuto nas relações do Brasil com os Estados Unidos e com a União Europeia. Um estatuto parecido com o dos velhos Domínios da Grã-Bretanha, como foi o caso exatamente do Canadá, mas também da Austrália e da Nova Zelândia, até avançado século XX. Territórios que gozavam de uma condição diferente das demais colônias britânicas, porque mantinham seus governos e sua vida política interna autônomas, mas tinham sua economia, sua defesa e sua política externa controladas pela Inglaterra.

Este é hoje, sem dúvida, o projeto e a utopia dos segmentos da elite econômica brasileira que decidiram apostar seu futuro neste governo, que já se transformou numa verdadeira excrecência histórica. Um projeto que não é “teoricamente” impossível, mas que enfrentaria grandes obstáculos reais, situados dentro e fora do país. O Brasil é um país continental, com uma população desigual e muitas vezes superior a dos velhos domínios britânicos, com uma economia muito mais desenvolvida e heterogênea, e com grupos de interesse poderosos e que serão literalmente destruídos, caso avance este projeto ultraliberal. Por outro lado, os Estados Unidos praticam uma política econômica altamente protecionista e não se submeterão jamais a nenhum tipo

de acordo que prejudique seus “interesses estratégicos”. Muito menos ainda, assumiriam a responsabilidade da tutela econômica de um país com as dimensões do Brasil, sob um governo absolutamente caótico, e com uma economia agroexportadora que compete com a americana e, em particular, com os grupos do meio-oeste que foram essenciais para a vitória eleitoral de Donald Trump.

Há ainda outra dimensão desse “Projeto Dominionum”: a troca da condição de aliado militar regional, que o Brasil sempre ocupou no século XX, pela condição de “protetorado militar” dos Estados Unidos: um território autônomo que abre mão de ter sua própria política de defesa e de segurança nacional, em troca da proteção militar de um Estado mais forte, neste caso, dos Estados Unidos. Aceitou obrigações que podem variar muito, dependendo da natureza do seu relacionamento com seu protetor, e também de sua localização geográfica e geopolítica dentro do sistema internacional. Isto já aconteceu, de certa forma, no caso da participação brasileira, ao lado dos Estados Unidos, na invasão de Santo Domingo, em 1964. Mas em nenhum momento do século passado soldados brasileiros ocuparam posições na hierarquia interna de um comando militar regional dos Estados Unidos, como estão se propondo fazer neste momento. Nem tampouco, no século passado, sequer cogitou-se a abertura de bases militares estrangeiras no território brasileiro. Nesse sentido, existe uma grande diferença que precisa ser sublinhada, porque o projeto econômico do Dominionum tropeça com obstáculos materiais e interesses de grupos que são reais e muito pesados.

O projeto do “protetorado militar” é perfeitamente viável do ponto de vista material e conta com a simpatia das Forças Armadas norte-americanas; depende, no entanto, de uma decisão soberana da sociedade e do Estado brasileiro, e não apenas das Forças Armadas. E tal decisão tem limites jurídicos e morais, políticos e constitucionais, até porque quem financia a existência das Forças Armadas é o povo brasileiro, com o objetivo de que cuide de sua soberania, nos termos da sua Constituição. Não cabe moralmente a um governo, por mais direitista que seja, exigir que suas Forças Armadas se submetam ao comando de outro Estado que não seja o brasileiro.

Em síntese, do ponto de vista econômico, se o Brasil levar à frente, a “ferro e fogo”, este seu projeto de autotransformação num Dominionum [2], deverá

destruir quase tudo que foi feito nos últimos 90 anos da história da industrialização brasileira – com a participação decisiva dos militares do passado – e deverá se transformar numa “periferia de luxo” das grandes potências, garantindo-lhes o fornecimento de alimentos, de minerais estratégicos e de petróleo, além de suas reservas biológicas da Amazônia. Mas se além disto, o atual governo também levar à frente o seu projeto de “protetorado militar”, estará acorrentando a nação e submetendo as suas Forças Armadas, e o seu próprio povo, à humilhação de bater continência para a bandeira de outro povo, e de outro estado nacional. Uma traição que deixará sua marca na história do Brasil, causando um dano irreparável à autoestima do povo brasileiro, a menos que ele se levante e volte a caminhar com suas próprias pernas. Mas quando esta hora chegar, será fundamental que se tomem algumas decisões fundamentais, e que se tenha em mente um novo projeto de longo prazo país, um projeto capaz de se sustentar com seus próprios apoios internos, sem recuar nem esmorecer. Lembrando sempre que todos os povos que conseguiram superar grandes catástrofes, para chegar a ser grandes nações tiveram primeiro que desacorrentar suas próprias mãos, e assumir o controle de sua soberania, para poder definir seus objetivos e construir o seu próprio futuro.

[1] O Plano Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovados pelo Congresso Nacional em 2005 e 2008, respectivamente.

[2] Como parece ser o caso, depois da assinatura do Acordo do Mercosul com a União Europeia, que ocorreu no momento exato em que já tínhamos concluído este artigo. Mas os primeiros cálculos já indicam como consequência de um acordo feito por um governo desqualificado internacionalmente, uma queda de 7% da participação industrial no produto nacional, junto com a criação de mais 3 milhões de desempregados, nos próximos quatro ou cinco anos.

Divulgação www.desenvolvimentistas.com.br

Renato Janine Ribeiro

23 h .

Tenho sido simpático à deputada Tabata Amaral, várias vezes, aqui no Facebook e fora dele. Contudo, seu artigo de hoje na Folha, “A ousadia de ir além das amarras ideológicas” – que posto em link abaixo – me parece conter vários equívocos. Primeiro, ela constrói uma oposição entre uma estrutura velha, que “já não representa[...] de fato a sociedade, mas somente alguns de seus nichos”, e um grupo pequeno, que seria antes de mais nada composto por ela mesma e o terço de deputados que, no PDT e PSB, votaram em favor da reforma da Previdência. Como diferencial entre o moderno e o arcaico, a reforma da Previdência, mesmo depois que o relator tirou os bodes da sala, esse é um mau exemplo. Haveria muitos outros pontos melhores para atualizar as inteligências, os projetos, do que este. Por isso, tomar o caso da Previdência “como de fato a única tentativa da centro-esquerda de se renovar”, à qual “os partidos estão virando as costas”, é pouco. Melhor seria renová-los a partir do debate sobre o conjunto das políticas sociais, com as quais, de fato, Tabata se preocupa. Segundo, dizer-se livre das ideologias e acusar os outros de ideólogos é uma visão bastante errada do que é ideologia. Sejamos claros: toda vez que há oposição de valores, há oposição de ideologias. E a política, a melhor política, se dá justamente quando o que se opõem são valores, portanto, ideologias! Digo há vinte anos: é péssimo escolher entre candidatos porque um seria ladrão e outro, honesto, ou porque um seria competente e outro, não. Ser honesto e ser competente é mera obrigação. Mas haverá honestos e competentes que defendem valores, isto é, ideologias diferentes. Basicamente, nas democracias, se opõem uma ideologia liberal e uma social ou socialista. Socialismo não quer mais dizer abolição da propriedade privada dos meios de produção (que era a vertente marxista e depois comunista do projeto socialista), mas uma preocupação intensa com os valores da cooperação e da igualdade. Tabata, que passou anos gastando quatro horas por dia de condução entre a Vila Missionária e o colégio Etapa, deve saber bem dessa importância. Pois se trata de um valor, de uma ideologia. Liberalismo, fora do Brasil, quer dizer igualdade de oportunidades. É a igualdade no ponto de partida (o socialista preza mais a igualdade no ponto de chegada). O ambiente start-up, a visão empresarial moderna de Lehmann estão neste universo. É uma ideologia legítima e positiva, isto é, desde que se distinga claramente do pseudo-liberalismo dominante no Brasil, que chama de meritocracia a transmissão hereditária do poder e do dinheiro, bem como a substituição do poder do Estado democraticamente eleito pelo das Igrejas, do preconceito e da riqueza. Penso que Tabata está na vertente mais moderna, mais democrática do liberalismo, a muitas léguas da caricatura que denunciei. Mas isso não justifica, conceitualmente, reservar o nome de ideologia a quem discorda dela, ou melhor, da sua. Terceiro ponto: dizer que ela e seus próximos querem dialogar com a sociedade, mas a “extrema-esquerda” não o quer, é mais um equívoco. Começando, o que é extrema-esquerda no Brasil? O PCO? Certamente não é o PSOL e, menos ainda, o PT ou Ciro Gomes. Tenho sempre exposto minhas críticas à dificuldade dos internautas petistas em lidar com o mundo que está aí, e até posso concordar com ela que lhes falta alguma percepção, mas só em parte. Porque não existe “a sociedade” com a qual só um pequeno grupo – os dissidentes, como Tabata, do PDT e PSB – dialogaria.

A sociedade é pulverizada e, como já disseram multidões antes de mim, no Brasil padece de uma falta grande de organicidade. Em meu livro “A sociedade contra o social”, incluí um artigo que já lá vai pelos seus trinta anos, e no qual comento como “a sociedade”, no Brasil, é um termo apropriado sobretudo pelos mais abonados. (Para os pobres, deixava-se, como migalha, como esmola, “o social”: assistência, serviço, política social, entendidas como pouco mais do que cestas básicas nas horas de seca ou de tempestade – no Brasil, os pobres foram jogados lá onde há água demais ou de menos). Desde então, melhoraram as coisas, um tanto com FHC, Vilmar Farias e Ruth Cardoso, um muito com Lula e Dilma, mas sempre graças a políticas sociais que, agora, estão sendo destruídas. Finalmente: a análise de que hoje as questões principais dizem respeito ao confronto do “funcionamento dos partidos políticos no presidencialismo e o processo de renovação da política brasileira”, ou à existência de “presidencialismo, multipartidarismo e federação”, me parece um último equívoco.

Seria melhor dizer que o tão atacado presidencialismo de coalizão combina duas exigências fortíssimas da população brasileira: eleger pelo voto direto um presidente poderoso, que foi escolhido com mais convicção do que se dá à maior parte dos deputados (sendo que Tabata aqui é uma exceção, porque o voto nela foi convicto, bem mais do que naqueles cujos nomes o eleitor esquece no dia seguinte), e ao mesmo tempo assegurar a representação proporcional de todos os partidos. Essas duas exigências quase antagônicas exigem do presidente um esforço danado para formar maiorias. Não por acaso, dos presidentes eleitos desde 1989 metade conseguiu compor maiorias, porque eram praticamente super-homens, FHC e Lula, e metade não conseguiu e foi afastada por impeachment. Como neste ponto Tabata foi muito rápida, não dá para entender bem o que ela quer, a não ser o evidente, isto é, que os partidos escutem mais o povo. Mas isso não quer dizer que o povo vá apoiá-la. Basta ver os comentários ao artigo dela que menciono: maioria significativa contra ela; ou os comentários a seus últimos posts em sua página: maioria esmagadora de críticas. Não quero, com isso, demolir sua imagem, que continuo respeitando. Mas penso que ela errou ao sair da sua praia, que é a melhora da educação, assunto sobre o qual conhece muitos dados e tem evidências, e entrar num assunto espinhoso e, desculpem-me, que ela conhece menos e no qual sua posição foi, aqui me permito dizer, mais baseada em ideologias do que em pesquisas.

Terminando: pretendo que esta crítica seja uma contribuição ao debate público da política brasileira. Quem quiser utilizar este espaço para não pensar em nada do que foi dito, e apenas insultar Tabata, recomendo que use sua própria página no Face, não a minha.

40. A OUSADIA DE IR ALÉM DAS AMARRAS IDEOLÓGICAS Tabata Amaral

https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tabata-amaral/2019/07/a-ousadia-de-ir-alem-das-amarras-ideologicas.shtml?fbclid=IwAR1ienCzLgW4YRdOZeUgRTprlmaS-TX5H6aou_Q5txdl_Mu7NLCqEO86w90

41. A fábrica brasileira de novos políticos

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/07/politica/1562500503_401572.html?id_externo_rs=FB_CC&fbclid=IwAR0KuQoUQ4CWNXBSmMfG34Os0R5aOtgVrXAcBswTXOnu5gsMcdvQi9R2k00

34 parlamentares foram patrocinados e formados por grupos financiados por doadores que prometem renovação. Tabata Amaral, a última sensação política, é uma experiência



A deputada Tabata Amaral, de 25 anos e graduada em Harvard, em uma foto de março. CLEIA VIANA CÂMARA DOS DEPUTADOS

NAIARA GALARRAGA GORTÁZAR

- [Twitter](#)

São Paulo 8 JUL 2019 - 02:35 CEST

MAIS INFORMAÇÕES



- A jovem deputada que jogou contra as cordas o ministro da Educação e sua "lista de desejos"



- As 'outras' Marielles que o Rio elegeu



- “Quando dizem que Marielle virou semente, é muito real!”

O Brasil a descobriu em março. Com 25 anos, rosto de boa moça e sem levantar a voz, Tabata Amaral protagonizou [um memorável duelo em uma comissão parlamentar](#) com o então ministro da Educação, Ricardo Vélez. Um filósofo e ensaísta de 75 anos escolhido para o cargo por recomendação do guru ideológico do presidente Bolsonaro, que ensina filosofia pela Internet nos EUA. “Já passaram três meses, senhor ministro... não é possível que, depois de um trimestre [no cargo], o senhor apresente um PowerPoint com 2 ou 3 pontos para cada área de educação. Isso não é planejamento estratégico. Isso é uma lista de desejos!” espetou-lhe a deputada. Como se fosse a mais adulta da sala, acrescentou: “Eu me pergunto se o senhor estudou para esta reunião”. Ela, que sempre foi aluna aplicada, evidentemente sim. Imediatamente, comentaristas e internautas a elevaram como a nova revelação política do Brasil. E ela o é. Uma [Alexandria Ocasio Cortez](#) brasileira. Mas Tabata –como é popularmente conhecida– também é uma experiência política.

Sua eleição como deputada federal em outubro foi a culminação de uma minuciosa estratégia para levar ao Congresso outro tipo de deputados, diferentes dos caciques e aparelhadores de sempre. Depois de passar por um teste de ética, ela e 132 outras pessoas que nunca tinham ocupado um cargo público, selecionadas entre 4.000 candidatos, foram treinadas durante seis meses em saúde, educação, gestão pública, economia, liderança... com o objetivo de chegar ao Congresso, segundo uma estratégia que o empresário [Eduardo Mufarej](#) criou e implementou através do grupo RenovaBR. Dez deles estão entre os 594 parlamentares eleitos em outubro para a Câmara e o Senado. Eles pertencem a vários partidos. De esquerda e de direita. O

fenômeno dos patrocinados por grupos que dizem promover a renovação na tão odiada política brasileira soma 34 deputados e senadores, dos quais 16 são estreates, como Tabata, a jovem que colocou em apuros o [idoso ministro](#).

São grupos heterodoxos que nasceram ou cresceram no calor das investigações anticorrupção e dos protestos subsequentes. Alguns só formam novatos, outros também políticos, há aqueles que apelam a todas as ideologias com o extremismo como única linha vermelha. Há, inclusive, um focado na criação de novos nomes nas favelas. A [Raps](#) (Rede de Ação Política pela sustentabilidade), com 19 parlamentares, o grupo mais bem-sucedido, foi criada por Guilherme Leal, coproprietário da gigante de cosméticos verdes Natura e candidato a vice-presidente sem sucesso. O Ocupa Política promoveu quatro deputadas do esquerdista [PSOL](#) que contribuem para que o Congresso se pareça um pouquinho mais com o Brasil mestiço da rua. Renovação e honestidade resumem o mantra que compartilham.

A iniciativa que deu origem a Tabata se destaca porque a ideologia não faz parte de sua agenda. “O Renova não tem programa político, nossa missão é atrair gente talentosa para a política porque nestes 30 anos a sociedade brasileira lhe virou as costas. Precisamos de novas referências, não importa se são de esquerda ou de direita, para que as pessoas voltem a acreditar na política”, explica antes de um café expresso Mufarej, um empreendedor que se tornou rico no mundo financeiro. A própria Tabata não tinha partido, ela o buscou depois que embarcou nessa aventura. Escolheu um de esquerda com a qual teve atritos porque defende a necessidade de reformar as aposentadorias, [o principal projeto do Governo Bolsonaro](#). “É gente que tem fé na política como uma missão, não como um negócio”, diz Mufarej. O RenovaBR, ao qual ele agora se dedica em tempo integral, é financiado por doações de quase 500 pessoas, incluindo empresários em caráter pessoal e organizações filantrópicas listadas em seu portal. O orçamento é de cerca de 15 milhões de reais em dois anos.



Aspirantes a deputados formados pelo RenovaBR posam em frente ao Congresso em Brasília em uma foto cedida pelo grupo.

O cientista político Fernando Limongi, da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, argumenta que sob a fachada de renovação desses grupos muitas vezes está a velha política de sempre com um novo disfarce. “O que alguns empresários estão fazendo é driblar o sistema. Como não podem financiar campanhas (o Supremo Tribunal Federal proibiu doações de empresas em 2015), financiam indiretamente a criação de líderes políticos”, explica por telefone. Com um acréscimo, diz: aplicam à política um discurso empresarial, entregue à eficácia e aos resultados. “No final, acabam considerando que, se eles governassem, tudo seria ótimo”.

Tendo em vista o sucesso nas eleições gerais, agora trabalham para as próximas eleições municipais. Rodrigo Cobra, de 28 anos, dirige o processo do RenovaBR para escolher entre os 31.000 inscritos os mil que formarão –desta vez *on-line*– com a ideia de transformá-los em prefeitos e vereadores. “A honestidade é inegociável”, afirma. Outra chave é a sua história de vida. Que tenham enfrentado, e superado, desafios.

E aí Tabata se encaixa à perfeição. Como [Barack Obama](#), o rapaz filho de um queniano ausente e uma senhora do Kansas. Ou Alexandria Ocasio-Cortez, uma garçonete de origem porto-riquenha. Criada na periferia de São Paulo, a deputada brasileira é filha de uma empregada doméstica e de um motorista de ônibus que morreu por causa das drogas, como ela mesma revelou em seu intenso debate com o ministro. Aliás, [demitido pouco depois](#). Brillhante, seus

êxitos nas Olimpíadas de matemática para crianças abriram-lhe as portas de uma escola particular e, com uma bolsa de estudos, foi para Harvard, onde estudou Astrofísica e Ciência Política. De volta para casa, se tornou ativista pela educação. Vários dos novatos que a acompanham no Congresso passaram por Yale, Georgetown ou Oxford.

Rodrigo Cobra detalha que, aprovados nas provas de conhecimentos gerais e descartados aqueles que mostram um perfil autoritário ou extremista, eles também são formados em empatia, liderança ou resistência... Os patrocinados não governam (por enquanto), mas legislam. E mantêm um relacionamento próximo com seus mentores. Assim conta uma deles. “Às vezes chega para eles um projeto de lei e me chamam para ver o que eu penso, se apresentam uma emenda...”, revela Ana Carla Abrão, sócia da empresa de consultoria Oliver Wyman e ex-secretária da Fazenda de Goiás, depois de gravar uma aula de gestão pública para os aspirantes às eleições municipais de 2020.

42. "O mais importante não é o Lula Livre, mas é a defesa da soberania", diz Lula

<https://www.brasil247.com/regionais/sul/o-mais-importante-nao-e-o-lula-livre-mas-e-a-defesa-da-soberania-diz->

[lula?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification](https://www.brasil247.com/regionais/sul/o-mais-importante-nao-e-o-lula-livre-mas-e-a-defesa-da-soberania-diz-lula?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification)

Preso há 474 dias, Lula está preocupado com soberania e direitos dos trabalhadores; ex-presidente recebeu visita do senador pela Bahia Jaques Wagner e do governador do Ceará, Camilo Santana. “O que mais dói na alma dele é ele estar ali dentro vendo o Brasil ser entregue de graça”, afirmou Wagner

25 de julho de 2019, 21:17 h

-



(Foto: Joka Madruga)

[Rede Brasil Atual](#) - O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a falar hoje (25) em defesa da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores, ameaçados sob o governo Bolsonaro. Ele recebeu na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, onde está preso há 474 dias, a visita do senador pela Bahia e ex-governador Jaques Wagner e do governador do Ceará, Camilo Santana, ambos do PT.

Depois da visita, o senador afirmou que a preocupação dele “é com os brasileiros e principalmente com nossa gente mais simples, mais humilde e menos favorecida”. Segundo Wagner, o ex-presidente “tem momentos em que

chega a nos emocionar, porque ele diz que para ele o mais importante não é o Lula Livre, mas é a defesa da soberania nacional, e a defesa dos direitos dos trabalhadores”.

O senador também frisou que “o que mais agonia ele, o que mais dói na alma dele, é ele estar ali dentro vendo o nosso Brasil ser praticamente entregue de graça, como tem sido entregue partes importantes da Petrobras, como venderam agora praticamente a BR Distribuidora, venderam toda a rede de gás do Nordeste”. Lula também destacou o que está sendo feito com a ciência e tecnologia, com a educação – e a truculência com que está sendo tratado o povo brasileiro.

Sobrevivência

“A preocupação verdadeira dele é como o PT e os partidos progressistas se organizam para fazer um projeto em defesa da soberania nacional. Para não permitir que depois de tanto tempo, que a gente conquistou o respeito do mundo inteiro pelo nosso país, que a gente não volte a ser um mero exportador de soja e commodities em geral. Então, essa é a preocupação central, com a organização do povo, dos sindicatos, para que a gente possa garantir a sobrevivência do Brasil”, afirmou o senador depois da visita, em entrevista coletiva na Vigília Lula Livre.

“Eu comungo com o Lula, porque na verdade a derrota que a gente teve em 2018, em 2019 está significando que em apenas sete meses praticamente vão detonar o Brasil. Ele (Bolsonaro) fica com as maluquices dele, enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, enfia a faca na economia e na soberania nacional”, destacou.

Já o governador Camilo Santana disse que hoje foi a primeira oportunidade com o ex-presidente em Curitiba e que se sente emocionado de imaginar Lula,

que fez tanto pelo país, viver esse momento de injustiça. “A preocupação dele é com o país, com o desemprego. O período de Lula no governo foi o que o país cresceu, que mais gerou oportunidade e esperança no povo brasileiro. Se Deus quiser, em pouco tempo Lula estará com o povo brasileiro, construindo um projeto para o Brasil voltar ao crescimento”, afirmou.

43. Aloprados e hackers

https://www.em.com.br/app/colunistas/luiz-carlos-azedo/2019/07/26/interna_luiz_carlos_azedo,1072483/aloprados-e-hackers.shtml

Uma coisa é revelar informações comprometedoras de autoridades preservando o sigilo da fonte, um direito constitucional dos jornalistas; outra, financiar o roubo de informações privadas, o que é crime

postado em 26/07/2019 – Luiz Carlos Azedo

Preso pela Polícia Federal, Walter Delgatti Neto, o principal acusado de hackear os telefones do ministro da Justiça, Sérgio Moro e outras autoridades, assumiu em depoimento ser a fonte das mensagens publicadas pelo site Intercept, do jornalista americano radicado no Brasil Glenn Greenwald, e também pelo jornal Folha de São Paulo e pela revista Veja. Delgatti disse que encaminhou o material a Greenwald de modo anônimo, voluntário e sem recompensa financeira. O jornalista confirmou a informação “nova e verdadeira”.

Continua depois da publicidade

A Folha revelou que os contatos do hacker com o americano “foram virtuais, somente pelo aplicativo de conversas Telegram, e ocorreram depois que os ataques aos celulares das autoridades já tinham sido efetuados”. Mais de mil pessoas tiveram seus celulares invadidos pelos hackers, entre as quais os presidentes da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, além da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. O ministro Sérgio Moro pretende identificar e comunicar a ocorrência às centenas de vítimas de invasões de celulares.

Até celulares do presidente da República foram alvo dos hackers presos pela Polícia Federal, mas Jair Bolsonaro minimizou o fato, com o argumento de que não conversa assuntos sigilosos de Estado pelo celular e não tem nada a

temer. Furou o balão que estava sendo inflado no Palácio do Planalto, de que haveria uma conspiração para desestabilizar o governo e afastar Bolsonaro do poder. Já havia até quem defendesse o enquadramento dos hackers na Lei de Segurança Nacional por ato terrorista, o que seria um grave precedente do ponto de vista institucional. Para esses setores, os quatro hackers presos em São Paulo não invadiram os celulares de autoridades e até jornalistas por conta própria, estavam a serviço de um grupo político e grandes empresas.

Não se pode descartar essa possibilidade, porque realmente há muitos interessados em desmoralizar e/ou contingenciar a Operação Lava-Jato e o ministro Sérgio Moro. Mas é precipitado chegar a essa conclusão sem provas cabais dessas ligações, inclusive financeiras. Se existirem, é óbvio que a Polícia Federal e o juiz federal que comanda as investigações farão a denúncia formal e os envolvidos terão que arcar com as consequências legais. Até agora, as investigações mostram que o grupo atuava de forma organizada e criminosa, e inclusive já tinha antecedentes criminais, mas essas relações não foram comprovadas.

Existe um mercado negro de informações roubadas pela internet. Hackers são contratados para bisbilhotar a vida alheia e vazam informações comprometedoras por todo tipo de gente, de marido traído a candidatos em dificuldades eleitorais, de velhos estelionatários a chantagistas de celebridades. A experiência da Polícia Federal nesse campo de investigação é grande, dispõe uma equipe altamente especializada, recursos tecnológicos e uma gama de crimes cibernéticos já elucidados. Não foi à toa que rapidamente chegou aos quatro envolvidos. Mas trata-se de uma investigação criminal e não de uma investigação política, esse deve ser o divisor de águas.

O caso, porém, tem evidente dimensão política, que envolve a revelação dos métodos de atuação da força-tarefa da Lava-Jato e a liberdade de imprensa. A mesma investigação que prendeu os hackers confirma a veracidade dos conteúdos vazados, de um lado; e mostra uma relação perigosa entre os investigados e o jornalista Greenwald, de outro. Uma coisa é revelar informações comprometedoras de autoridades preservando o sigilo da fonte, um direito constitucional dos jornalistas; outra, financiar o roubo de informações privadas, o que é crime. Essa é a fronteira que não pode ser atravessada.

Continua depois da publicidade

Houve uma evidente ofensiva de setores da oposição e do mundo jurídico contra o uso de métodos heterodoxos de investigação pela força tarefa da Operação Lava-Jato, assunto que hoje está na esfera de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), como é caso do acesso a informações do Coaf sem prévia autorização judicial. O PT e outros partidos de oposição também apostaram no desgaste da Lava-Jato, vislumbrando a anulação das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com argumento de que as conversas do então juiz federal Sérgio Moro com os procuradores da Lava-Jato desnudaram um processo de perseguição política. Agora, porém, o vento virou com a prisão dos hackers. Se houve ligações financeiras entre eles

e o PT, teremos outro caso dos aloprados. Até agora, porém, isso não se comprovou.

R.Terto , via Fernanda Carlos Borges FB 25 JUL

“Depois de ler boa parte do que foi divulgado e ventilado por aí, concluí que para assumir essa história dos hackers como verdadeira será preciso assumir como plausíveis algumas coisas:

- Mais de mil pessoas com cargos públicos, entre ministros, deputados, procuradores e até o presidente:

a) só se comunicavam pelo Telegram

b) nenhum deles utilizava a verificação em duas etapas,

c) nenhum deles utilizava o chat secreto

d) todos receberam um disparo massivo de ligações em determinado momento (para que a mensagem de verificação do Telegram fosse parar na caixa postal espelhada pelos "hackers") e estavam disponíveis para atender naquele momento específico essas ligações mudas e não acharam estranho nisso p meses.

- os "hackers" se cadastraram no sistema de VOIP, utilizado para deixar os celulares das vítimas indisponível, com o número de IP da casa deles, sem utilizar nem o mínimo de ocultação de identidade. Inclusive se cadastraram no sistema com os nomes reais.

- Um deles fazia transações em Bitcoin em um computador com Windows 10 pirata.

- Existindo um contratante, ele ao invés de recorrer à pessoas discretas com experiência no serviço, escolheu alguém que foi preso pego falsificando carteirinha da USP (Walter, o estelionatário), já respondeu a uma acusação de estupro e é filiado ao DEM, que publicamente conta vantagens do seus feitos, conversa com a polícia se apresentando como "Hacker Aqui", dá em cima de moças no Instagram perguntando se elas eram fãs do Glenn e responde diretamente ao Dallagnol no Twitter dizendo que mesmo que o procurador apagasse seu Telegram "os cachês das mensagens ficariam no celular". Ou seja contrataram o hacker mais pavão (ops) possível.

- O mesmo que sumiu em 2011 do Twitter e que voltou assim que começaram as investigações E que postava recentemente direto de Brasília e não de Araraquara (conforme cantou a bola primeiro o Zeca Ferreira e que depois foi confirmado pela coluna do Lauro Jardim), mas isso sendo apenas uma coincidência.

- Gustavo (o DJ) e Suellen (esposa, fazia bicos de manicure), movimentaram 672 mil reais em aproximadamente 2 meses e não fizeram nada com esse dinheiro. Entendendo que seja uma espécie de pagamento, mais uma vez, alguém tinha 672 mil reais e deu para 4 amadores invadir mais de mil aparelhos de pessoas em cargos públicos importantes.

- Walter, aquele que conta vantagem, já disse ter enviado o material ao Intercept, mas que o objetivo era vender para o PT. Deixando somente duas opções:

a) Eles teriam hackeado por conta própria (sem contratante) visando vender o material depois. De alguma forma, acharam que o interessante era invadir diretamente figuras poderosas e após analisarem sozinhos o que dezenas de jornalistas estão levando meses para checar, concluíram que o melhor comprador era o PT, pois eles quatro perceberam que as implicações legais das conversas poderiam ser interessantes para a defesa do Lula.

b) Alguém contratou eles (que não era o PT) para fazer o serviço, feito o serviço eles decidiram lucrar ainda mais e tentar vender para o PT, ainda não está claro porque desistiram da oferta, mas acharam por bem no fim da contas entregar ao Intercept ou oferecer ao Intercept por algumas centenas de reais. Isso significa acreditar que o Intercept pagaria 627 mil reais em Abril, Maio e Junho por algo que eles ainda não tinha a menor noção se era verídico ou não.

- Joice Hasselmann e Paulo Guedes alegaram que foram hackeados semana passada. Portanto, a pior turma de criminosos digitais que o bitcoin pode pagar, mesmo sabendo que estavam sendo investigados pela PF em um caso de repercussão enorme resolveram continuar as invasões utilizando o mesmo método, sem ocultarem IP, da mesma casa, dos mesmos computadores, etc.

- Monica Bergamo disse no twitter que o advogado de Walter afirmou que ele tem problemas psiquiátricos. Logo, pode ser considerado inimputável. Sendo inimputável, será absolvido e ficará isolado. Deve se assumir que a semelhança de recurso com o caso Adélio é apenas mera coincidência.

- Nada foi dito sobre alterações até agora, mas caso seja, deve se assumir que os criminosos em questão invadiram todas essas pessoas e só encontraram mensagens legais e nada comprometedoras. Diante disso resolveram forjar as mensagens para torná-las interessantes. Criaram assim todo um esquema bem elaborado que mistura fatos reais, como a reunião com o Faustão atestada por ele, com outras coisas inventadas especificamente para prejudicar a Lava Jato. Teria que se assumir portanto que eles são hackers amadores, mas contadores de histórias brilhantes com um grau alto de conhecimento jurídico. Apesar de tudo isso, criaram apenas conversas "que não tem nada de mais" (Moro).

- Por fim, deve-se se assumir acima de tudo que a justiça no Brasil existe.

Assumindo-se tudo isso, o que resta é plausível.”
Por Ricardo Terto

44. Moro é um chefe de quadrilha, aponta a

OAB

https://www.em.com.br/app/columnistas/luiz-carlos-azedo/2019/07/26/interna_luiz_carlos_azedo,1072483/aloprados-e-

[hackers.shtml](#)

Presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, afirmou que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, "usa o cargo, aniquila a independência da Polícia Federal e ainda banca o chefe de quadrilha ao dizer que sabe das conversas de autoridades que não são investigadas"

26 de julho de 2019, 10:53 h Atualizado em 26 de julho de 2019, 11:49

247 - O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, afirmou que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, atua como “chefe de quadrilha ao dizer que sabe das conversas de autoridades que não são investigadas”. Reação de Felipe Santa Cruz veio na esteira da revelação de que Moro telefonou para autoridades que teriam alvo dos supostos hackers presos pela Polícia Federal esta semana e informou que as mensagens obtidas seriam destruídas para que a privacidade delas fosse preservada.

"Usa o cargo, aniquila a independência da Polícia Federal e ainda banca o chefe de quadrilha ao dizer que sabe das conversas de autoridades que não são investigadas", disse Santa Cruz, segundo a coluna da jornalista [Mônica Bergamo](#). Moro teria conversado sobre o assunto com o presidente Jair Bolsonaro, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, além dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, respectivamente.

A OAB já havia recomendado que Moro se afastasse do cargo assim que o site The Intercept divulgou mensagens trocadas por integrantes da Lava Jato que revelaram o conluio existente na operação para que fosse feita uma "investigação plena, imparcial e isenta".

"Muitos disseram que a OAB foi açodada quando sugeriu o afastamento do ministro, exata e exclusivamente para a preservação das investigações", completou o presidente da OAB.

45. Nas entrelinhas: O jogo bruto começou

Publicado em 24/07/2019 - 08:12 Luiz Carlos Azedo - http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-o-jogo-bruto-comecou/?fbclid=IwAR1A7rpVLu_Yd1kCcdocG8F9g6DmgYGJ6_6RwMSvcaTUmr5wKtT-cPkRRbY

“O ataque frontal de Bolsonaro aos adversários na Bahia, o principal reduto de oposição ao seu governo, sinaliza uma estratégia para os demais estados do Nordeste”

A inauguração do Aeroporto Glauber Rocha, em Vitória da Conquista, ontem, pelo presidente Jair Bolsonaro, foi muito mais do que uma tentativa de consertar o estrago feito pelas declarações presidenciais desastradas da sexta-feira passada em relação aos nordestinos e aos governadores da região, em especial o do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Foi a largada de uma estratégia política eleitoral para a região, mirando as eleições municipais do próximo ano, por descuido revelada nas entrelinhas de seu comentário sobre o governador comunista.

Bolsonaro atropelou politicamente o governador da Bahia, Rui Costa (PT), que não compareceu à inauguração, em protesto por receber apenas 100 convites para uma festa que previa 600 convidados. Durante o discurso, porém, Bolsonaro tirou por menos. Disse lamentar que Costa não estivesse no evento e que não tem preconceitos em relação a partidos, mas que não aceita quem quiser “impor a nós o socialismo ou o comunismo”. Assim como o governador Rui Costa, o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Nelson Leal (PP), também não participou da cerimônia em solidariedade a Costa. Além deles, a filha do cineasta baiano que dá nome ao terminal, Paloma Rocha, se recusou a ir ao evento.

Quem aproveitou a cerimônia, feliz como pinto no lixo, foi o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), que está no segundo mandato e foi muito paparicado por Bolsonaro: “Chamo de garoto porque você é muito mais novo que eu. Mais na frente, se Deus quiser, você ocupará a honrosa cadeira que ocupo”, declarou. A solenidade também contou com a presença do prefeito de Vitória da Conquista, Hélzem Gusmão, e desenhou a política de alianças de Bolsonaro na Bahia, o quarto colégio eleitoral do país, onde foi fragorosamente derrotado pelo petista Fernando Haddad em 2018.

A obra do aeroporto levou cinco anos para ficar pronta e custou R\$ 105 milhões: R\$ 74 milhões do governo federal e R\$ 31 milhões do estadual. À margem da BR-116, a 10km do centro de Vitória da Conquista, seus voos comerciais atenderão 2,3 milhões de pessoas de 100 municípios vizinhos, baianos e mineiros. Os recursos federais foram obtidos por meio de emendas parlamentares, entre as quais as do senador Jaques Wagner, ex-governador

petista que derrotou o grupo político do falecido senador Antônio Carlos Magalhães e ocupou seu lugar como principal liderança política do estado. Foi outro que não compareceu à festa governista.

Estratégia

O prefeito de Salvador, ACM Neto, atual presidente do DEM, é o principal aliado político de Bolsonaro na Bahia. O jovem político pavimenta sua candidatura ao governo do estado. Nas eleições passadas, sofreu grande desgaste ao desistir de disputar o governo do estado, sendo muito criticado pelos aliados por “desarrumar” as chapas de oposição ao PT no estado. O resultado foi tão desastroso que antigas lideranças da própria legenda, como o ex-deputado José Carlos Aleluia, acabaram sem mandato. Ontem, ACM Neto voltou a ser protagonista nas eleições baianas, mas tem um dever de casa a fazer: eleger o futuro prefeito de Salvador.

O ataque frontal de Bolsonaro aos adversários na Bahia, o principal reduto de oposição ao seu governo, sinaliza uma estratégia para os demais estados do Nordeste: “Eu amo o Nordeste, afinal de contas, a minha filha tem em suas veias sangue de cabra da peste. Cabra da peste de Crateús, o nosso estado aqui, mais pra cima, o nosso Ceará. Quem é nordestino aqui levanta o braço. Quem concorda com o presidente Jair Bolsonaro levanta o braço. Estamos juntos ou não estamos?”, bradou Bolsonaro para o público presente, que gritava “Mito!, Mito!”, como é chamado por seus partidários.

A fórmula será repetida em todas as inaugurações de obras programadas pelo novo governo para o Nordeste, a maioria iniciadas nos governos petistas e agora retomadas, principalmente as de infraestrutura, cuja atual política é uma herança do governo Michel Temer. A continuidade de obras e serviços é um valor importante na administração pública, mas isso não impede a narrativa de ruptura política com as gestões anteriores, que é uma marca registrada do governo Bolsonaro. Contraditoriamente, porém, a solenidade de ontem lembrou a política dos tempos dos coronéis, na qual a oposição era tratada a pão e água pelo governo federal.

46. Manifesto dos ex-presidentes do CNPq

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/24/cnpq-suspende-edital-para-bolsas-de-pesquisa-cientifica-por-falta-de-recursos.ghtml?fbclid=IwAR3jblw21EH3FnIDW-kQbqAYdDMTusP6HiDAae6kTFfQ51FJQlkk496wb9c>

Nós, ex-presidentes do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, manifestamos nossa grande preocupação frente à grave condição orçamentária e financeira da agência que coloca em risco décadas de investimentos em recursos humanos e infraestrutura para pesquisa e inovação no Brasil.

Desde o início deste ano as lideranças do MCTIC, do CNPq e toda a comunidade científica vêm, sem sucesso, alertando para o déficit de cerca de R\$ 330 milhões no orçamento para bolsas em 2019, agravado com o subsequente contingenciamento que reduziu ainda mais os recursos disponíveis para as atividades do fomento do Conselho. Como resultado desta situação a suspensão do pagamento de todas as bolsas do CNPq a partir de setembro deste ano é iminente. Este fato, inédito por mais de 30 anos na história da agência, colocará milhares de estudantes no país e no exterior em

situação de risco e abandono. Por falta de recursos, o CNPq anunciou também a suspensão do edital periódico para bolsas no segundo semestre de 2019, e não se vislumbra nenhuma condição de reposição, ainda que parcial, do valor das bolsas de IC, mestrado e doutorado, cujo último reajuste ocorreu há mais de 6 anos. Neste cenário, toda uma geração de pessoal altamente qualificado na pós-graduação brasileira será afetada, e como consequência, já se observa expressiva evasão de estudantes, baixa procura pela pós-graduação stricto sensu, esvaziamento dos laboratórios de pesquisa e perda de nossos melhores talentos jovens para o exterior.

Quanto ao fomento, projetos de pesquisa aprovados em anos anteriores seguem sem pagamento integral. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que historicamente supriu parte expressiva dos recursos necessários para a execução de programas centrais do CNPq como o Edital Universal e o programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs, está contingenciado em cerca de 90% de sua arrecadação e, portanto, impossibilitado de fazer repasses para atendimento das demandas. Nem mesmo a captação de recursos de parceiros privados tem sido possível por não haver espaço orçamentário para preenchimento com recursos externos, devido à emenda constitucional do teto de gastos (EC-95).

Além disso, o CNPq tem sido fortemente contingenciado nos recursos de custeio operacional e limitado em pessoal técnico pela inexistência de concursos públicos de reposição de quadros há quase dez anos, o que tem resultado em crescente dificuldade na manutenção de atividades e programas seminiais para o sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, como as Plataformas Lattes e Carlos Chagas e o acompanhamento e avaliação de projetos e programas.

O CNPq, criado em 1951, tem sido ao longo de sua história, o vetor fundamental do desenvolvimento da ciência e da economia do Brasil. A nação não pode jamais perder este patrimônio construído ao longo de décadas pelo esforço conjunto de cientistas e a sociedade brasileira. O impacto da pesquisa nacional nos diversos campos da atividade econômica e nas políticas públicas do país são evidentes e foram amplamente destacados no Manifesto dos Ex-Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação recentemente divulgado, o qual subscrevemos integralmente.

Conclamamos, assim, as instâncias competentes do executivo e legislativo federal, a empreender todos os esforços na reversão deste quadro sombrio, com a imediata recomposição orçamentária para evitar o caos da interrupção no pagamento das bolsas. Especialmente esperamos que de imediato o Governo Federal faça valer o acordo acertado com o Congresso Nacional por ocasião da votação do PLN 4/19 (que autoriza o governo federal a realizar operações de crédito de até R\$ 248,9 bilhões para pagar despesas correntes), em destinar ao CNPq, ainda em 2019, orçamento e recursos via crédito suplementar no montante de R\$ 330 milhões. É também fundamental que a Lei Orçamentária Anual de 2020 contemple os recursos necessários para o pagamento integral das bolsas ao longo do ano e que permitam ao CNPq retomar a sua capacidade de fomento à pesquisa e à inovação em todo o território brasileiro.

José Galizia Tundisi
Esper Abrão Cavalheiro

Erney Felício Plessmann Camargo
Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho
Glaucius Oliva
Hernan Chaimovich Guralnik
Mario Neto Borgesa mais

47. A saia cada vez mais justa no caso dos hackers de Moro

Ninguém saiu da berlinda. A apuração da PF terá que preencher lacunas, contradições e pontos obscuros no depoimento do hacker Vermelho.

Andrei Meireles - julho 27, 2019 . https://osdivergentes.com.br/andrei-meireles/a-saia-cada-vez-mais-justa-no-caso-dos-hackers-de-moro/?fbclid=IwAR3ZeyG0wy9o5qz11EI_d1PMvIRJE0KEppwX8gk7q6Fw6KJ0fePxZgHVcKo

Sérgio Moro fez muito bem em alertar Jair Bolsonaro e outros chefes de poder de que eles teriam sido alvos de hackers. É o que se espera de autoridades de segurança em todo e qualquer país democrático. Moro, no entanto, certamente furou o sinal se, conforme revelou nota do Superior Tribunal de Justiça, ele informou ao ministro João Otávio de Noronha, presidente do STJ, de que os grampos apreendidos com os hackers seriam descartados “para não devassar a intimidade ninguém”.

Pisou num monte de bolas. Primeiro porque não tem esse poder, privativo de decisões judiciais, sujeitas a recursos. Desagradou também aos investigadores do caso porque indevidamente palpitou na área deles. Deu, também, munição a quem se sentia incomodado com a descoberta da quadrilha de hackers e seus possíveis desdobramentos.



Sérgio

Moro apanhou de todos por isso e, de quebra, tomou pancada por uma portaria que, em casos específicos, torna sumária a deportação de estrangeiros do Brasil. Foi o suficiente para o jornalista Grenn Greenwald, do site The Intercept, puxar um coro de que ele seria o alvo: “Impensável em qualquer democracia, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, está comandando a investigação sobre o nosso jornalismo, embora sua corrupção seja o que expusemos. Ele está ameaçando revisar uma lei de segurança nacional da era da ditadura para me prender por reportar”, postou Greenwald no Twitter.

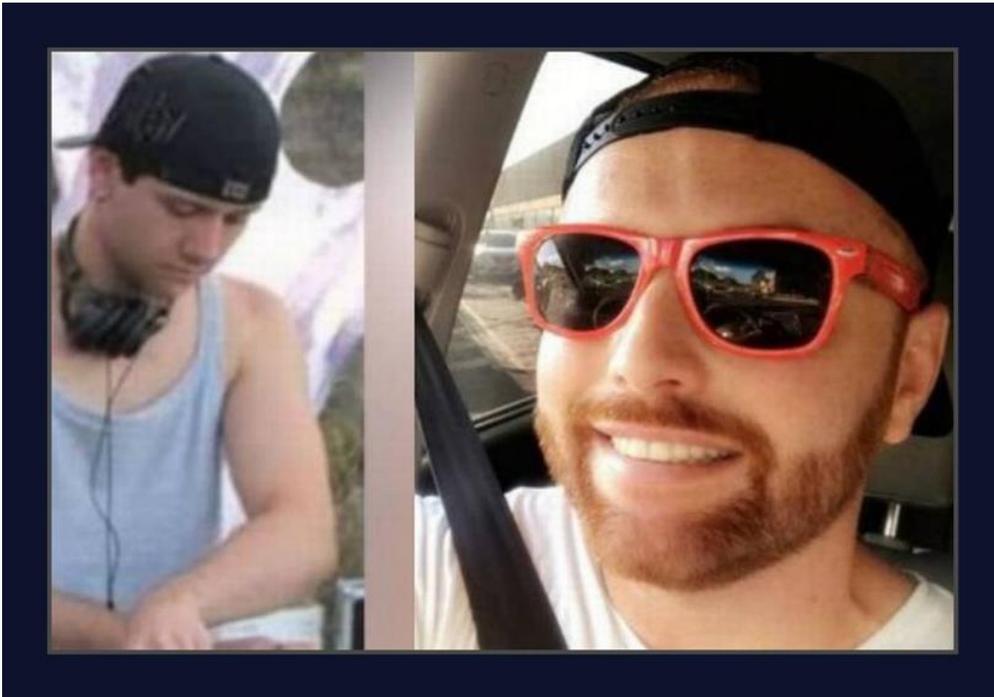
Não consegui de nenhuma fonte, algumas bem críticas a gestão de Moro no Ministério da Justiça, uma brecha para enquadrar Greenwald, americano casado com brasileiro, nessa tal portaria. O máximo que ouvi é que essa suspeita se sustenta porque o governo namora com o autoritarismo, o que no mínimo é uma forção de barra. “O texto está sendo discutido desde 2017. É um ano e meio de trabalho. Ela não é uma portaria isolada, faz parte de um contexto”, argumentou André Furquim, diretor do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, em um comunicado do Ministério.



Glenn

Greenwald – Foto Orlando Brito

Se o sapato apertou no pé de Moro, por ter avançado sinal na conversa com o presidente do STJ, a cada revelação no caso dos hackers, seus pontos obscuros, a saia também fica mais justa para Greenwald e seus aliados. Gente do ramo enxergou uma penca de problemas no depoimento de Walter Delgatti Neto, o Vermelho, que descreve com desenvoltura suas supostas idas e vindas em sucessivos grampos a telefones das mais variadas autoridades. Quando as perguntas se referem a dinheiro, ao envolvimento de outras pessoas, as respostas ficam bem mais vagas.



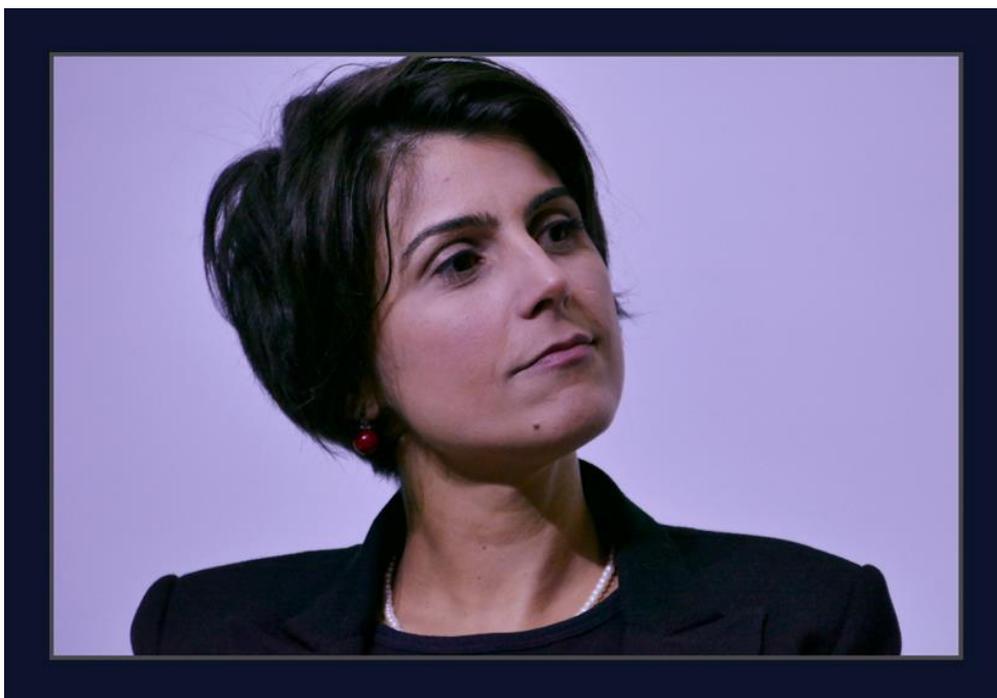
Gustavo

Henrique Elias Santos e Walter Delgatti Neto foram presos em ação da PF
Foto: Reprodução

A propósito, vale reproduzir a sequência final do depoimento, quando Delgatti se esquia das perguntas dos federais: “QUE perguntado se conhece (RASURADO) se reserva ao direito de permanecer em silêncio; QUE não possui formação técnica na área de informática, sendo um autodidata; QUE não exerce nenhuma profissão remunerada; QUE perguntado como obteve recursos para compor suas aplicações financeiras, afirmou não saber; QUE realizou operação de câmbio no Aeroporto de Brasília e no Rio Grande do Norte, tendo em vista a necessidade de adquirir dólares para um amigo; QUE perguntado qual o amigo seria esse, se reserva ao direito de permanecer em silêncio; QUE perguntado se comprou dólares a pedido de (RASURADO), se reserva ao direito de permanecer em silêncio”.

Além de tropeçar em questões relevantes para esclarecer o caso, Delgatti diz que, em uma seleção prévia, separou o que, a seu critério, tinha ou não relevância para enviar ao The Intercept. Descartou, por exemplo, o conteúdo das conversas dos procuradores da República que atuam no caso Greenfield porque não “encontrou nada ilícito”. Diz ter feito o mesmo com mensagens de outros grampeados. “QUE não armazenou nenhum conteúdo das contas do

Telegram da ex-presidente Dilma Rousseff e do ex-governador Pezão, tendo em vista que eram contas com poucas mensagens”.



Manuela

d'Ávila – Foto Orlando Brito

Sua versão sobre como entrou em contacto com Glenn Greenwald também ficou na berlinda. Ele descreveu um tortuoso caminho que passou por Pezão e Dilma Rousseff para conseguir o telefone da ex-depurada Manuela D'Ávila, candidata a vice-presidente na chapa de Fernando Haddad. Contou que telefonou para ela e pediu o contato de Greenwald. Deu detalhes da conversa. Em nota, Manuela confirma a intermediação, mas negou que tenha falado com ele por telefone, diz que houve uma troca de mensagens em que ele não se identificou. Manuela, que pôs seu telefone, com as mensagens trocadas com Delgatti, à disposição dos investigadores da PF, conta que ela foi quem sugeriu que o hacker procurasse Greenwald.

Pelo andar da carruagem, as apurações da polícia ainda terão que preencher lacunas, contradições e pontos obscuros. Vem novidades por aí.

A conferir.

48. A ECONOMIA DA BIODIVERSIDADE

Devastado pela Segunda Guerra Mundial, o Japão iniciou seu processo de reconstrução. Nos anos seguintes, além de recuperar a capacidade produtiva do país em bases tradicionais, já conhecidas, os japoneses começaram a investir pesadamente em uma nova família de técnicas – a microeletrônica –, que ainda engatinhava. Quando essa família amadureceu e reorganizou a produção industrial em todo o mundo, o Japão estava apto a ocupar uma posição central na nova maneira de produzir.

Há poucas décadas a China deu a partida para modernizar sua economia. Durante muito tempo foi conhecida pelas cópias e pelas manufaturas baratas. Mas não ficou nisso. O Estado chinês definiu setores estratégicos, entre os quais várias famílias de técnicas que ainda não existiam de fato, eram apenas promessas. Hoje, trinta anos depois, a China é vanguarda mundial na tecnologia 5G, que começa a reorganizar boa parte da economia-mundo neste início do século XXI.

Os países retardatários que obtêm êxito não percorrem passo a passo os caminhos do passado. Suas estratégias combinam recuperação do atraso e inovação radical.

O Brasil tem muito a fazer no terreno das coisas tradicionais. Mas isso não basta. Que inovação radical poderíamos começar a preparar agora, para nos lançar à frente adiante?

Defendo que nosso diferencial futuro está no que chamei de economia da biodiversidade. Já podemos visualizá-la, com uma forte aplicação das biológicas, mas ainda não a desenvolvemos plenamente. É um desafio estratégico, que, entre outras coisas, pressupõe a conservação da megabiodiversidade que existe em nosso território, sem a qual nada poderemos fazer.

Estamos jogando fora esse potencial, em troca de nada. A extração de madeira é uma técnica que tem, digamos, 50 mil anos. A criação de bois data de, mais ou menos, 10 mil anos.

São essas duas atividades que hoje se expandem na Amazônia, com apoio do governo e com a ajuda do fogo, em nome do progresso. Estamos reduzindo a cinzas a maior diversidade biológica do mundo, que ainda sequer conhecemos e cujo potencial ignoramos.

Nosso presidente não dá um pio contra o desmatamento crescente, mas reclama dos dados que mostram esse mesmo desmatamento. Já brigou com o IBGE, com a Fiocruz e, agora, com o Inpe – instituições, entre outras, que concentram a inteligência da sociedade brasileira.

Isso não é uma política nem de direita nem de esquerda. É burrice em estado puro.

Tratei sinteticamente a questão da Amazônia, tentando estimular o debate sobre a economia da biodiversidade, no texto “Amazônia: cuidado, frágil”. Foi o oitavo e último da série de textos que produzi para tentar mapear as grandes questões nacionais da atualidade. A nova direção da Fundação João Mangabeira, ligada ao PSB, interrompeu o trabalho, alegando que “Amazônia não está na pauta política atual”.

A burrice, como se vê, distribui-se democraticamente entre esquerda e direita.

O texto completo sobre Amazônia está no link aí embaixo.

Abraços,

[Cesar](#)

[Benjamin](#)

<https://www.contrapontoeditora.com.br/sobre/artigos.php...>

49. Marco Aurélio Nogueira*: Riscos desnecessários

- *O Estado de S.Paulo* - <http://gilvanmelo.blogspot.com/2019/07/marco-aurelio-nogueira-riscos.html>

Acima de tudo e de todos, deve-se evitar que o País degrading e fique sem opções

Falando sem parti pris, o problema político dos brasileiros não é termos um governo de direita ou extrema direita, nem ser Jair Bolsonaro um fundamentalista retrógrado. O problema é que o presidente não conhece o País, não respeita princípios democráticos básicos e não deseja governar. Estamos correndo riscos desnecessários.

Desde sua posse o País depende muito mais do empenho da Câmara dos Deputados que do Poder Executivo. Falam mal dos parlamentares, mas sem eles teríamos tido um semestre trágico, estaríamos mergulhados numa sequência de bravatas, provocações e ofensas promovidas por Bolsonaro e seu entorno, que parecem dispostos a tratar todos como inimigos.

Combater a esquerda e o PT é legítimo e aceitável, mas é uma patifaria quando feito na base de mentiras e agressões. A direita e a esquerda fazem parte da vida, o revezamento delas no governo dos países é normal, saudável e produtivo. Liberais, conservadores e socialistas são famílias políticas essenciais, filhos legítimos da modernidade e de suas transformações no correr do tempo. Querer eliminar um deles com argumentos de autoridade é ir contra a lógica das coisas e os parâmetros democráticos de civilidade.

Debochar de brasileiros do Nordeste, agredir ativistas, professores, artistas, intelectuais e jornalistas, ameaçar a cultura e a educação com a imposição de “filtros” que não passam de censura, tratar a ciência com desprezo, beneficiar o próprio filho – tudo isso, verbalizado com escárnio, faz a Presidência da República evaporar como instância de organização do País e se transforme numa trincheira de combate.

Agindo assim, o presidente prejudica o País e a população, além de criar dificuldades para si próprio. Sua guerra ideológica contra partidos, “velhos políticos” e sociedade civil exaspera os parlamentares, aumentando os custos da transação política na aprovação de medidas e propostas governamentais. Enfraquece as instituições e os órgãos públicos, varrendo-os para a margem. Suas ações não são “folclóricas”, inocentes, mas ferem princípios básicos e fazem o País andar para trás, na educação, na cultura, na política internacional, nos direitos, na saúde, no meio ambiente, na economia. Impactam negativamente a sociedade, fomentando divisões que não ajudam o País a enveredar por uma trilha de progresso, justiça e bem-estar.

Um presidente que se comporta como se fosse chefe de uma facção, não mede as palavras, confunde o público com o particular, move-se pela emoção imediata e por cálculos

improvisados é uma tragédia anunciada. Poderá sobreviver ao mandato, e até prolongá-lo, mas de seu período governamental não sairá um País melhor, uma sociedade mais coesa ou um Estado administrativo mais eficiente.

Em vez de nos ajudar a superar a polarização fratricida que reinou nos últimos anos, ele a agrava, a esvazia de dignidade e a empurra para a violência explícita.

Jair Bolsonaro venceu as eleições de 2018 de forma inquestionável, cristalina. Mostrou senso de oportunidade ao endossar um figurino específico na hora mesma em que o eleitorado demonstrava estar cansado das ofertas políticas usuais. Suas proposições autoritárias, seu estilo informal, o uso abusivo que fez de valores religiosos e moralistas, sua habilidade em utilizar as redes sociais encontraram eco nos eleitores, que viram nele uma opção ou para derrotar o PT e virar a página, ou para depositar esperanças num líder de novo tipo.

Sua vitória, porém, também foi conseguida porque a esquerda petista se mediocrizou e a esquerda democrática não conseguiu abraçar o campo liberal-democrático e, junto com ele, virou farinha, que engrossou o pirão da extrema direita. Foi uma vitória do senso de oportunidade combinado com incompetência política. Sem isso o resultado teria sido diferente.

A vitória eleitoral, no entanto, não deu a Bolsonaro o direito de se comportar como o tirano platônico que se deixa dominar pelos desejos mais baixos e por seus demônios internos, postos em movimento pela paixão que aguça a imoderação. **Numa República democrática o presidente deve ser um agente da moderação, um construtor de consensos, um promotor do diálogo coletivo. Tem suas preferências, seu credo e seu mapa de navegação, mas não está autorizado a agir por impulso, conforme uma rotina passional que só produz caos e confusão.**

A conduta errática e acrimoniosa de Bolsonaro ainda não levou a sociedade à convulsão. Em parte porque só se passaram seis meses, em parte porque a população tem conseguido manter alguma coesão, em parte porque o Congresso tem governado o País, construindo consensos e tomando decisões estratégicas.

Faltam entrar em cena os partidos, os movimentos cívicos e os cidadãos ativos perfilados no campo democrático progressista. Até agora, eles parecem trabalhar nos bastidores, em silêncio, dando até mesmo a impressão de estarem a hibernar. A oposição que orbita o PT não consegue produzir propostas e entendimentos, limita-se a mimetizar com sinal trocado a conduta presidencial, valendo-se de uma retórica igualmente passional, que divide e inflama a população. Em vez de se lançar com coragem no mar aberto da renovação procedimental e discursiva, aferra-se a mitos e atitudes defensivas, refratárias ao moderno que se renova em direções inesperadas, surpreendentes e desafiadoras.

Temos de girar a chave e abrir novas portas. Buscar maior interlocução, abandonar projetos parciais de poder e cálculos eleitorais de curto prazo. Pode ser que se tenha de ajudar o governo a governar, a cometer menos erros e a causar menores prejuízos. Não há por que ter preconceito contra isso. Acima de tudo e de todos deve estar a preocupação de evitar que o País degrida e fique sem opções. Resistir é preciso, mas sem medo de olhar para a frente e ousar, correndo riscos que valham a pena.

Celso Rocha de Barros*: Não foi Toffoli, foi Bolsonaro



**Professor titular de teoria política e coordenador do núcleo de estudos e análises internacionais da Unesp*

- Folha de S. Paulo, publicado <http://gilvanmelo.blogspot.com/2019/07/celso-rocha-de-barros-nao-foi-toffoli.html>

50. A decisão a favor de Flávio foi um dos gestos mais claros contra a Lava Jato

Não foi o Toffoli, foi o Bolsonaro. A decisão que suspendeu todos os processos em que houve compartilhamento de dados do Coaf com o Ministério Público sem autorização prévia da Justiça foi tomada a pedido do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República, Jair Bolsonaro. Se você quiser achar que Flávio teria tido seu pedido aprovado se não fosse filho do presidente, é direito seu.

Como bem notou Fábio Fabrini na Folha de sábado (20), já fazia mais de um ano que o STF havia decidido que o caso, referente a um posto de gasolina em Americana (SP) acusado de sonegação fiscal, seria tratado como de interesse geral, isto é, com repercussão sobre todos os casos do mesmo tipo. Naquele momento, Toffoli não parou as investigações. Deixou para fazê-lo agora, provocado pelo filho do presidente da República.

De qualquer forma, Jair Bolsonaro elogiou a decisão que beneficiou seu filho Flávio. Disse o presidente: "Pelo que eu sei, pelo que está na lei, dados repassados, dependendo para quê, devem ter decisão judicial".

A decisão pró-Bolsonaro tem o selo "Romero Jucá" de "com o Supremo, com tudo", e também tem cobertura ampla: beneficia diversos acusados da Lava Jato, a turma da lavagem de dinheiro, talvez até o médium João de Deus. Acho que até o Jucá teria deixado de fora o João de Deus.

Foi um dos gestos mais claros contra a Lava Jato até agora, e não foi de ninguém da "velha política".

A decisão pró-Bolsonaro deixou a força-tarefa da Lava Jato furiosa. O procurador Eduardo El Hage, chefe da Lava Jato no Rio de Janeiro, declarou que "a decisão monocrática do presidente do STF suspenderá praticamente todas as investigações de lavagem de dinheiro no Brasil".

O procurador Leonardo Cardoso de Freitas, também da Lava Jato do Rio, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que "é o momento mais grave. É a primeira vez, pelo que lembro, em que uma generalidade de casos nossos está em risco".

Parece feio. E, politicamente, a decisão também vem em um momento delicado.

Como disse nas últimas colunas, Bolsonaro vinha utilizando a Vaza Jatopara sequestrar o lavajatismo. Amarrou a defesa de Moro a temas tipicamente bolsonaristas: com boatos de internet e homofobia. O plano era ganhar para si a popularidade da Lava Jato e reduzir o tamanho de Moro, um potencial rival em 2022.

Agora Moro está em uma situação difícil. Se apoiar a decisão pró-Bolsonaro, vai se indispor com o restante da força-tarefa. Moro depende tanto de Bolsonaro a ponto de sacrificar a Lava Jato pelo chefe?

Por outro lado, se Moro defender a Lava Jato, vai se indispor com Bolsonaro. Afinal, Flávio é filho do homem, e o rolo do filho pode muito bem arrastar o pai.

Em entrevista à revista Veja em 5 de junho último, o presidente da República confirmou que conhece Fabrício Queiroz, personagem principal do caso Flávio Bolsonaro, desde 1984, quando Queiroz serviu sob seu comando na Brigada de Infantaria Paraquedista. Na época, Flávio tinha três anos de idade. Queiroz não é homem de Flávio, Queiroz é homem de Jair.

De qualquer modo, os bolsonaristas têm que admitir que, na melhor das hipóteses, a alegria de Bolsonaro com a decisão de Toffoli vai contra o espírito das manifestações de domingo.

E vocês aí achando que quem ameaçava a Lava Jato era o Greenwald.

**Celso Rocha de Barros, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra).*

51. Fernando Abrucio*: Casamento de ocasião e suas contradições

Eu & Fim de Semana / Valor Econômico

<http://gilvanmelo.blogspot.com/2019/07/fernando-abrucio-casamento-de-ocasio-e.html>

A eleição de Bolsonaro representa a emergência de uma agenda neoconservadora (ao estilo de uma extrema-direita) no campo dos costumes e no plano institucional, somada a uma agenda liberal no âmbito econômico

As ideologias políticas são sempre a mistura de duas coisas. De um lado, um ideário sobre como deve ser o mundo. De outro, a necessidade de adaptar, em alguma medida, as ideias à realidade, pois ela é mais complexa e imperfeita do que os modelos puros. O encontro dessas duas dimensões envolve conflitos e contradições. Isso se torna mais marcante quando há um casamento de ocasião entre duas visões de mundo diferentes, mas que acreditam na junção circunstancial em torno de um objetivo. Um caso emblemático ocorre hoje na aliança entre liberalismo e conservadorismo em várias partes do mundo, em particular no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro.

O liberalismo, desde suas origens, é a defesa da liberdade dos indivíduos. Liberdade de pensamento, religiosa, de cada qual fazer o que quiser com sua vida, sua propriedade e seu corpo. Como bem argumentou o filósofo Stuart Mill, os ideais liberais de autonomia individual e tolerância resguardariam a diversidade de caminhos que os seres humanos podem escolher. Essa concepção liberal alimenta não só a defesa do mercado econômico como também do pluralismo político e cultural.

No início de sua história, o liberalismo acreditava que a limitação do poder governamental bastaria para atingir seus objetivos. Com o decorrer do tempo e de forma atribulada, construiu um casamento de longa duração com a democracia, apostando na expansão da ação política dos cidadãos como forma de garantir uma sociedade livre. Após a experiência do totalitarismo e da Segunda Guerra Mundial, e pressionado pelo então crescimento do socialismo, a liberal-democracia aliou-se à social-democracia, admitindo uma maior intervenção do Estado na economia para que as externalidades negativas do mercado fossem controladas, principalmente no que se refere à desigualdade, que poderia ser combatida com serviços públicos que garantissem maior igualdade de oportunidades.

Nas últimas décadas, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1970, pensadores e atores políticos liberais têm por vezes se casado com um conservadorismo político nem sempre adepto dos valores democráticos. Isso tem significado um predomínio do liberalismo econômico sobre a sua faceta política, inclusive aceitando legitimar governos autoritários que aplicavam receituários liberais. A experiência chilena de Pinochet e seus "Chicago boys" está nas origens dessa combinação que seria considerada espúria por grande parte do pensamento liberal.

Houve muitas críticas a essa condescendência, inclusive por parte de pensadores liberais, e por algum tempo se procurou resgatar a defesa do pluralismo e da democracia.

Desde a crise financeira de 2008 o liberalismo sofreu muitas críticas. No bojo desse processo, emergiu um novo populismo de direita que vem crescendo politicamente. Ele em parte é crítico de ideias com respaldo liberal, como o globalismo e a livre circulação de pessoas, e vem adotando um tom nacionalista mais próximo do discurso dos anos 1930.

Mas esse novo conservadorismo não é anticapitalista, nem mesmo estatista no plano econômico, como foram o nazismo e o fascismo. De certa forma, faz uma aliança, ou adere circunstancialmente, a certas características do liberalismo, como a defesa da liberdade das empresas e dos indivíduos perante o Estado, ao mesmo tempo que abraça ideias conservadoras que reduzem a liberdade individual no plano moral e coloca em questão a independência das instituições e grupos que tem fiscalizado o poder nas democracias, como o Judiciário, a imprensa e a ciência.

Esse casamento de ocasião do liberalismo com o conservadorismo tem no Brasil contemporâneo um caso paradigmático. A eleição do presidente Bolsonaro representa, concomitantemente, a emergência de uma agenda neoconservadora (mais ao estilo de uma extrema-direita) no campo dos costumes e no plano institucional, somada a uma agenda liberal no âmbito econômico. O ministro Paulo Guedes apareceu como o fiador dessa combinação no processo eleitoral e continua ocupando esse papel nestes primeiros sete meses de uma presidência cuja principal marca é a imprevisibilidade.

Juntamente com esse casamento veio o apoio de setores empresariais e de boa parte do mercado financeiro. Todos eles acreditavam - alguns ainda acreditam - na possibilidade de se fazer uma junção estável entre o liberalismo econômico e um ideário populista com forte ênfase na questão moral e na defesa da sabedoria e virtudes do "homem comum". Assim, fecham-se os olhos para algumas (ou várias?) extravagâncias do bolsonarismo, como defender a censura na cultura, adotar uma visão crítica à ciência (sobretudo no campo ambiental) e estimular a intolerância contra vários grupos políticos e sociais, para ficar com alguns exemplos recentes. Afinal, haverá alguma reforma da Previdência e do Estado, além da edição da MP da Liberdade Econômica, nome que sela o casamento de ocasião.

Mas as contradições têm um preço. Não garantir a proteção do meio ambiente poderá custar caro em relação aos acordos comerciais e à conquista de mercados. O globalismo, tão prezado pelos liberais, supõe seguir certos padrões internacionais de regulação de questões coletivas - não só o tema ambiental, mas direitos humanos, por exemplo -, e desregular completamente a proteção estatal dos direitos difusos deixará o Brasil mais longe do acordo com a União Europeia. Desorganizar a educação brigando com seus principais atores tornará impossível construir o capital humano necessário ao desenvolvimento capitalista. E jogar setores sociais, por meio de manifestações ou redes sociais, contra as principais instituições democráticas pode afetar fortemente a segurança jurídica do país, o que pode afugentar investidores internacionais.

A lista de incongruências é mais ampla, mas o exposto já realça o desafio do casamento local entre conservadorismo e liberalismo. De todo modo, fica o aviso que grandes pensadores liberais, como Isaiah Berlin, já deram no passado: quando uma liberdade é perdida, outras poderão ser retiradas mais adiante. Liberalismo pela metade pode significar nenhum ao final da história.

É importante ressaltar que o viés conservador do bolsonarismo não é de conveniência. Há ali crenças fortes e sólidas sobre valores morais, contra a mídia tradicional, em relação a minorias sociais e a respeito da forma que deve funcionar o sistema político. Claro que tal visão de mundo resulta, em parte, da demanda de eleitores, isto é, professar essas ideias significa conquistar votos, numa proporção que congrega entre um quinto a um quarto do eleitorado brasileiro. Não é suficiente para se reeleger, embora seja uma base muito segura para

competir, sobretudo se o oponente for classificado como o "inimigo a ser derrotado por todos que defendem a Pátria".

Só que esse ideário não é apenas um instrumento para responder à demanda eleitoral. Existe o lado da oferta também, para usar a linguagem dos economistas. O bolsonarismo é uma máquina de produzir visões de mundo, vinculadas a uma singular mistura de preconceitos tradicionais presentes na cultura brasileira com as propostas do neopopulismo de extrema-direita no plano internacional, bem expostas por Steve Bannon.

A esse lado programático soma-se, ainda, o modus operandi da família Bolsonaro. Não dá pra entender esse novo conservadorismo brasileiro sem levar em conta a maneira como os Bolsonaro, especialmente o pai, fazem política. O que se sobressai aqui é a lógica de guerra constante contra o inimigo, a multiplicação de situações de conflito por meio das redes sociais (inclusive contra aliados de plantão, como os militares), o discurso das respostas fáceis a problemas complexos e, em especial, a imprevisibilidade dos próximos passos, seja por amorismo político ou técnico, seja porque produzir fatos (e brigas) novos é uma arte desenvolvida e reverenciada pela família.

A acumulação de contradições e conflitos entre o conservadorismo bolsonarista e o liberalismo predominantemente econômico pode resultar, mais adiante, num processo de hegemonia de um sobre o outro. Se o lado liberal da economia predominar, o que implica acreditar num projeto de mudança mais gradual da situação atual, o bolsonarismo pode deixar de responder a contento aos seus eleitores-raiz, sem que haja um ganho econômico de curto prazo - por exemplo, até as eleições municipais do ano que vem. Se em vez disso prevalecer o lado conservador, marcado pela agenda dos costumes e da guerra contras as instituições democráticas tradicionais, Bolsonaro pode manter seu eleitorado mais fiel, mas terá dificuldades de ampliar seus apoios para o restante da sociedade.

Uma parcela importante dos atores sociais torce para que seja possível um equilíbrio razoável entre o conservadorismo bolsonarista e o liberalismo. Isso porque todos temem a seguinte pergunta: o que fará o presidente se ele ficar preso ao polo mais radical de sua equação? Uma das hipóteses é que a democracia saberá lidar com isso. A outra é que terminará o casamento de ocasião e parte dos liberais terá sido responsável por produzir o contrário de seu ideário.

**Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e chefe do Departamento de Administração Pública da FGV-SP*

P

52. Bolsonaro enquadra Moro e diz que ele não pode destruir mensagens

<https://www.brasil247.com/poder/bolsonaro-enquadra-moro-e-diz-que-ele-nao-pode-destruir->

[mensagens?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification](#)

Jair Bolsonaro (PSL) enquadrou o ministro da Justiça Sergio Moro neste sábado (27), no Rio de Janeiro, ao dizer que não cabe ao ex-juiz a decisão sobre destruir ou não as mensagens capturadas pelos supostos hackers presos nesta semana; "O Moro não fala nada que a lei não permita fazer", disse

27 de julho de 2019, 12:51 h Atualizado em 27 de julho de 2019, 13:00

.

247 - Jair Bolsonaro (PSL) enquadrou o ministro da Justiça Sergio Moro neste sábado (27), no Rio de Janeiro, ao dizer que não cabe ao ex-juiz a decisão sobre destruir ou não as mensagens capturadas pelos supostos hackers presos nesta semana, informa a [Folha de S. Paulo](#).

"A decisão de possível destruição não é dele. Cada um de nós pode pensar e até torcer por alguma coisa. O Moro não fala nada que a lei não permita fazer", disse Bolsonaro.

Segundo a reportagem, "a avaliação de ministros da corte e de parlamentares da cúpula da Câmara e do Senado é a de que Moro extrapolou os limites de sua competência como ministro de Estado ao indicar que teve acesso a dados de uma investigação sigilosa da Polícia Federal. Em conversas reservadas, políticos e magistrados dizem que a permanência do ministro no governo de Jair Bolsonaro ficou insustentável e

defendem que ele se afaste do cargo até a conclusão das investigações".

O ministro do STF Marco Aurélio Mello havia sido o primeiro a se manifestar, afirmando que apenas o Judiciário tem esse poder.

Outros magistrados foram além, destacando que somente o STF poderia analisar a eventual destruição de mensagens que envolvem autoridades com foro privilegiado— como Jair Bolsonaro e o próprio Moro.

JUÍZO AFOITO

Editorial da "Folha de São Paulo" 27 de Julho

Causam espanto os movimentos do ministro da Justiça, Sergio Moro, em meio às investigações dos ataques de hackers ao seu telefone celular e aos de outras autoridades.

Na quarta (24), um dia após a prisão de quatro suspeitos de serem os responsáveis pelos crimes, o ministro veio a público para vinculá-los ao vazamento das mensagens de procuradores da Operação Lava Jato que o site The Intercept Brasil começou a publicar em junho.

Como as investigações ainda estão em andamento e são conduzidas oficialmente sob sigilo pela Polícia Federal, as evidências que poderiam sustentar a insinuação de Moro eram desconhecidas.

[x]
Em seu primeiro depoimento aos policiais, o principal suspeito, Walter Delgatti Neto, admitiu a invasão das contas do ex-juiz e de outras autoridades no aplicativo Telegram e declarou ter sido a fonte do material obtido pelo site.

Mas a PF ainda está verificando a consistência do depoimento e examinando provas, e por isso a precipitação de Moro soou como tentativa de intimidar o Intercept e outros veículos que têm publicado as mensagens, como esta Folha.

O Intercept afirma ter obtido o material de fonte anônima —cujo sigilo é protegido pela Constituição brasileira— e nega ter participado dos crimes cometidos pelos que copiaram os arquivos fornecidos a seus jornalistas.

Ao examinar as mensagens, este jornal não encontrou sinais de adulteração. Mesmo que a fonte as tenha conseguido de forma ilícita, o evidente interesse público justifica a publicação do seu conteúdo.

Na quinta (25), Moro tomou a iniciativa de avisar o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e outras autoridades que seus aparelhos celulares também haviam sido alvo de ataques. A uma das vítimas o ministro assegurou que as informações seriam destruídas.

Coube à própria PF lembrá-lo do óbvio, em nota oficial. O material obtido pelos hackers, bem como outras provas que vierem a ser colhidas, não pode ser descartado sem que o Ministério Público seja ouvido e sem autorização do juiz que supervisiona o inquérito.

As ações de Moro podem parecer compreensíveis para muitos, considerando os danos causados pela divulgação das mensagens à sua reputação e os indícios de que o ataque teve de fato grande alcance. Entretanto elas representam intromissão injustificável no andamento das investigações.

Embora seja subordinada ao Ministério da Justiça, a PF tem autonomia para conduzir seus inquéritos, segue protocolos rigorosos e está sujeita a mecanismos de controle externo previstos em lei.

Ao buscar informações sobre uma investigação sigilosa e usá-las para difundir conclusões prematuras e confundir o público, o ministro da Justiça despreza essa autonomia, prejudica o trabalho policial e compromete aquele que deveria ser seu único objetivo - o esclarecimento dos fatos

53. A MAMATA NÃO ACABOU

Mariliz Pereira Jorge

Está no dicionário a definição de "mamata": emprego rendoso que requer pouco ou nada de trabalho; teta. Parece a descrição do trabalho de alguns ministros do governo Bolsonaro. Em menos de sete meses, quatro se afastaram do cargo, que tem remuneração de R\$ 39 mil mensais, para tratar de "assuntos particulares". Se isso não é mamata, sei lá o que é.

Sergio Moro, da Justiça, tirou uma semana para dar um rolê nos States com a "conje". Marcelo Antônio, do Turismo, aquele enrolado no escândalo dos laranjas do PSL, só disse que estará com a família. Não é uma maravilha? Pode ser só inveja, eu mal tenho tempo de estar com a minha. Quem manda eu não ser ministra?

Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, desfruta de licença para participar das celebrações dos 50 anos do pouso da Apollo 11. É anfitrião do Almoço com o Astronauta, no Nasa Kennedy Space Center Visitor Complex. Não é a primeira vez que Pontes dá expediente no complexo para entreter turistas. Frila um tanto inadequado no momento em que o presidente insulta o diretor do Inpe e joga o problema no colo do ministro, que parece estar no mundo da lua.

E, claro, Abraham Weintraub, o titular da Educação, mas pode chamar de ministro da treta. Em três meses acumula incidentes, na ativa e no recesso. Usou o site do MEC para justificar o descanso, apesar do pouco tempo de labuta. Diz que tem férias vencidas por causa do seu vínculo com a Unifesp. Então, tá.

Ainda que tudo tenha sido feito dentro da legalidade, com ou sem remuneração, o que dizer de um governo que mal começou (e começou mal), coleciona crises e maus resultados, mas seus ministros sentem-se à vontade para tirar férias?!

Em outubro, irritado com as críticas da Folha, Bolsonaro disse que ia acabar com a "mamata" do jornal. O que mais esse governo tem dado é trabalho.

Mamata, pelo visto, só para seus ministros, filhos e amigos.

Mariliz
Jornalista e roteirista de TV

Pereira

Jorge

54. A tenebrosa madrugada do ex-juiz Sérgio Moro

Precisa ser afastado - https://blogdacidadania.com.br/2019/07/moro-precisa-ser-afastado-imediatamente-diz-desembargadora/?fbclid=IwAR2DCf8YBcON8j_-Nw8YMbUDHbSJJCfz20R3Bu6UI8_pABmMScjllq1cZ38

By [Carta Campinas](#) / on sábado, 27 jul 2019 -

https://cartacampinas.com.br/2019/07/a-tenebrosa-madrugada-do-ex-juiz-sergio-moro/?fbclid=IwAR3p0G-9TGgDdiEs0s0LZlnSggrOhz91IAIJQMQJWopNAD8juC6k_S9vJqQ

.Por Márcio Augusto D. Paixão.

Imaginem a madrugada de Sergio Moro entre a noite do dia 24 e a manhã do dia 25 de julho. No dia 24, a Polícia Federal prende estelionatários (a essa altura, já temos informações suficientes para não chamá-los de “hackers”) que invadiam contas de Telegram pertencentes a autoridades – e então Sergio Moro comemora nas redes sociais, pois imaginava que constituiria uma “virada de jogo” em relação à Vaza Jato; afinal, sempre esteve acostumado a desqualificar os adversários ideológicos pelo método de imputar-lhes as pechas de “criminosos” e “corruptos”, e o circo estava armado para passar a fazer isso com Glenn Greenwald.

Ao fim do dia, Moro começa a perceber a furada sem tamanho em que se meteu. Com a apreensão dos computadores dos golpistas pela PF, as mensagens de Telegram extraídas da conta de Deltan Dallagnol serão autenticadas e estarão integralmente disponíveis para os advogados de pessoas acusadas na Lava Jato, inclusive os da defesa de Lula, para que sejam usadas a fim de anular os processos criminais em relação aos quais houve quebra da regra de imparcialidade do juiz (já falei sobre isso – <https://bit.ly/2YwjSku> e <https://bit.ly/32TTIb2>).

Assim, Moro passa a perceber que: (i) depois de dois meses negando a autenticidade das mensagens, elas serão autenticadas por órgãos oficiais; (ii) o material poderá ser usado em prol dos acusados, o que era difícil até aquele momento; (iii) provavelmente alguns processos criminais serão anulados em razão da suspeição do juiz – o que representa uma mácula indelével a qualquer (ex-)magistrado; (iv) até o Supremo Tribunal Federal reconhecerá que era suspeito para julgar alguns casos; e (v) o ex-presidente Lula provavelmente será solto.

Essas cinco consequências gerariam a desmoralização dele, como nunca antes vista em relação a um Ministro da Justiça: comprova-se que era um mentiroso (quando negava a veracidade das mensagens), e que nunca foi imparcial quando juiz – acarretando até a soltura do ex-presidente cuja prisão representa um troféu para o bolsonarismo.

Mas não pára aí. Em uma das mensagens vazadas, Moro disse a Dallagnol que “duvidava da sua capacidade institucional de limpar o Congresso Nacional”. Ao se lembrar disso, imagino eu que lá pela madrugada, Moro se desesperou – porque essa é a única mensagem que, caso seja verdadeira, pode derrubá-lo do cargo e jogá-lo ao ostracismo. Ficará difícil para Bolsonaro decidir comprar uma briga com o Congresso Nacional só para manter Moro, quando pode trocá-lo por qualquer outro juiz da Lava Jato sem que haja maior prejuízo perante sua militância bolsonarista (como, por exemplo, Marcelo Bretas – que chegaria agradando evangélicos).

A única solução que restou a Moro consistia na destruição dessas mensagens apreendidas pela PF, e passou o dia de ontem operando desesperadamente com esse propósito. Telefonou a dezenas de autoridades para avisar-lhes que elas haviam sido hackeadas, com o objetivo de tentar obter apoio institucional para seu discurso de que “as mensagens devem ser destruídas” (repite, única providência apta a garantir que permaneça no cargo), alegando razões que vão desde a segurança nacional até a inviolabilidade da privacidade das vítimas.

Moro sabia que a destruição das mensagens depende de uma decisão judicial, mas também sabe que essa só virá na velocidade desejada (antes que os advogados obtenham cópias) se houver amplo apoio institucional.

Não suficiente, o desespero fez com que ficasse matutando sobre meios de usar do cargo para intimidar Glenn Greenwald, o que resultou na edição de uma “coincidente” portaria dispondo sobre os casos em que estrangeiros deverão ser deportados/repatriados do país por força de práticas criminosas. Conquanto essa portaria não deva se aplicar a Glenn – porque é residente no Brasil, casado com brasileiro e pai de brasileiros (art. 55 da Lei de Migrações) – é evidente que foi editada para constrangê-lo e para atizar a militância bolsonarista que opera contra ele.

Considerada a oportunidade em que publicada a portaria, não resta dúvidas quanto ao propósito intimidatório: ela consiste no único ato publicado pelo Ministro da Justiça no Diário Oficial da União de hoje (<https://bit.ly/2YtpsV0>). Sim, isso mesmo: não há mais nenhum documento que tenha sido assinado ontem pelo Ministro da Justiça e publicado hoje no Diário Oficial. Imaginem ele, em meio a tamanha crise, tendo tempo para revisar e assinar somente essa portaria – é porque ela é também fruto da crise.

Sergio Moro, ontem, teve seu dia de político delinquente comum: passou o dia em seu gabinete concebendo estratégias para apagar os rastros de seus atos ilícitos e abusando do cargo para se proteger e constranger adversários. Atuou como típico tiranete mafioso de terceiro-mundo; operou como Eurico Miranda em uma eleição para direção do Vasco da Gama. (**Do Facebook de Márcio Augusto D. Paixão**)

Nota oficial da FEDERAÇÃO DE JORNALISTAS - FENAJ

Governo desrespeita a Constituição e caminha para a autocracia

O governo brasileiro, por meio do ministro da Justiça Sérgio Moro, publicou nesta sexta-feira, 26 de julho, a Portaria 666/2019, na qual prevê a

deportação sumária de estrangeiros considerados “perigosos” ou que tenham cometido atos contrários ao disposto na Constituição Federal. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) vem a público denunciar sua finalidade intimidatória e, especialmente, seu caráter ilegal e autoritário, que viola princípios estabelecidos na Constituição Brasileira.

A Portaria 666 foi editada em meio à divulgação de uma série de diálogos entre o então juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol, que comprovam ações ilegais de ambos na Operação Lava Jato. Os diálogos foram objeto de reportagens publicadas pelo site The Intercept Brasil, dirigido pelo jornalista estadunidense Glenn Greenwald, radicado no Brasil.

Ainda que a legislação brasileira garanta a Greenwald direito à não deportação, por ser ele casado com cidadão brasileiro e pai de dois filhos (adotivos) brasileiros, fica evidente a tentativa de intimidação ao jornalista. Como se trata de ação de governo, a FENAJ alerta para o perigo da volta da censura à imprensa e da perseguição a jornalistas, práticas adotadas durante a ditadura militar (1964-1985) e comuns a governos não democráticos.

O governo brasileiro, por meio do ministro Sérgio Moro, desrespeita a Constituição Brasileira, que garante aos estrangeiros residentes no país os mesmos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, que estão dispostos no Artigo 5º. A Portaria 666/2019 também altera significativamente o espírito da Lei 13.445/2017, que tem como princípios o combate à xenofobia e à discriminação contra estrangeiros. Portanto, pode ser questionada juridicamente de diversas formas. Sua edição, entretanto, causa perplexidade em razão do objetivo aparente: intimidar um jornalista estrangeiro residente no Brasil e que está à frente de uma investigação jornalística envolvendo o ex-juiz Sérgio Moro, agora ministro da Justiça. Depois de tentar desqualificar o site The Intercept e seu diretor, como tática de defesa, Moro parte para a intimidação. Jornalistas têm sido vítimas frequentes de ataques do chefe de governo e de seus seguidores. Em entrevista coletiva realizada nesta sexta-feira, em Goiânia, Bolsonaro classificou de “idiota” a pergunta sobre a utilização de helicóptero da Força Aérea Brasileira por parentes. Diante da insistência dos jornalistas, encerrou a entrevista sem responder à questão. A FENAJ alerta para o perigo das restrições à liberdade de imprensa, das quais sempre lançam mão governos autocráticos. A Federação reafirma a defesa dos jornalistas e do sigilo da fonte, ao mesmo tempo em que reforça que o compromisso profissional dos jornalistas é o de levar à sociedade as informações de interesse público.

Brasília, 26 de julho de 2019.

Diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas.

55. COICE NA LITURGIA

Ruy Castro – FSP 24 JULHO

A chapa está esquentando. Jair Bolsonaro, o presidente mais boquirroto da história da República, tem se superado ultimamente em sua especialidade de atacar adversários, ofender aliados, ignorar protocolos, diminuir instituições, promover crises, agredir minorias, comprar brigas gratuitas, humilhar seus próprios amigos, mentir com grande convicção, desdizer-se na maior cara dura e, de modo geral, escoicear a liturgia do cargo.

Formalmente, é um presidente. Tem ao seu redor pessoas para protegê-lo, transportá-lo, abrir-lhe portas, fazer seus ternos, cortar-lhe o cabelo, corrigir sua postura, preparar sua agenda, escrever seus discursos e, principalmente, orientá-lo sobre as grandes questões, a atitude a tomar sobre este ou aquele problema, a oportunidade de manifestar-se ou manter-se neutro diante de certos assuntos. Bolsonaro deve ter todos esses profissionais para servi-lo. Mas, ou são uns incompetentes ou é ele quem os desqualifica, passando por cima de seus conselhos e metendo os pés pelas mãos por conta própria.

Durante a campanha, quando batia boca com os adversários, dava-se um desconto. Campanha é assim mesmo, pode-se falar qualquer coisa, só os bobos acreditam. Mas, a partir do momento em que se enverga a faixa —e há uma foto do dia da posse, em que Bolsonaro, deslumbrado, aponta para a dita cuja—, impõe-se uma compostura. O cargo implica e exige respeito.

Apenas nos últimos dias, Bolsonaro chamou os nordestinos de “paraibas”, rotulou um general como “melancia” —verde por fora, vermelho por dentro— e tachou um importante órgão de pesquisa, que nem deve saber para o que serve, de divulgar dados “mentirosos”. Mas, nesta, levou um troco: foi acusado de falar como se estivesse “em uma conversa de botequim”.

Como não se dá ao respeito como presidente, Bolsonaro logo não poderá exigir que seus presididos o tenham por ele.

56. Ataque ao INPE se explica: é a política do ódio aplicada ao meio ambiente

https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/07/23/ataque-ao-inpe-se-explica-e-a-politica-do-odio-aplicada-ao-meio-ambiente/?fbclid=IwAR0Z7CfzwjdbUn7Jf9U1qkshNFWrjnEZITx5aRbZ5uE_fVMbUo_U-STvyfU

Reinaldo Azevedo - 23/07/2019 07h16

Jair Bolsonaro produziu "fake news" e a espalhou para suas milícias nas redes sociais para tentar justificar o ataque insano que fez ao Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e a seu presidente, Ricardo Galvão. O "Mito" lacrador da Internet deu a entender que Galvão foi insubordinado, recorreu a expediente de exceção e acabou divulgando dados sobre desmatamento à revelia do governo. Isso não aconteceu porque não é assim que as coisas funcionam. De resto, se os dados apontassem uma diminuição da devastação, é certo que o inquilino do Planalto não estaria reclamando.

Ocorre que as evidências apontadas pelo Inpe são preocupantes e, de fato, criam embaraços ao país no exterior, especialmente no momento em que as negociações entre o Mercosul e a União Europeia avançam. Mas notem que coisa curiosa: a reação de Bolsonaro chega com atraso e só veio a público porque, por óbvio, a imprensa internacional se interessou pelo assunto.

Os dados foram revelados no dia 3 de julho e apontam que "o desmatamento na Amazônia Legal brasileira atingiu 920,4 km² em junho, um aumento de 88% em comparação com o mesmo mês no ano passado."

Vamos ver. Existe uma rotina para a publicação das informações. E, de fato, ela não mudou. Segundo informa Galvão ao Estadão, "não existe isso de divulgarmos os dados". O diretor afirma que eles são apresentados de modo transparente no site Terrabrasilis, do Inpe, depois que são encaminhados para o Ibama. "Mandamos os dados do Deter (sistema de detecção em tempo real) para o Ibama. Os dados do Prodes (sistema que aponta a taxa anual, e oficial, de desmatamento) são sempre mandadas com antecedência ao ministério antes de divulgação. Os dados de junho mesmo foram mandados uma semana antes. Estranho dizerem que não avisamos", afirmou Galvão. "Além disso, temos de cumprir a Lei de Acesso à Informação. E é ingenuidade supor que se pode esconder esses dados. Os satélites estão todos em cima. Não tem como embargar", afirmou Galvão.

Vejam que coisa. No dia 4 de julho, o "Jornal Nacional" divulgou os números e ouviu o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. E o que disse este impressionante senhor? Isto: "Se houve uma questão numérica de contenção do desmatamento que depois voltou a crescer, também houve um prejuízo que acaba gerando resultados negativos mais à frente de um empobrecimento. A pergunta é: de que forma nós podemos conter o desmatamento ilegal, mas trazer essas pessoas para um padrão de atividade econômica para uma qualidade de vida?"

A fala é confusa, mas se pode notar um flerte mais do que explícito com o desmatamento, considerando-o uma espécie de fatalidade. Apesar do raciocínio torto, dá para perceber que o ministro considera que a preservação leva ao empobrecimento, e que se desmata como forma de fugir da pobreza. Enquanto for esse o norte conceitual da pasta, teremos um Ministério da Devastação Necessária, não um Ministério do Meio Ambiente. Em sete meses de gestão, essa é a área em que o governo Bolsonaro consegue produzir a maior quantidade de insultos à inteligência.

Este é um governo que vitupera contra o Ibama; que critica a área de preservação de Angra dos Reis, onde o presidente quer criar uma nova

Cancún; que cisma com a taxa de preservação que se cobra de turistas em Fernando de Noronha; que manda que europeus procurem a sua turma quando o assunto é preservação; que inventa que existe um plano para a internacionalização da Amazônia; que vê o país cercado por ONGs ambientalistas sob o comando de interesses ocultos; que se reúne com madeireiros, tratando-os como vítimas do preservacionismo; que flerta abertamente com garimpo na suposta defesa dos pobres...

Tudo isso se dilui, com o perdão da expressão, no viés ideológico de extrema-direita e no berreiro. Mas tem consequências, como se vê. O que é que irrita no caso do Inpe? Os dados são objetivos, técnicos, captados por satélite.

Bolsonaro apela à hierarquia de quartel — coisa que o governo não é — e diz que quer saber dos dados antes de sua divulgação. Para a reputação do Brasil lá fora, preocupação por ele vocalizada, saber antes ou depois, convenham, é irrelevante. O que precisa é conter o desmatamento ilegal — até porque ainda existe espaço para o desmate legal. E isso se consegue é com uma mudança de mentalidade.

A tendência, como desdobramento do discurso irresponsável, é que o desmatamento aumente, sim, e que isso acabe criando problemas sérios para o país. A razão é simples: temos um governo que faz questão de deixar claro todos os dias a sua relação de ódio com o meio ambiente e que considera a preservação inimiga do desenvolvimento e adversária da pobreza.

Para uma mentalidade assim, só há uma saída: extinguir o Inpe e mandar que os demais países do mundo busquem a sua turma.

57. O próximo alvo de Bolsonaro poderá ser as Forças Armadas, por Rogério Maestri

<https://jornalggn.com.br/noticia/o-proximo-alvo-de-bolsonaro-poderao-ser-as-forcas-armadas-por-rogerio-maestri/>

Para se entender melhor, temos que primeiro assistir com todo o cuidado o vídeo o guru de Bolsonaro e seus filhos, Olavo de Carvalho, denominado Caranguejos no balde 1

Luis Nassif - 24/07/2019

58. Xadrez da natureza do governo Bolsonaro

Por [Luis Nassif/Jornal GGN](https://www.patrialatina.com.br/xadrez-da-turezado-governo-bolsonaro/) - <https://www.patrialatina.com.br/xadrez-da-turezado-governo-bolsonaro/>

Peça 1 – elite, povo e lumpem

Uma das peças centrais do governo Bolsonaro é o desmonte de qualquer forma de proteção social e de regulação capitalista da economia. Embrulha tudo isso na embalagem do empreendedorismo e da liberdade de atuação das empresas.

Mas não se trata nem de um representante da elite, nem do proletariado, nem do empreendedorismo. A divisão é outra: é entre a economia formal e a economia da zona cinza, ou irregular ou criminosa.

Peça 2 – desregulação e economia do crime

Sua última decisão, de proibir que as Juntas Comerciais comuniquem suspeitas de crimes na constituição de empresas, somado ao apoio às restrições do COAF, visam justamente abrir espaço para a ocupação da economia pelas organizações clandestinas, algumas nitidamente criminosas.

Vão na mesma direção o desmonte da Funai, da ICMBio, a flexibilização dos agrotóxicos pela Agência Nacional de Saúde, a abertura para importação de armas, e a liberação de armas para a população, até temas menores, como a proposta dos Bolsonaro de anular as multas das vans que trafegam em faixa de ônibus no Rio de Janeiro. Sua última decisão foi permitir a distribuição de gás em botijão semi-cheio e sem menção à distribuidora.

Não se pense em motivação ideológica ou qualquer forma de pensamento elaborado. A escola de Bolsonaro são as milícias. Vez por outra, ele vai buscar no neoliberalismo selvagem motes para o desmonte do Estado formal.

Peça 3 – desmonte de toda forma de organização

Assim como em outros movimentos fascistas, Bolsonaro não admite o contraditório ou qualquer forma de organização, seja social seja de corporações públicas.

É o que explica o fim dos conselhos, os ataques às organizações sociais, o fato de colocar Supremo, Procuradoria Geral da República e Lava Jato de joelhos. E também a iniciativa de acabar com as contribuições ao sistema S, ou o processo descontrolado de abertura da economia.

Leia também: Temer fala do caso Joesley e diz que Bolsonaro “continua” seu governo

Incluem-se aí as disputas com as corporações públicas, com o Judiciário, especialmente com a elite do funcionalismo público, possível próxima etapa do desmonte bolsonarismo.

Peça 4 – a apropriação dos serviços públicos pelo lumpem empresariado

Uso o termo lumpem empresariado para diferenciar dos setores empresariais modernos e dos tradicionais. São os que exploram nichos como bingo, manicômios, clínicas psiquiátricas, escolas para deficientes e, no caso das milícias, transporte público, construções irregulares em áreas de preservação, venda de gatos e de gás, venda de proteção privada.

A última decisão do governo foi retirar médicos, psiquiatras especialistas e conselhos das decisões sobre saúde mental.

Peça 5 – o preconceito contra os miseráveis e contra a elite

Uma característica da classe média baixa, em seu processo de ascensão econômica, é a ampla ojeriza a qualquer forma de miséria que possa lembrar suas origens, e a revolta contra qualquer grau de hierarquia social, como expressão da revolta pelas humilhações sofridas.

A negação de qualquer forma de solidariedade aos mais pobres é um instrumento de afirmação da sua condição social, de quem saiu da pobreza, mas não chegou a elite.

O resultado é um tipo com profundo preconceito em relação aos mais pobres, é uma repulsa contra os salões da elite, aos quais nunca teve acesso.

A família Bolsonaro enquadra-se perfeitamente nesse perfil. O pai sempre demonstrou uma raiva descontrolada em relação à memória do ex-deputado Rubens Paiva, cujo pai era grande fazendeiro na cidade em que Bolsonaro foi criado.

Leia também: FMI reduz projeção de crescimento do Brasil de 2,1% para 0,8%

Por isso, é tolice considera Bolsonaro como aliado das elites. Ele é um representante típico do lumpem. Fica à vontade com o lumpem, as formas de expressão são típicas do lumpem, assim como as demonstrações de machismo, o símbolo fálico das armas, as piadas escatológicas. E o ódio a qualquer forma de conhecimento especializado, visto por eles como um sinal de prepotência do intelectual em relação ao ignaro.

Peça 6 – o horror a qualquer tipo de divergência

O horror à divergência é consequência automática do complexo de inferioridade que os acompanha a vida toda, seja pelas vulnerabilidades de origem, seja pela fraqueza intelectual.

Só confiam nos seus. Dai a exigência de obediência absoluta, que faz os espíritos mais fracos se comportarem de forma vergonhosamente subserviente. Como bem anotou Jânio de Freitas, Bolsonaro tem a compulsão da morte.

Não há saída democrática nesse perfil. A cada dia que passa, mais aprofundará as posturas autoritárias, o atropelo das instituições e das normas, até o confronto final, a hora da verdade, quando se irá conferir se as forças que aglutinou em seu apoio serão superiores ou não ao grande pacto que começa a se formar de resistência às suas loucuras.

Rogério Maestri

comentário no post Xadrez da natureza do governo Bolsonaro, por Luis Nassif

Num vídeo de Olavo de Carvalho fica exposta claramente a estratégia golpista de Bolsonaro para que ele se transforme numa espécie de senhor da guerra. O importante é que a estratégia deverá passar pela simples liquidação da hierarquia militar brasileira colocando-as sob o controle das polícias militares.

Para se entender melhor, temos que primeiro assistir com todo o cuidado o vídeo o guru de Bolsonaro e seus filhos, Olavo de Carvalho, denominado Caranguejos no balde 1.

O vídeo nos 1:20 começa com uma mentira escatológica, ou seja, que o BNDES usou um trilhão de reais através do Foro de São Paulo para reforçar a caixa da esquerda latina americana, ou seja, como se fosse possível tirar da conta de um banco algo que ele nunca dispôs em caixa para misteriosamente passar para a esquerda continental, mas como escatologia é a arma de extrema direita, qualquer coisa vale.

Mas o mais significativo vem logo a seguir. A partir de um momento de autoelogio, o grande propagador da conspiração internacional do Foro de São Paulo começa a simplesmente chamar os generais do exército brasileiro de preguiçosos e que quando promovidos passam a somente jogar baralho.

Os autoelogios de Olavo de Carvalho, como o descobridor da trama internacional do Foro de São Paulo, não são produtos de uma mente doentia, mas sim de alguém que deixa claro o porquê da sua estada nos Estados Unidos, pois ele deixa patente no seu discurso que o alto-comando das forças armadas são coniventes com a sua falaciosa conspiração internacional de permitir que o comunismo triunfe na América Latina, sobre o comando nem mais nem menos do PT e de Lula

(motivos para colocar o PT na ilegalidade e deixar Lula preso até a morte.

Até aqui fica fácil de concluir e achar que é uma alucinação de uma mente doentia de Olavo de Carvalho, porém ele tem todo o cuidado de simplesmente beatificar a baixa oficialidade das forças armadas e principalmente a bravura das polícias militares, coisa que não é feita ao acaso.

Poderíamos simplesmente achar isto tudo uma alucinação ou até mesmo uma tentativa de embaralhar a situação política por alguém claramente vinculado à esquerda, como eu, porém esta proposta do guru parte de hipóteses ridículas, como a transferência de um trilhão de reais para as forças de esquerda continentais, que se houvesse sido enviado via qualquer outro meio somente 5% deste valor não estaria a esquerda continental nesta penúria, porém a estratégia de desmoralização das forças armadas está claramente e explicitamente traçada para quem tiver o mínimo de visão, inclusive militares de direita que tenham o mínimo apreço com a instituição.

Qual a estratégia de Bolsonaro? A primeira hipótese, mais conservadora e menos traumática seria a desmoralização total de todas as forças armadas, principalmente setores que não aderiram ao pacto bolsonarista e como quem comanda o exército é o presidente da República tentar-se á criar uma situação de conflito interno. Essas provocações podem ser simples como a feita na inauguração do aeroporto na Bahia ou a não ida do chefe de estado a solenidades militares importantes para as três armas. Como complemento as provocações podem suceder uma mudança radical do alto comando das três forças armadas, para um posterior autogolpe do tipo AI-5 (com uma maior violencia) e coloca-se o país sobre uma ditadura hereditária do clã.

Se ficasse por aí ainda seria leve o autogolpe do capitão, porém o que é previsto é a criação de um conflito interno em que as polícias militares no comando, com patentes inferiores das forças armadas as apoiando seria deflagrada uma verdadeira guerra civil entre tropas leais ao

presidente e tropas leais ao país. Para esta situação ter-se-ia somente uma resistência a ser vencida, como um exemplo aleatório, a aeronáutica, e nesse caso se contaria com o apoio norte-americano, com isto se vê a importância de um embaixador leal ao presidente para articular a intervenção.

Mesmo que haja resistência por parte do exército, uma divisão do país em duas ou mais zonas sob o controle de grupos antagônicos criaria um cenário como o da Líbia, que para o governo Norte-americano representaria um ganho significativo, pois simplesmente anularia a existência de um país de dimensões continentais que numa situação de crise futura (crise econômica significativa, por exemplo) teria capacidade de implementar uma política nacionalista ou de esquerda ou de direita.

Alguém pode pensar que isto tudo não passa de uma imensa teoria da conspiração, porém se repararem que os três estados com maiores forças públicas, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estão sobre o controle dos mais bolsonaristas dos governadores, governadores surgidos do nada, como o do Rio e de Minas Gerais, que não pensem que foi pelo acaso. Por outro lado, a existência de milícias com ampla vinculação ao tráfico de armas e ao clã, também não é outro acaso, e pelo que se saiba até hoje não foi feita nenhuma ação contra estas milícias. Também a ida constante do ministro Sérgio Moro aos Estados Unidos, a nomeação futura de um novo embaixador para aquele país e por fim o próprio contingenciamento de receitas imposto as forças armadas. Todos estes eventos reforçam uma costura que já venho escrevendo há quatro anos, começando pelo artigo "Eles escolheram a barbárie" de 26/12/2014, passando inclusive por um alerta mais claro em "Porque da necessidade do fim do Estado Nacional" em 08/12/2016. A sucessão atual de eventos somente são uma costura de tudo que já está previsto, que não é nada mais nada menos do que a extinção de um Estado Nação chamado Brasil, para a substituição por vários pequenos estados que no início serão governados pelos comandos das polícias militares em cada um.

Quem viver verá.

59. Após abrir 'caixa de Pandora', MBL faz mea culpa: a gente polarizou, e era fácil e gostoso polarizar

[https://revistaforum.com.br/apos-ajudar-eleger-bolsonaro-mbl-faz-mea-culpa-a-gente-polarizou-e-era-facil-e-gostoso-](https://revistaforum.com.br/apos-ajudar-eleger-bolsonaro-mbl-faz-mea-culpa-a-gente-polarizou-e-era-facil-e-gostoso-polarizar/)

[polarizar/](#)

Preterido por movimentos de extrema-direita – que resultaram na perda de mais de 400 mil seguidores nas redes sociais – depois de servir de massa de manobra para a eleição de Jair Bolsonaro, o Movimento Brasil Livre (MBL) faz mea culpa e admite que errou ao “espetacularizar” a política

28 de julho de 2019, 08:16 h

•

Revista Fórum - Preterido por movimentos de extrema-direita – que resultaram na perda de mais de 400 mil seguidores nas redes sociais – depois de servir de massa de manobra para a eleição de Jair Bolsonaro, o Movimento Brasil Livre (MBL) faz mea culpa e admite que errou ao “espetacularizar” a política.

“A gente polarizou, e era fácil e gostoso polarizar. Quando começaram a proliferar as camisetas do Bolsonaro e as pessoas diziam “mito, mito”, a ideia de infalibilidade dele, muito foi porque ajudamos a destampar uma caixa de Pandora de um discurso polarizado”, afirma Renan Santos, coordenador do movimento em entrevista a Carolina Linhares e Fábio Zanini, na edição deste domingo (28) da Folha de S.Paulo.

Leia mais na [Revista Fórum](#)

<https://revistaforum.com.br/apos-ajudar-eleger-bolsonaro-mbl-faz-mea-culpa-a-gente-polarizou-e-era-facil-e-gostoso-polarizar/>

60. Aguinaldo Junior FB 28 JUL – Tudo como dantes no quartel de Abrantes

Dessa reportagem do Estadão, destacamos pontos importantes:

Depois da recessão nenhum setor ...: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/cinco-anos-apos-o-inicio-da-recessao-nenhum-setor-voltou-ao-nivel-pre-crise,70002835508?fbclid=IwAR3Mmp5kyPgC-kx-rn7sDVPTuN8vwkTIKnsH-DYj9a0RdVZUbrDETWXUdw>

- 1. Tudo está em nível consideravelmente pior que 2014.**
- 2. Existe uma falsa divergência de pensamento dos economistas. Todo mundo sabe o que está acontecendo, mas melhorar para a população em geral não significa melhorar para todo mundo. Como sabemos, a crise afeta pessoas e setores de maneira diferente.**
- 3. O setor produtivo tem muita capacidade ociosa, mas não tem demanda. A recuperação da economia passa necessariamente pela recuperação do poder de compra das famílias, de baixo para cima. O que não irá ocorrer por causa do endividamento que imobiliza.**
- 4. Quantas vezes você ouviu que os investidores estavam prontos para entrar no Brasil desde 2014? Pois é, eles até entraram (como já faziam e sempre fizeram), mas isso não muda em praticamente nada a situação das famílias. Essa semana a Petrobras vendeu parte da BR distribuidora exclusivamente para investidores estrangeiros por um preço questionável dado o lucro anual da empresa. Quem lucrou com isso? Quem melhora de vida com isso?**
- 5. Previsões de recuperação adiadas ou revistas são previsões erradas. Simples assim.**
- 6. Esses mesmos falsos gurus aproveitam os erros para falar em nome do mercado financeiro e exigir mais reforma e mais ajuste. Nós e eles sabemos que isso não muda positivamente o quadro atual. E que eles mentiram na sucessão do impeachment, mentiram na reforma trabalhista, na eleição e na reforma da previdência.**
- 7. É engraçado ver liberais apontando a retração do consumo na Argentina como motivo para a não retomada do crescimento no Brasil. Sabemos que a Argentina, como nós, é um paciente gripado passando por quimioterapia.**

POLEMIZANDO A CONTROVÉRSIA

Antonio Prata, na FSP, 28 jul

"No final da semana passada, numa logorreia alucinante que fez Homer Simpson parecer um Bertrand Russell, Bolsonaro disse que os dados do Inpe sobre desmatamento na Amazônia eram falsos e que os cientistas deviam estar a serviço de alguma ONG. Disse que iria fechar ou privatizar a Ancine

para que não houvesse mais dinheiro público em filmes como “Bruna Surfistinha”. Disse que não existia fome no Brasil.

Disse que a jornalista Miriam Leitão participava da luta armada na ditadura e mentia sobre haver sido torturada. Por fim, Jair referiu-se aos governadores do Nordeste como governadores “de Paraíba”.

Na primeira página de sábado (20), a Folha definiu as declarações como “controversas”. Em matéria na página A4, adjetivou “governadores de Paraíba” como uma “fala polêmica”. Qualquer fala é “controversa” ou “polêmica” desde que haja versões contrárias ou cause barulho. Se eu disser que os brancos são superiores aos negros e que as mulheres são burras, terei sido “controverso” e “polêmico”, claro, pois a ciência diz o contrário. Se quisermos ser mais precisos, contudo, devemos afirmar que fui racista e machista.

As falas de Bolsonaro sobre o Inpe e Miriam Leitão são mentirosas. A fala sobre a Ancine é autoritária, dirigista, censora, abusiva. A fala sobre os governadores nordestinos é preconceituosa, ofensiva. Talvez por receio de parecer partidária ao qualificar as declarações do presidente com os adjetivos acima, tanto a Folha quanto outros veículos de comunicação acabam tomando o partido oposto, normalizando seus absurdos.

Quando usamos o termo “controvérsia”, legitimamos os supostos dois lados da moeda. Batizar uma mentira de “polêmica” é dar 50% de credibilidade para o fato, 50% para a fraude. Os termos não são apenas vagos, eles deturpam a realidade que o jornalismo precisa reportar.

Dados mostram que 5.653 pessoas morreram de fome no Brasil, em 2017. Décadas de trabalho sério evidenciam que os cientistas do Inpe não forjam seus estudos a serviço de ONGs. Existem provas e testemunhas de que Miriam Leitão nunca participou da luta armada, foi torturada e presa numa cela, nua, com uma jiboia, aos 19 anos. (Sobre este último requinte de sadismo, Bolsonaro declarou, meses atrás: “Coitada da cobra”).

Há tanta “controvérsia” sobre estes fatos quanto há sobre a segurança das vacinas e a circunferência da Terra. Cabe ao jornalismo afirmar com todas as letras que os que discordam de tais afirmações estão errados —e quando eles sabem que estão errados e mesmo assim emitem tais opiniões, é preciso dizer que eles mentem.

Há, por trás destas questões, uma outra. Como fazer um jornal (ou uma TV) que vive de assinaturas (ou audiência) e publicidade, buscando o maior número possível de pontos de vista, numa época em que estes pontos de vista incluem movimentos antivacina, terraplanismo (!), machismo, racismo, homofobia e até mesmo Olavo de Carvalho (!!!)? Ao meu ver, não é alargando as fronteiras do aceitável, mas firmando os pés na tradição iluminista, democrática, civilizatória. Se o mundo está ficando louco, não convém à mídia enlouquecer para acompanhar a tendência.

A imprensa, a ciência e a arte, os três maiores alvos do populismo autoritário que se espalha pelo globo, têm entre si um denominador comum: a busca pela verdade. Nestes seis meses de obscurantismo galopante, no Brasil, a Folha tem sido um pilar fundamental deste tripé: que não tenha medo de reportar a mentira, a ofensa, a burrice e o autoritarismo nos próximos três anos e meio."

61. As esquerdas distraídas, por Aldo Fornazieri

Se as esquerdas não tiverem senso de prioridade e não souberem travar a luta no campo que lhes é favorável e desvantajoso para Bolsonaro terão um segundo semestre de derrotas.

https://jornalggn.com.br/artigos/as-esquerdas-distraidadas-por-aldo-fornazieri/?fbclid=IwAR3_IMRajTbV18qG8NX5qrMbx2IwKHVibrZuSLQ0J0iD0y4g2z_CNJUF9nk

29/07/2019

Insistir no tema da crise e defensiva das esquerdas não é uma predileção. É uma necessidade, em face das derrotas alarmantes que elas colheram no primeiro semestre e da tendência de não apresentarem uma estratégia relevante no segundo semestre. Na próxima semana começa o segundo semestre político do país. Não há nenhum sinal de que as esquerdas estejam preparadas para enfrenta-lo, pois não apresentaram, ao menos até agora, nenhuma agenda, nenhuma estratégia. Permanecem na penúria e na sonolência que as caracterizaram no primeiro semestre.

No primeiro semestre Bolsonaro primou em distrair as esquerdas e as esquerdas se esmeraram em ser distraídas por Bolsonaro. **O fato concreto é que Bolsonaro está na ofensiva e as esquerdas na defensiva. Lançando uma profusão de temas diversionistas e secundários para o debate do que interessa para o país, como armas, cadeirinhas de crianças, fiscalização de motoristas nas estradas, declarações homofóbicas e machistas, reverência a Trump e aos Estados Unidos e assim por diante, ele vai conseguindo pautar as esquerdas com esses temas culturalistas, ideológicos e moralistas.** Não que este embate não deva ser feito, mas ele não é o principal para uma estratégia de esquerda. Em sendo a sociedade conservadora, debater esses temas pautados pela agenda conservadora do Bolsonaro significa perder.

Bolsonaro promove o confronto ideológico porque sabe que este lhe é favorável e porque é um dos poucos trunfos que tem neste momento. Com a economia travada e com o Estado sem recursos este debate lhe é conveniente:

vai fincando estacas ideológicas, conservadoras e moralistas esperando uma virada na economia. No momento em que esta vier, ele recuperará popularidade perdida e terá erguido uma barreira de avanço conservador na sociedade. A sociedade poderá assumir contornos ainda mais conservadores se a economia se recuperar. Esta é a aposta de Bolsonaro.

As esquerdas não conseguirão enfrentar de forma inteligente o conservadorismo de Bolsonaro no terreno e nos termos que são favoráveis a ele. **A agenda culturalista e a política da moralidade não podem ser os pontos prioritários de uma estratégia das esquerdas.** A agenda conservadora e a política de valores deve sempre ser acompanhadas pelos interesses concretos da sociedade. **A disputa da hegemonia não é só cultural ou prioritariamente cultural. Ela precisa partir do concreto para o abstrato, do empírico para a ideologia, do desemprego de 15 milhões de trabalhadores para a noção de bem estar e de direitos, da desigualdade e dos privilégios inaceitáveis para a ideia de uma sociedade justa... e assim indefinidamente.** A disputa pela hegemonia, como ensinou Gramsci, envolve principalmente os interesses concretos.

O fato é que se Bolsonaro sequer fala ou se preocupa com o desemprego e a desigualdade, as esquerdas não têm esses pontos como prioridades em sua agenda e não mobilizam em torno deles. Não têm os desmanches na saúde e o meio ambiente como pontos cruciais no enfrentamento de Bolsonaro. Não têm a dramática e trágica situação das periferias como algo do seu interesse e de sua ação. Abandonaram a pauta da violência nas mãos de Sérgio Moro.

As esquerdas estão distraídas com os temas diversionistas de Bolsonaro, com Sérgio Moro, com o The Intercept, com a interminável incapacidade da campanha Lula Livre, com o combate ao fascismo conceito que a maioria esmagadora do povo sequer sabe o que significa. A tática das esquerdas consiste exatamente no seguinte: esquecer-se do principal e transformar o secundário em prioridade.

Chega a impressionar a incongruência das esquerdas: seguindo teses equivocadas de Marilena Chauí e de outros sociólogos, elas se especializaram

em hostilizar as classes médias, mas as suas pautas políticas são formadas prioritariamente por temas das classes médias. O problema estratégico das esquerdas não está na hostilização e nem na capitulação a temas das classes médias. O problema é ganhar e organizar o povo pobre e as periferias e puxar as classes médias para uma aliança. Nesta questão o Brasil caminha de forma esquizofrênica: **FHC promoveu uma aliança das classes médias com os ricos fazendo-as crer que poderiam ser ricas. Lula e o PT promoveram uma aliança dos pobres com as elites fazendo-os crer que eles haviam sentado na mesa da prosperidade para sempre.**

As esquerdas, especialmente o PT, se especializaram em se autovitimizar. A responsabilidade por suas derrotas nunca são dos seus erros. Não fazem autocrítica e mal aceitam críticas. Os culpados por suas derrotas são as elites, a grande imprensa, as classes médias, os bancos, o império americano, as conspirações internacionais etc. Tudo isto existe, é claro, como sempre existiu. E tudo isto precisa ser levado em consideração na definição de uma estratégia. Não dá para se aliar às elites, aos bancos e depois culpá-los pelas próprias derrotas.

O fato é que essa lamúria autovitimizadora vai criando gerações de derrotistas na militância. Cria-se a crença de que nunca será possível vencer os poderosos. A ideologia do derrotismo e da impotência é uma causa importante das derrotas das esquerdas. Mas aqui também há uma esquizofrenia: a contraface da ideologia do derrotismo é a ilusão de vitórias certas. Vitórias que não se sabe de onde virão, pois seriam vitórias sem luta.

As esquerdas precisam compreender que o povo nunca avançará na consolidação de conquistas e vitórias se a luta não for travada no terreno da organização popular e da ação de massas. Qualquer luta institucional só terá alguma consequência se houver força popular organizada. Vitórias fora desse contexto serão epifenômenos, prelúdios de novos retrocessos. O capitalismo predatório que existe no Brasil não lida com considerações civilizatórias, com princípios de direitos liberais, com a consagração da institucionalidade democrática e do Estado de Direito. Ou isto será garantido pela organização popular ou estará sempre ameaçado por predadores inescrupulosos. Qualquer

estratégia consequente precisa ter como pressuposto a força social e popular organizada.

Leia também: [MP de Bolsonaro fragiliza função do FGTS no momento do desemprego](#)

Os líderes partidários das esquerdas precisam ter enraizamento social e legitimidade popular. Falam em Lula, mas não seguem Lula. Lula estava onde o povo estava. Nunca foi general de gabinete. Os partidos precisam abrir as portas para a juventude, para a renovação, se não quiserem se estiolar no tempo. A militância precisa ser dirigida e orientada. Não pode continuar nesta situação de abandono e sem moral para o combate. Os lacrimosos argumentam que as esquerdas estão fracas no parlamento, agregando apenas 131 deputados. Mas nunca pode ser esquecida a bancada do PT na Assembleia Constituinte que tinha apenas 16 deputados e foi capaz de grandes feitos, de grandes combates, ao mesmo tempo em que tinha a sabedoria e a astúcia para negociar.

Se as esquerdas quiserem ter alguma relevância no segundo semestre precisam dar prioridade à luta contra o desemprego, as desigualdades e os privilégios; à luta por direitos; à luta contra a destruição da educação e da saúde; à luta por moradia popular; à luta pela preservação ambiental, dos territórios indígenas e das reservas ambientais, formando uma grande frente para isto. A luta pela democracia, por Lula Livre, pela reforma tributária com justiça fiscal, contra a violência, pela defesa das instituições científicas e das universidades e as lutas das políticas da moralidade devem vir adensadas àquelas lutas prioritárias. Se as esquerdas não tiverem senso de prioridade e não souberem travar a luta no campo que lhes é favorável e desvantajoso para Bolsonaro terão um segundo semestre de derrotas.

ENTREVISTAS

‘O bolsonarismo é maior que Bolsonaro’: projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia

Publicado em: julho 29, 2019 - <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/07/o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia/#.XT7sS4troTY.facebook>

Marco Weissheimer

Ao eleger Jair Bolsonaro presidente da República uma parcela expressiva da sociedade brasileira decidiu apostar em um projeto punitivista para resolver os problemas do país, especialmente aqueles relacionados à segurança e à corrupção. Junto com esse projeto de aumentar o encarceramento de pessoas e adotar medidas mais duras de enfrentamento à violência, as pessoas passam a tolerar socialmente autoritarismos e violações de direitos, a partir da ideia de que os direitos são seletivos e não se aplicam a todas as pessoas. Com isso, a violência e a violação de direito vão se banalizando e a sociedade passa a tolerar o que é intolerável numa democracia. A avaliação é da antropóloga Isabela Oliveira Kalil, coordenadora do Núcleo de Etnografia Urbana da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que há seis anos vêm pesquisando o crescimento de grupos e movimentos conservadores no Brasil.

Em 2018, esse núcleo realizou um estudo sobre quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Essa pesquisa agrupou 16 tipos de apoiadores, eleitores e potenciais eleitores de Bolsonaro, segundo critérios de classe social, raça/etnia, identidade de gênero, religião e outras formas de engajamento. O trabalho de campo apontou uma multiplicidade no padrão de eleitores, o que está diretamente relacionado à estratégia de campanha utilizada pelo candidato do PSL. “Ao segmentar o direcionamento de suas mensagens para grupos específicos, a figura do ‘mito’ – como é chamada por seus eleitores – consegue assumir diferentes formas, a partir das aspirações de seus apoiadores”, diz a pesquisa que procura estudar essa multiplicidade.

Isabela Kalil esteve em Porto Alegre na semana passada para participar da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em entrevista ao Sul21, a antropóloga fala sobre alguns dos resultados do trabalho de campo que vem realizando junto a grupos conservadores e sobre o perfil dos eleitores de Bolsonaro. Esses eleitores, destaca, decidiram apostar, entre outras coisas, em um projeto punitivista o que está trazendo uma grave ameaça à democracia no Brasil. Ela alerta:

“Quando os discursos de intolerância vão para o espaço público e vão ganhando espaço isso só tende a crescer. E chega uma hora em que

esses discursos que eram inaceitáveis passam a ser aceitáveis. Isso é um caminho sem volta. A sociedade como um todo passa a tolerar coisas que não deveriam ser toleradas em um estado de direito”.

Sul21: *Como nasceu o teu interesse em pesquisar o perfil dos eleitores de Bolsonaro e, de modo mais geral, dos grupos conservadores de direita e de extrema-direita que vem crescendo em vários países?*

Isabela Kalil: O meu doutorado foi ligado à antropologia urbana. Quando estava fazendo o doutorado, fui pesquisadora visitante na Universidade Columbia, em Nova York, durante 2011 e 2012. No período em que eu estava lá, surgiu o movimento Occupy Wall Street. Eu me engajei no movimento e comecei a ficar interessada por esse tipo de mobilização de rua. Quando voltei ao Brasil, presenciei o início das manifestações de 2013 na cidade de São Paulo. O meu interesse, basicamente, tinha a ver com mobilizações e protestos de rua no espaço público urbano. Quando passei a olhar para as mobilizações de 2013, comecei a ver o aparecimento de discursos mais conservadores e de direita. Eu era professora nesta época me chamou a atenção ver meus alunos, jovens, debatendo esses lugares da direita e da esquerda nas mobilizações de rua.

A partir daí, comecei a acompanhar as movimentações de rua como pauta de pesquisa. Em 2014, continuei acompanhando essas mobilizações dada a força que esse fenômeno havia adquirido no Brasil. Queria acompanhar os desdobramentos desse processo, principalmente a partir da cidade de São Paulo, onde faço etnografia (trabalho de campo). Em 2014 e 2015 acompanhei os protestos do movimento anti-corrupção e os grupos que estavam surgindo a partir desse movimento. Acompanhei também as manifestações e protestos ao longo do processo do impeachment de Dilma Rousseff.

Neste momento, ficou claro pra mim que, para continuar a pesquisa, ela precisaria passar a ser feita de maneira coletiva. Esses protestos e mobilizações de rua exigiam, metodologicamente, um outro esforço analítico, para que a gente desse conta de acompanhar o que estava acontecendo e coletar dados. Formei uma equipe e criei o Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual. Paralelamente a isso, eu tinha na universidade a atribuição de ensinar antropologia urbana e métodos de pesquisa em antropologia e etnografia. Acabei usando a cidade de São Paulo e essas movimentações como parte do processo de docência e de pesquisa. Os alunos que estavam interessados, para além da sala de aula, começaram a me acompanhar em campo.

O primeiro trabalho de fôlego que a gente fez foi uma etnografia de alguns meses num acampamento que aconteceu na Avenida Paulista, em frente a FIESP. Ao acompanhar esse acampamento percebemos uma mudança de posicionamento das pessoas na rua, no período entre o início desse movimento e o final dele, já com a Dilma Rousseff afastada. Essa foi a nossa

primeira pesquisa de fôlego já incorporando uma metodologia de trabalho coletivo e colaborativo.

No começo da pesquisa, a ideia não era trabalhar com grupos de direita ou de ultra-direita, mas sim trabalhar com os protestos e mobilizações de rua. O que acabei vendo em campo, e isso se tornou objeto de pesquisa, foi o surgimento de grupos de direita, pequenos no começo, que nem se definiam dessa forma. Alguns se definiam como movimento anti-corrupção. Esses grupos foram fazendo das ruas uma espécie de laboratório de ação, testando ferramentas, possibilidades de engajamento de público e pautas de mobilização política. Aos poucos esses grupos foram se colocando como de direita e até de extrema-direita.

Depois do impeachment, a partir de 2017 principalmente, começamos a ver também jovens que saíam da periferia e iam para o centro de São Paulo, envolvendo-se em embates entre grupos de extrema-direita e grupos anti-fascistas. Embora a gente tenha pesquisado mais os grupos de extrema-direita, é preciso dizer que há uma resistência anti-fascista também nas ruas da cidade de São Paulo, cujos grupos foram se tornando mais numerosos. No período eleitoral, seguimos acompanhando esses grupos e movimentos e continuamos fazendo isso até hoje.



“Vai demorar algum tempo ainda para a gente conseguir entender o sentido de 2013”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Sul21: *Existe uma polêmica até hoje sobre o significado do que aconteceu em 2013 no Brasil. A evolução da tua pesquisa, tanto do ponto de vista do objeto quanto da metodologia, indicam de alguma forma que a direita acabou capturando politicamente o resultado final desse processo de mobilizações? Como vê essa questão sobre o sentido de 2013?*

Isabela Kalil: Eu acho que vai demorar algum tempo ainda para a gente conseguir entender o sentido de 2013. Acho que temos sentidos múltiplos aí. Qualquer narrativa sobre 2013 que aponte uma direção apenas é problemática. Foi uma mobilização muito grande do ponto vista numérico, envolvendo

sentidos muito diferentes. Eu acompanhei essas mobilizações no centro da cidade, onde dou aula. Nosso cotidiano foi diretamente atravessado pelas mobilizações. Na época, eu vi que, em determinado momento, os jovens que estavam a frente das manifestações passaram a ser apontados como responsáveis pelo nascimento de uma direita. Eu não acho isso justo. É um fenômeno bem mais complexo.

2013, de alguma forma, colocou na rua um conjunto de insatisfações múltiplas que iam desde o preço da tarifa do ônibus, passando pela situação da saúde e educação, e chegando até o tema da Copa do Mundo. Algumas pessoas que entrevistei disseram: quando a gente estava na rua em 2013 a gente não achava que era nem de direita nem de esquerda. Depois acabaram se constituindo como de direita. A pauta da anti-corrupção foi um aglutinador importante para esses grupos. Os grupos de rua mais progressistas demoraram um tempo para conseguir compreender a importância desse debate sobre a corrupção. Ao final da disputa, esse tema acabou ficando mesmo com a direita. Não acho justo atribuir a determinados atores e movimentos sociais a responsabilidade pelo nascimento desses grupos, mas, de certa forma, houve um descompasso na atuação dos movimentos mais progressistas, que perderam a oportunidade de assumir também a pauta da luta contra a corrupção.

Sul21: *O fenômeno do crescimento de grupos de direita e de extrema-direita não é uma exclusividade brasileira, repetindo-se também em vários outros países do mundo. Na tua avaliação, há algo de comum entre esses diferentes casos que ajude a entender essa espécie de conversão conservadora planetária?*

Isabela Kalil: Há alguns autores que fornecem elementos que considero importantes para pensarmos esse fenômeno que, como você colocou, é transnacional. Da mesma forma como temos movimentos sociais progressistas se tornando transnacionais e presentes em diferentes contextos, temos também movimentos de direita que assumiram esse caráter transnacional. Do ponto de vista dos temas que acompanho mais de perto, há muitas disputas que aconteceram em reuniões da ONU. A perspectiva de pensar as reuniões da ONU como um campo de disputa, por exemplo, na área de direitos reprodutivos, não é algo tão novo assim. Há autores que mostram que, desde os anos 90, ocorrem essas disputas em reuniões da ONU.



“Há um projeto bem sucedido que articula neoliberalismo e neoconservadorismo”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Uma autora que nos ajudou muito com subsídios teóricos para a nossa pesquisa é Wendy Brown. Ao falar dos Estados Unidos pós-11 de setembro, ela aponta a configuração de uma união entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. A união entre essas duas forças que, aparentemente, são antagônicas entre si, foi muito bem sucedida. Loïc Wacquant, outro autor com o qual trabalhamos, também tem perspectivas críticas muito interessantes para pensar esse projeto bem sucedido que articula neoliberalismo e neoconservadorismo. A mobilização de pautas relacionadas a gênero e sexualidade, as chamadas pautas morais, controle dos corpos, tudo isso tem um apelo e uma possibilidade de aglutinar diferentes formas de mobilização. E isso tem funcionado em diferentes contextos.

Nas nossas pesquisas aparecem pautas e formas de mobilização que são transnacionais, especialmente relacionadas a questões anti-gênero. Isso é algo que nasce na Europa e depois se dissemina na América Latina. As principais fake news estão relacionadas a questões de gênero e de sexualidade, como é o caso da mamadeira erótica e do chamado kit gay. Não é a toa isso seja assim. Esses temas têm um forte apelo de mobilização de pessoas que, inclusive, não estão ligadas à política e que não se conectam com o universo político partidário. Essas questões envolvem o universo privado, da família. Neste contexto, para boa da parte da população, o que está em jogo neste caso não são mais questões políticas partidárias, mas sim questões da família, da defesa da família.

Não raro, essas forças acabam jogando também com o medo. Uma coisa que também apareceu na nossa pesquisa – e que é muito razoável – surgiu em conversas com mães que tinham medo e receio de uma série de coisas que nunca tinham acontecido do ponto de vista de políticas públicas e que não estavam em pauta. Mas elas tinham receio pelos seus filhos. Parece muito razoável que uma mãe queira proteger seus filhos. Isso é aproveitado, de

alguma maneira, para criar essa base que faz essa junção entre neoconservadorismo e um projeto neoliberal.

Sul21: *Por essa descrição, no caso brasileiro, seria uma espécie de aliança entre o Itaú, o Bradesco, a Assembleia de Deus, a Igreja Universal e outros grupos. Na sua avaliação, há uma hegemonia política da agenda neoliberal nesta aliança que assumiria a pauta neoconservadora de um modo instrumental para atingir seus objetivos?*

Isabela Kalil: Talvez dizer “instrumental” seja simplificar muito. Acho que, de fato, há uma união. Há grupos conservadores que têm interesse na manutenção e avanço de determinadas políticas e pautas e no desmonte de outras. Creio que há, de fato, uma aliança entre essas pautas e interesses neoliberais e neoconservadores.

Sul21: *A pesquisa que vocês realizaram em 2018 agrupou 16 tipos de apoiadores de Jair Bolsonaro. O que articula essa diversidade de apoiadores e eleitores e em que medida ela constitui uma base social consistente para um projeto político de mais longo prazo?*

Isabela Kalil: Há um elemento novo que apareceu nestas últimas eleições relacionada à forma de comunicação. Ainda que se possa dizer que o projeto de Bolsonaro lida com velhos interesses, a forma, do ponto de vista comunicacional, é nova. Diferentes analistas não acreditavam numa possível vitória de Bolsonaro porque ele não tinha tempo de propaganda eleitoral na televisão, o que tradicionalmente explicava o resultado de eleições anteriores. Também diziam que não participar dos debates seria um problema para ele. O que surpreendeu foi que não participar dos debates gerou mais benefícios para Bolsonaro do que se imaginava. Não ter tempo de televisão também não foi um problema, Bolsonaro conseguiu dar uma volta nisso, desacreditando a mídia, dizendo que ela era tendenciosa com ele.

A campanha de Bolsonaro operou baseada em uma estratégia de segmentação do público. Diferentes eleitores tinham imagens diferentes do candidato. Uma parte das informações que as pessoas estavam recebendo eram recortadas e contextualizadas a partir, por exemplo, do Whatsapp ou das suas redes não só on-line, mas de suas redes de pessoas conhecidas. Na pesquisa nós trabalhamos com a ideia de que essa estratégia criou uma espécie de caleidoscópio, onde diferentes perfis de eleitores viam projetos diferentes. Esses diferentes perfis estavam mobilizados a partir de expectativas e receios diferentes. Por que isso é importante? A base eleitoral do Bolsonaro, na pré-campanha, começa tendo um maior apelo entre os homens. O maior desafio deles, durante a campanha eleitoral, era conseguir abarcar um público para além desse e conseguir também a confiança das mulheres.



“Projeto punitivista representou uma saída que, para muitas pessoas, fazia sentido”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Esse objetivo foi atingido. Um dos elementos que contribuiu para isso foi a existência de várias candidatas mulheres apoiando Bolsonaro, passando para determinados grupos a imagem de que estava na sua agenda, prioritariamente, o combate à violência contra a mulher, a proteção das crianças, a melhoria da escola pública. A questão da segurança também me parece fundamental. Como falei antes em relação aos protestos de 2013, não acho justo responsabilizar os movimentos sociais que estavam nas ruas, mas, de uma certa forma, o campo progressista como um todo, inclusive o que não estava nas ruas, ignorou durante muito tempo a pauta da segurança, assim como ocorreu com o tema da corrupção também. A pauta da segurança não foi assumida, de fato, pelo discurso que estava sendo disseminado pela esquerda. Isso é uma questão importante para as pessoas. Elas querem e precisam de segurança.

Ficou uma espécie de vácuo onde foi mais fácil entrar. Muitas pessoas diziam que estavam cansadas de ser assaltadas, que estavam inseguras em suas casas e que apostaram em um projeto punitivista. Ainda que a gente tenha uma série de dados que mostrem que o endurecimento de penas e outras políticas punitivistas não melhoram a segurança pública, o discurso de Bolsonaro deu às pessoas a expectativa de que seria possível, a partir de medidas mais punitivas, fazer com que o cotidiano da sociedade se tornasse mais seguro. Isso tem um apelo, principalmente nas grandes cidades. Ainda que eu tenha vários problemas com esse modelo punitivista, é preciso reconhecer que ele representou uma saída que, para muitas pessoas, fazia sentido.

Sul21: *Esse “fazer sentido” de pautas como essa teve um certo recorte geográfico, não? Na região Nordeste, por exemplo, não funcionou como nas regiões Sul e Sudeste.*

Isabela Kalil: Eu poso dizer muito pouco sobre os eleitores que não estão no contexto que estudei. É importante dizer uma coisa aqui. A pesquisa não pretende apresentar um perfil dos eleitores no Brasil, mas sim um perfil em um contexto importante como o de São Paulo, que é estratégico e onde havia uma disputa inclusive envolvendo a história do PT na região do ABC. Então, do ponto de vista da pesquisa que fizemos, não consigo arriscar muitas hipóteses neste sentido.

Sul21: *O fator tecnológico e comunicacional envolvendo o uso de redes sociais e de ferramentas como o Whatsapp teve grande peso no processo eleitoral de 2018. A esquerda e o campo progressista de modo geral foram pegos de surpresa pela estratégia adotada pela campanha de Bolsonaro. Hoje, dentro desse campo progressista, há quem ache que é fundamental se apropriar dessa tecnologia e dessa estratégia, utilizando-a com um sinal trocado, do ponto de vista da agenda política e ideológica. É por aí, na sua opinião?*

Isabela Kalil: Acho que essa questão da comunicação é primordial para a gente entender esse processo envolvendo as eleições e seus resultados. Essa imagem caleidoscópica do Bolsonaro, que permite construir diferentes faces dessa ideia do “mito” e segmentar isso em diferentes perfis foi facilitada por essas novas formas de comunicação. Não estou dizendo que tudo isso aconteceu num espaço online virtual, mas, de uma certa forma, a gente tem vivenciado formas de ver o mundo que nos colocam em contato com ideias muito parecidas, o que os especialistas chamam de bolha. A gente vai perdendo o contato com a diversidade de ideias e esses grupos vão reiterando a mesma perspectiva. Isso possibilita a criação de círculos e as imagens e mensagens veiculadas ali são, frequentemente, muito diferentes das que transitam em outros círculos, às vezes envolvendo pessoas da mesma cidade, da mesma faixa etária e da mesma classe social.

A gente ainda precisa entender melhor essa questão da comunicação, pensar pesquisas que consigam fazer uma conexão entre esse universo online e o offline. Nas mobilizações de rua, isso era muito presente. Havia pessoas que estavam mobilizadas na rua mas que também estavam fazendo uma transmissão ao vivo desse protesto e estavam se comunicando pela internet com pessoas que estavam fora do Estado e que estavam apoiando a mobilização. Ou seja, se a gente olha só pra rua, não consegue entender esse fenômeno, mas se olha só para a internet também não consegue entender. É preciso olhar para o imbricamento dessas duas possibilidades de comunicação.

Em relação ao que fazer, a estratégia do “vira voto” no final das eleições me pareceu muito criativa e interessante ainda que ela tenha sido algo que apareceu bem no final da campanha. Foi algo importante. Era uma presença física das pessoas. Sim, a gente talvez tenha que pensar em estratégias para usar essas tecnologias no mundo virtual, mas também precisamos pensar estratégias para o mundo offline, digamos assim. É preciso pensar em formas de estar, de participar, de recuperar o universo do público, o universo de espaços em que você possa ter diversidade de pessoas, discussão de ideias,

possibilidade de estar com as pessoas. Isso talvez seja mais importante até do que apenas pensar estratégias de comunicação nas redes sociais.

“Quando falamos da figura dos evangélico, estamos falando, na verdade, de coisas que são muito plurais”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Por outro lado, a direita ganha muito espaço quando diz coisas muito complexas de uma maneira muito simples. Claro que isso envolve mensagens que são completamente falsas, simplificando coisas que são muito complexas. Mas isso deve nos fazer refletir também. Precisamos pensar sobre possibilidades de comunicação mais democráticas e sobre como tornar o discurso mais acessível para que a gente não fique repetindo discursos que são ininteligíveis para a maioria da população.

Sul21: *Qual o peso, na tua opinião, das igrejas evangélicas e pentecostais no crescimento do conservadorismo e da direita política no país?*

Isabela Kalil: Em primeiro lugar, acho que precisamos desenvolver formas mais refinadas de pensar os espaços da religião. Quando falamos da figura dos evangélico, estamos falando, na verdade, de coisas que são muito plurais. Essa figura do evangélico como um grupo único é um pouco caricatural. É preciso lembrar que alguns líderes religiosos chegaram a apoiar o PT em determinado momento e mais tarde passaram a apoiar o Bolsonaro. É preciso olhar de maneira contextualizada a questão da participação das igrejas. Agora, é claro, dentro disso que estamos chamando de neoconservadorismo elas têm um papel importante, mas esse peso precisa ser pensado para além da religião. Há determinados grupos, por exemplo, que concentram empresas de comunicação. Esse imbricamento entre mídia e religião precisa ser olhado com mais cuidado. Numa campanha eleitoral isso é importantíssimo.

Sul21: *Após sete meses de governo, pesquisas já começam a apontar uma erosão da popularidade de Bolsonaro junto à sua base de apoio. Aquela figura do caleidoscópio e das múltiplas faces que funcionou na campanha pode ficar mais frágil com as dificuldades do governo?*

Isabela Kalil: Acho que sim, pois são universos muito diferentes. Uma coisa é você estar no contexto eleitoral fazendo críticas a determinadas figuras e partidos. Outra, completamente diferente, é você estar no governo e ter que atuar executando projetos. Por outro lado, alguns setores já acham que Bolsonaro não está entregando aquilo que prometeu na campanha. Isso pode estar associado à ideia de que existe uma velha política e que ele está impossibilitado de governar. Assim, está frustração pode estar associada mais ao governo do que propriamente à figura dele. Bolsonaro criou uma estratégia por meio da qual procura construir uma blindagem em torno dele, passando a responsabilidade pelos problemas para outras pessoas.

O que vejo mais são pessoas ficando decepcionadas ou cobrando outros políticos do PSL para que elas prestem contas e tenham uma posição mais

combativa. De certa maneira, a figura do Bolsonaro, ainda que tenha pessoas que o apoiaram insatisfeitas, ainda tem uma boa faixa de eleitores. Eles não conseguem dizer o que ele já fez, mas ainda estão num compasso de espera na expectativa de que ele faça algo. Ainda é cedo para conclusões mais definitivas sobre essa insatisfação. É preciso ver como isso vai se desdobrar.

Sul21: *Considerando a conjuntura atual que vive o país, em que medida você acha que a democracia brasileira está sob ameaça?*

Isabela Kalil: A democracia não é uma coisa estática, mas algo que a gente constrói todos os dias e exige um esforço de manutenção. O que chama a atenção no caso brasileiro é o apoio dado a esse projeto punitivista de encarcerar as pessoas, de ter medidas mais duras no enfrentamento da violência. Isso é um risco e um problema muito grave. Isso faz com que a gente possa tolerar socialmente autoritarismos e violações de direitos. Essa posição está baseada na ideia de que os direitos são seletivos. Isso foi uma coisa que apareceu muito na nossa pesquisa. Determinados grupos não eram exatamente contra os direitos humanos, mas eram contra a ideia de que os direitos humanos deveriam ser universais. Apenas uma parcela da população seria merecedora desses direitos. Aquela máxima de direitos humanos para humanos direitos sintetiza essa posição.



“Hoje, vemos no espaço público coisas que eram inaceitáveis até um tempo atrás”. (Foto: Luiza Castro/Sul21)

Isso é muito preocupante. O que temos chamado de bolsonarismo é maior do que o Bolsonaro. A sociedade brasileira, à medida que vai tolerando determinadas violações de direitos, vai de certa forma ampliando o espaço para que essas violações aconteçam. Elas são reiteradas e recebem apoio da sociedade. A ideia é que, para resolver os problemas, é preciso ter um Estado que puna as pessoas. Inclusive, alguns desses grupos acreditam que não é preciso sequer haver instituições para fazer isso e as pessoas deveriam poder fazer justiça com as próprias mãos. Acho que essa é uma grande ameaça para

a democracia. Não há como ter democracia sem um esforço cotidiano para manter e ampliar o acesso a direitos.

Levando em conta o que a gente viu em campo, em 2014, 2015, 2016 e 2018, outra coisa que chama atenção é o fato de que a violência foi se banalizando, mesmo a violência implícita. Assim, certos discursos e ações que causavam desconforto e estranheza e que eram intoleráveis no espaço público, em determinado momento foram sendo relativizados e se tornando aceitáveis. Hoje, vemos no espaço público coisas que eram inaceitáveis até um tempo atrás. Quando os discursos de intolerância vão para o espaço público e vão ganhando espaço isso só tende a crescer. E chega uma hora em que esses discursos que eram inaceitáveis passam a ser aceitáveis. Isso é um caminho sem volta. A sociedade como um todo passa a tolerar coisas que não deveriam ser toleradas em um estado de direito.

Editoria: Entrevistas, z_Areazero

62. Se a crise é terminal a solução não é o fascismo

<https://www.sul21.com.br/colunas/tarso-genro/2019/07/se-a-cri-se-e-terminal-a-solucao-nao-e-o-fascismo/>

Publicado em: julho 28, 2019 - **Tarso Genro (*)**

A concepção sobre se há ou não, uma crise terminal da democracia liberal, tal qual nós a conhecemos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, é o que deveria guiar, a meu juízo, a formulação de uma estratégia dos partidos democráticos que se opõem ao liberal-rentismo, à destruição da soberania nacional e do Estado Social, como estamos vendo hoje em escala global e – sem dúvida – de forma bem radical aqui no Brasil.

A espera das próximas eleições não parece levar em consideração que é necessário modelar agora, alianças e programas capazes de conversar com as novas “bases” populares, ora seduzidas pelas religiões do dinheiro, ora encantadas com a falsa autonomia da “uberização” da economia, que não só gera novas subjetividades no mundo do trabalho, mas que é também capaz de ensejar que os trabalhadores passem a se auto-inculpar pela sua vida miserável de quatorze horas diárias de trabalho, sem segurança e sem garantias mínimas de sobrevivência.

Manuel Castells diz que sim, no seu “Ruptura” (Zahar, 2019), ela, a democracia liberal, está no fim. Macron, na França, diz que os remédios liberais tradicionais para o

capitalismo – dentro da democracia – fracassaram; Tsipras lamenta o fim da sua experiência social-democrata no regime parlamentar grego e Pedro Sanchez não consegue formar um governo estável, para bloquear a devastação conservadora liberal da Espanha. Portugal sobrevive e FHC não sabe mais o que dizer sobre seu aliado malvado (Bolsonaro), aqui no Brasil: os partidos tradicionais da esquerda e da centro-esquerda -aqui e lá- com raras exceções, esperam as próximas eleições sem formular alternativas que não sejam “um pouco mais ou um pouco menos” de liberalismo rentista.

O processo de formação de opinião na sociedade industrial clássica de caráter liberal-democrático, que tinha posição de vanguarda nas democracias ocidentais no século XX, dava-se a partir do rádio e das mobilizações de rua. No rádio e na rua as opiniões se formavam pela contraposição direta do movimento das classes sociais, no qual os opostos eram transparentes e identificáveis, responsáveis pelas suas opiniões perante o eleitorado, quando a este era dado o direito de se manifestar livremente, nas urnas eleitorais.

Não raro estes processos se interrompiam abruptamente, por golpes ou tentativas de insurgência, assumidas também de maneira clara pelos sujeitos políticos, que já eram conhecidos na sua visibilidade política e social consolidada. Estes processos não eram nem melhores nem piores do que os atuais, mas é certo que os processos atuais - para a formação da opinião- tornaram-se mais controláveis pelos ricos e que os processos de formação da opinião anteriores, possibilitavam clandestinidades “analógicas”, mais rudes e informais, logo mais acessíveis aos menos endinheirados. O atuais processos de formação da opinião -sem dúvida- impelidos por clandestinidades tecnológicas mais custosas, tornam-se certamente mais controláveis pelos ricos, o que lhe permite escapar-de qualquer punição, pelas frestas não reguladas na “lei e na ordem” democrática vigentes.

Nas sociedades liberal-democráticas atuais, então, o processo de formação de opinião é promovido por sujeitos ocultos – escondidos nas redes infinitas da virtualidade – nos “think-tanks” dos grupos financeiros e dos serviços de inteligência dos países ricos. Ele prolifera nas redações dos oligopólios midiáticos, que temperam as notícias a seu gosto e “pausterizam” o fascismo quando lhes é conveniente. Ele – o processo de formação da opinião – também degrada-se na horizontalidade dos recalques intercambiados em rede, com virulência, na intransparência dos sujeitos pela qual é assaltada a razão, a honra e a dignidade das pessoas, de forma cada vez mais odiosa e sem perspectivas de retomada de uma comunhão humana autêntica.

Sobreviverá a democracia liberal, sem que haja uma profunda mudança no seu arcabouço jurídico institucional? Parece-me que não, pois as formas do liberalismo democrático das sociedade de classes tradicionais, forjadas na sua essência há mais de 200 anos, já são incompatíveis com a substância democrática e social que as grandes revoluções sociais promoveram a partir de 1789. Mas a solução é mais democracia, não menos democracia, como querem os fascistas em todos os momentos de crise.

Esta talvez seja a única verdade capaz de nos unir, para alavancar uma resistência ofensiva em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, numa sociedade que se

degrada e desmorona a olhos vistos, nos dias que já se aceleraram muito mais como tragédia e dor, do que como redenção da utopias.

(*) *Tarso Genro foi Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeito de Porto Alegre, Ministro da Justiça, Ministro da Educação e Ministro das Relações Institucionais do Brasil.*

63. Brasil a caminho de um estado policial?

<https://www.esquerda.net/artigo/brasil-caminho-de-um-estado-policial/62558?fbclid=IwAR344G1S8bz0bxDrVP2cdBH2V6VjkRODQGK5CgJmNYp6OZJTe1LEdgpO5XE>

Luis Leiria

As revelações do The Intercept que comprovam as atividades ilegais de Sérgio Moro não mudam com a prisão dos hackers que supostamente entregaram o material ao site. Mas Moro quer ser ao mesmo tempo ministro da Justiça, chefe da operação, acusador, investigador e... vítima. Por Luis Leiria.

29 de Julho, 2019 - 12:37h

Facebook  Twitter Email

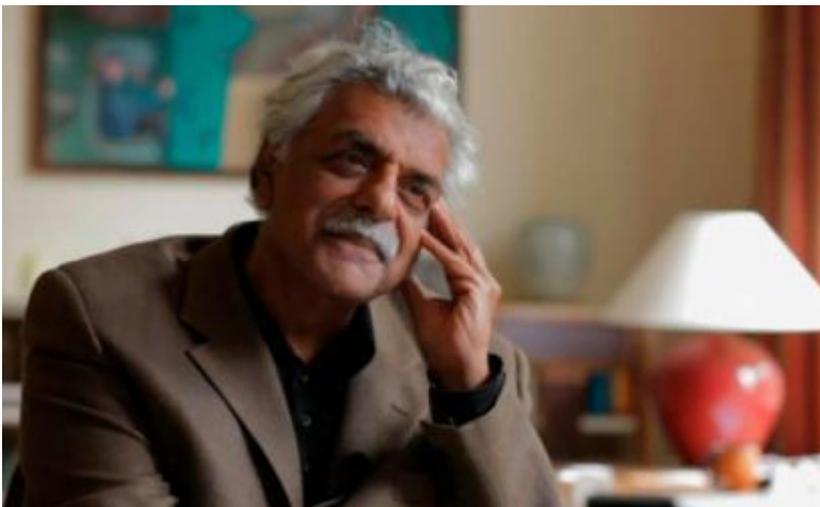
Quando o site informativo *The Intercept Brasil* ([link is external](#)) começou a publicar reportagens com revelações bombásticas sobre a atuação dos principais protagonistas da operação Lava Jato, o ex-juiz Sergio Moro colocou-se numa posição impossível. Por um lado, em nenhum momento refutou cabalmente os diálogos nos quais ele participava, alegando apenas que não podia comprovar a sua autenticidade por não ter acesso aos arquivos originais, não podendo afirmar se tinha ou não havido manipulação ou edição nos *chats* do aplicativo Telegram. Mas, por outro lado, afirmava que se fossem verídicas, nada do que lhe era atribuído era ilegal ou censurável.

Desta forma, tentava cobrir a sua retaguarda de todas as formas possíveis: por um lado, não reconhecia a autenticidade dos diálogos, mas não afirmava que eles eram mentirosos – já que mais tarde poderá ter de se confrontar com a sua irrefutável autenticidade. Por outro lado, já adiantava a sua defesa caso os diálogos venham a ser estabelecidos como verdadeiros.

Moro na corda bamba

A situação do ex-juiz e atual ministro da Justiça tornou-se realmente complicada porque o que está em causa é nada menos que a comprovação de que na operação Lava Jato o então juiz Moro nunca manteve a independência devida, segundo a Constituição brasileira, em relação à acusação e à defesa,

tendo funcionado, pelo contrário, como o chefe da acusação, ao qual se subordinavam os procuradores que investigavam as suspeitas de corrupção, dos quais o mais importante dá pelo nome de Deltan Dallagnol.



Tariq Ali: “Olha-se para Sergio Moro e não se vê a cara da Justiça”

O caso ganha ainda mais importância quando se sabe que Moro teve participação decisiva em todo o processo que levou à prisão, condenação e impedimento de concorrer às eleições do ex-presidente Lula. Todas as sondagens mostravam que Lula derrotaria Jair Bolsonaro tanto na primeira quanto na segunda volta das eleições. Mas Moro orientou os procuradores para que conseguissem a prisão de Lula, tirando-o da campanha eleitoral. E, depois disso, condenou-o em tempo recorde. Sabemos agora que teve participação também nas manobras e pressões que impediram até que o ex-presidente, da cadeia, desse uma entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*. Para fechar com chave de ouro, garantida a derrota do PT e a vitória de Bolsonaro, aceitou candidamente o convite para ser o seu ministro da Justiça.

Sergio Moro tem muito mais em comum com Bolsonaro do que à primeira vista se poderia pensar. Tal como o presidente, considera-se um predestinado, um herói ungido pelo povo para cumprir a missão de acabar com a corrupção no Brasil. E, tal como Bolsonaro, não liga muito para “detalhes” como direitos dos acusados, devido processo legal, separação de poderes, independência dos magistrados – tudo coisas que, como diria Bolsonaro, só complicam a vida de quem quer “humanos direitos” e não “direitos humanos”.

Mas mesmo os predestinados têm as suas fraquezas, e Sergio Moro acusou o toque das revelações do *The Intercept*. Subitamente, tirou cinco dias de férias ([link is external](#)) num momento em que muitos dos seus seguidores e eleitores se espantavam com a parcialidade da atuação do então juiz demonstrada nas reportagens. Teve cinco dias de licença sem vencimento (ainda não tinha direito a férias), entre 15 e 19 de junho, “para tratar de assuntos pessoais”.

O contra-ataque de Moro

Voltou decidido a desfechar o contra-ataque. Tal como tantos outros fizeram antes, procurou desviar a discussão sobre o conteúdo dos *chats* para a forma como estes tinham sido obtidos, que ele afirmava ser criminosa. Passou assim a considerar a imprensa que divulgava as trocas de mensagens como “cúmplices do crime”. E quando a Polícia Federal prendeu quatro suspeitos de terem sido os *hackers* que conseguiram obter todo o material e que o teriam passado anonimamente para o *The Intercept*, o ministro achou que tinha chegado a hora do golpe de misericórdia sobre o adversário. [Publicou uma portaria \(link is external\)](#) – com o número 666! – que autoriza a deportação sumária de estrangeiros considerados “perigosos para a segurança do Brasil”, numa clara ameaça a Glenn Greenwald, editor do *Intercept*, cidadão norte-americano que vive no Brasil há 14 anos. Ao mesmo tempo, um deputado federal do PSL apresentou à Procuradoria-Geral da República um pedido de prisão temporária de Greenwald. E, no domingo, o próprio presidente da República fez uma ameaça direta, [insinuando que o jornalista pode ser preso \(link is external\)](#).



[Chomsky: “O que aconteceu no Brasil deve ser visto como um modelo do que pode vir”](#)

Além disso, Moro telefonou para diversos juízes do Supremo Tribunal avisando-os que a polícia tinha apreendido material onde eles apareciam, mas que ficassem descansados porque as conversas seriam destruídas. Com isso, cometeu um cortejo de ilegalidades. Primeira: demonstrou que estava por dentro das investigações da Polícia Federal que, por decorrerem sob sigilo, ele não poderia conhecer. Segunda: em vez de comunicar institucionalmente com os ministros do Supremo, optou pelo contacto pessoal. Terceira: anunciou que as mensagens seriam destruídas, quando só o Judiciário pode tomar essa decisão.

Uma prisão ainda com muito por explicar

A prisão dos quatro hackers é um episódio ainda extremamente nebuloso. A Polícia Federal ainda não admitiu que o material obtido por estes suspeitos é o mesmo que está na posse do *The Intercept*, apesar de Moro já se ter adiantado e afirmado que sim. Apenas um dos presos, Walter Delgatti Neto, admitiu ter sido ele a obter esse material e entregue anonimamente a Glenn Greenwald. Mas o método que afirma ter usado é totalmente incompatível com o número de autoridades cujos telemóveis a Polícia diz que ele invadiu: cerca de mil.

Um especialista [ouvido pelo \(link is external\)El País\(link is external\)](#) é taxativo: “Eles ligaram para mais de 1.000 caixas postais, uma por uma, em poucos meses? É muito trabalho. Não dá para *hackear* 1.000 telefones, mesmo se estivermos falando de quatro *hackers* de ponta. É um número altíssimo.” Ele considerou também ultrapassado o método de invasão supostamente utilizado, afirmando que este não seria usado por um *hacker* com capacidade de chegar aos principais nomes do cenário político nacional.

“Aos poucos foi se construindo uma narrativa perfeita para quem deseja descredibilizar a Vaza Jato: um bando de estelionatários do interior de São Paulo *hackearam* autoridades, movimentaram uma grana preta sem justificativa e repassaram o fruto do crime para o *Intercept*. Pronto! Um prato cheio para quem, como o ministro Sergio Moro, tenta nos colocar o rótulo de ‘site aliado a hackers criminosos’”, [\(link is external\)escreveu o The Intercept\(link is external\)](#), que acusa o ministro Sérgio Moro de ter “atuado como ministro da Justiça, chefe da operação, acusador, investigador e, vejam só, vítima”. Para o site informativo, Sergio Moro está a dar forma a um Estado Policial no Brasil.

O *The Intercept* [escreveu em editorial\(link is external\)](#) que a prisão dos quatro *hackers* não terá qualquer efeito sobre o jornalismo que está a produzir a partir do material recebido: “O interesse público na divulgação desse material era óbvio desde o princípio: esses documentos revelam más condutas sérias e sistemáticas – e, o que nos parece claro, flagrantes ilegalidades – por parte do então juiz, agora ministro da Justiça, Sergio Moro, bem como do coordenador da operação Lava Jato Deltan Dallagnol e de outros procuradores da força-tarefa.”

As últimas reportagens concentraram-se nas atividades lucrativas do procurador Deltan Dallagnol, palestras que, segundo o próprio afirma, lhe renderam 400 mil reais limpos no ano de 2018. Dallagnol fez uma palestra a uma empresa que consta de uma delação da Lava Jato, e participou de de um encontro secreto com presidentes e altos executivos de bancos para discutir a Lava Jato e as eleições.

64. NOTA DE REPÚDIO ÀS DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

https://www.oab.org.br/noticia/57393/nota-de-repudio-as-declaracoes-do-presidente-da-republica?fbclid=IwAR2Ffe2762v0_n4vugysgA_L_UZpDKlqFdgSX4bW8WyCCu3plgBAObP6gX4

segunda-feira, 29 de julho de 2019 às 15h16

A Ordem dos Advogados do Brasil, através da sua Diretoria, do seu Conselho Pleno e do Colégio de Presidentes de Seccionais, tendo em vista manifestação do Senhor Presidente da República, na data de hoje, 29 de julho de 2019, vem a público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 44, da Lei nº 8.906/1994, dirigir-se à advocacia e à sociedade brasileira para afirmar o que segue:

1. Todas as autoridades do País, inclusive o Senhor Presidente da República, devem obediência à Constituição Federal, que instituiu nosso país como Estado Democrático de Direito e tem entre seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, na qual se inclui o direito ao respeito da memória dos mortos.

2. O cargo de mandatário da Chefia do Poder Executivo exige que seja exercido com equilíbrio e respeito aos valores constitucionais, sendo-lhe vedado atentar contra os direitos humanos, entre os quais os direitos políticos, individuais e sociais, bem assim contra o cumprimento das leis.

3. Apresentamos nossa solidariedade a todas as famílias daqueles que foram mortos, torturados ou desaparecidos, ao longo de nossa história, especialmente durante o Golpe Militar de 1964, inclusive a família de Fernando Santa Cruz, pai de Felipe Santa Cruz, atingidos por manifestações excessivas e de frivolidade extrema do Senhor Presidente da República.

4. A Ordem dos Advogados do Brasil, órgão máximo da advocacia brasileira, vai se manter firme no compromisso supremo de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, e os direitos humanos, bem assim a defesa da advocacia, especialmente, de seus direitos e prerrogativas, violados por autoridades que não conhecem as regras que garantem a existência de advogados e advogadas livres e independentes.

5. A diretoria, o Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB e o Colégio de Presidentes das 27 Seccionais da OAB repudiam as declarações do Senhor Presidente da República e permanecerão se posicionando contra qualquer tipo de retrocesso, na luta pela construção de uma sociedade livre,

justa e solidária, e contra a violação das prerrogativas profissionais.

Brasília, 29 de julho de 2019

Diretoria do Conselho Federal da OAB

Colégio de Presidentes da OAB

Conselho Pleno da OAB Nacional

65. Declaração monstruosa de Jair Bolsonaro abre possibilidade real de impeachment

https://www.brasil247.com/brasil/declaracao-monstruosa-de-jair-bolsonaro-abre-possibilidade-real-de-impeachment?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification

O ataque de Jair Bolsonaro ao estudante Fernando Santa Cruz, sequestrado, preso e morto pela Ditadura Militar, motivou o repúdio de diversas instituições, e líderes de partidos políticos à esquerda e à direita, como Dilma Rousseff, Fernando Haddad, Guilherme Boulos, João Doria e Marina Silva; Bolsonaro conseguiu unir todo o campo democrático na repulsa a sua psicopatia

29 de julho de 2019, 23:05 h Atualizado em 29 de julho de 2019, 23:18

•

247 - A declaração de Jair Bolsonaro nesta segunda-feira, 29, exaltando o assassinato do militante Fernando Santa Cruz, pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, durante a Ditadura Militar, conseguiu reunir o repúdio de várias instituições, partidos e líderes políticos de diversos campos político, da esquerda à direita.

"Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Conto pra ele. Não é minha versão. É que a minha vivência me fez chegar nas conclusões naquele momento. O pai dele integrou a Ação Popular, o grupo mais sanguinário e violento da guerrilha lá de Pernambuco e veio desaparecer no Rio de Janeiro", afirmou Bolsonaro (Leia mais no [Brasil 247](#)).

Esta declaração de Bolsonaro foi repudiada ao longo do dia. A ex-presidente Dilma Rousseff afirmou que "só nos regimes fascistas o presidente ameaça prender e se vangloria dos assassinatos" ([leia mais](#)). O ex-prefeito Fernando Haddad viu na fala um risco ao próprio presidente da OAB. "Vejo isso como uma ameaça", disse Haddad ([leia aqui](#)).

Pela esquerda, também o líder do MTST, Guilherme Boulos coindenou o ataque de Bolsonaro. "Bolsonaro é um cínico asqueroso. Se sabe como Fernando Santa Cruz desapareceu, após ser preso pela ditadura, deve dizer ao Brasil. Nós queremos saber", disse Boulos.

Na direita também houve repúdio à fala de Bolsonaro. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), classificou o ataque como "inaceitável" ([leia aqui](#)). E o jurista Miguel Reale Júnior disse que "não é caso de impeachment, mas de interdição"

A ex-ministra Marina Silva também condenou a agressão de Jair Bolsonaro. "É ultrajante! Depois de atacar a imprensa livre, atenta contra a advocacia, outro pilar da democracia", disse Marina (leia no [Brasil 247](#)).

Agressão de Jair Bolsonaro ao presidente da OAB parece ter alertado o sistema político brasileiro de que o Brasil pode caminhar para um ditadura aberta, caso nada seja feito contra o capitão da extrema-direita.

Defendido nesta segunda pelo líder do PT, Paulo Pimenta, um pedido de impeachment contra Bolsonaro começa a ganhar força no Congresso e pode, pela primeira vez desde a redemocratização colocar no mesmo atores políticos da esquerda e da direita, comprometidos com a defesa da democracia e liberdades do estado de Direito.

66. Moro das lamentações: a tragédia do juiz que pensava ser um deus

https://canalcienciascriminais.com.br/moro-das-lamentacoes/?fbclid=IwAR2dlfG5Qmop5Oa24ku13JFTgzO32lQVhrEppUkelSI2qfI3hGM_GSguDKE

Por Salah H. Khaled Jr. 10 de junho de 2019

Feche os olhos e imagine por um instante que você detém os poderes de uma divindade. Você narra a partir de um ponto de vista privilegiado, que consegue discernir com clareza incomparável a complexidade da realidade e sua conexão com a normatividade. Suas decisões não fazem mais do que refletir os fatos de forma perfeita e acabada, sem qualquer nível de distorção: são simples meios de exteriorização de uma convicção que jamais conhece qualquer falibilidade. Essências são extraídas de coisas e pessoas com incomparável facilidade: realidade e alteridade se curvam diante de seu método de revelação da verdade.

Você é firme e obstinado em seu propósito. Enviado pelos céus e movido por energias extraídas do além, sempre mantém os olhos fixos no grande prêmio e jamais se desvia da trajetória inicialmente delineada. Para você, a magistratura é sacerdócio; uma profissão de fé conduzida pelo mais nobre dos propósitos: extirpar o mal do mundo, em nome do bem da sociedade.

Sua vida é cruzada. Seu ritual é uma prática continua de zelo pelo bem comum. Senhor de todas as certezas, lorde de todos os soldados, você faz do trabalho diário um empreendimento de enfrentamento constante contra o mal. Higienizar o país é seu destino e o triunfo, algo certo e inevitável. Palavra da salvação: toda honra e toda glória, agora e para sempre.

Você é objeto de louvor alheio. As pessoas ostentam seu nome em camisetas, adesivos e cartazes. Seu estandarte tremula de Norte a Sul do país: você é reconhecido como salvador e extrai energias de seus devotos. Obtém deles forças para intensificar ainda mais o combate contra o inimigo. Seu poder cresce a cada dia que passa. Ele faz de você uma divindade onipotente e, logo, capacitada para erradicar a maldade que aflora no mundo. Não é de se estranhar que você aprecie cada vez mais a atenção que lhe é dada. Opinião pública e opinião publicada parecem ter por você uma irrefreável paixão,

absolutamente profunda e massivamente sedimentada. Você se sente tocado por ela e faz questão de manifestar seus sentimentos para todos que incansavelmente o bajulam. Nem por um instante sequer você considera que possa estar equivocado. Que alguém insinue que você atua como veículo para difusão de ódio é logicamente uma leviandade.

Mais do que um mero mortal, sua existência transcendeu o plano terreno: as regras aplicáveis aos demais não valem para você. Continuamente estimulado e jamais coibido, você saboreia a delícia do poder ilimitado que lhe é conferido. De fato, você acredita que um juiz pode voar: nem mesmo o céu é limite para a sua audácia. Sua vaidade atinge patamares gigantescos: nem mesmo a segurança de seus próprios devotos parece lhe importar. Você propositalmente desconsidera qualquer limite normativo ou ético que possa comprometer o fim que lhe é caro. Utiliza sem o menor pudor os meios que lhe são conferidos para divulgar a irrecusável verdade de sua palavra. Caso venham a ocorrer, danos colaterais não serão nada mais do que perdas aceitáveis para a consecução da meta perseguida. Sua onisciência não permite qualquer vazão. O interesse público lhe é transparente: não pode ser nada além de um reflexo de sua própria vontade, que, ao final, subjugou completamente a realidade.

E assim seria, se ele, o limite, não promovesse uma alucinada reviravolta no roteiro previamente estabelecido por sua santidade. De forma inesperada, uma vertigem democrática surge no horizonte para usurpar o frágil solo moral no qual assentava sua autoridade, destruída como castelo de cartas por um relâmpago de legalidade.

Sua onipotência não era mais que delírio e devaneio. Complexo de grandeza e abuso de autoridade. Possível prática de crime e flagrante ilegalidade. O destino parece ter lhe pregado uma terrível peça: suas razões não são mais do que pálidos reflexos de uma contaminada subjetividade. Vitimada pela própria arrogância, cai por terra a insustentável identificação com o bem da sociedade. Tragédia até então impensável. Quem dizia que falava por todos falava por si mesmo: refém da própria e indevidamente atribuída discricionariedade.

Resta o lamento dramático e a entrega narrativa da própria dignidade, corroída pelo esforço impossível de legitimar uma indefensável ilegalidade. Esgotada sua serventia, desvelada a humanidade, resta a você o papel de cordeiro: passível de ser sacrificado no altar do próprio autoritarismo, ainda que mostre incredulidade diante dessa possibilidade. Talvez a sorte seja generosa e você apenas caia na obscuridade. Lamento de um Moro, Moro das lamentações. Equivocado até o final, ainda lhe escapa a ideia de impessoalidade. A Tragédia de um Moro é a morte metafórica de uma pseudodivindade. Que ela descanse em paz. A democracia agradece.

67. De Trump a Jair Bolsonaro: desconstruindo

“verdades caseiras” ao pé do ouvido

Se não pensa como nós, logo é nosso inimigo. A política que esses “líderes” representam é exatamente isso

https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/59684/de-trump-a-jair-bolsonaro-desconstruindo-verdades-caseiras-ao-pe-do-ouvido?fbclid=IwAR0tiwwFeQQHGjj1_jevgAvTrY6PZ1BN9loDF3Kvd5SoC_talM7G0JAhdnA

FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA  Diálogos do Sul

São Paulo (SP) (Brasil) -

29 de jul de 2019 às 19:41

A Antropologia nos disciplina de forma boa e má a relativizar. Olhar para o mundo atual e ver como as coisas vêm sendo ordenadas e buscar uma compreensão mínima sobre os dados é tarefa para bons antropólogos, e para quem tem estômago. É preciso ter estômago e até mesmo “sangue de barata” como se diz no jargão popular. Ter frieza diante do mundo é o que se espera de alguém que tem “sangue de barata”. Mas, e quando o mundo nos afeta diretamente? E quando a violência do discurso, das narrativas e da ação atinge nossos corpos? Nossas vidas privadas e públicas?

O fato é que não tem sido fácil explicar este mundo, mas também, como diria Geertz "Se quiséssemos verdades caseiras deveríamos ter ficado em casa", mas se torna urgente entender porquê uma parte da nossa população após os VazaJatos apresentados pelo The Intercept Brasil continuam com suas verdades caseiras e desta forma legitimam a xenofobia dos discursos de governantes.

Xenofobia é uma palavra de origem grega e se forma a partir das palavras “xénos” (estrangeiro) e “phóbos” (medo). A xenofobia pode se caracterizar como uma forma de preconceito ou como uma doença, um transtorno psiquiátrico. Todo aquele que não é da nossa região vira estrangeiro, diferente, exótico.

Leio por aí que o refúgio – os refugiados - é a crise do século XXI, será mesmo? Se fizermos um retrospecto veremos que em outras fases da nossa história mundial as migrações forçadas sempre existiram. O que não existia era um aparato de comunicação full time que revelasse a realidade de outros povos e que deixasse tão explícita a xenofobia.

Antropólogos viajavam dias e noites até chegarem aos povos distantes – as “ditas populações primitivas” - os empreendimentos de Malinowski e Evans-

Pritchard para destacar apenas dois grandes antropólogos do século XX, promoveram verdadeiras incursões etnográficas regadas a requintes de detalhamento dos povos com quem dialogavam, ou para ser geertziana: sempre constituindo análises de segunda, terceira mão e por cima dos ombros dos nativos. Assim nasciam o caderno de campo, as formas de registrar o vivido e compreender o universo a nossa volta.

Na atualidade, nós, docentes, orientamos nossos alunos presencial e virtualmente, via Whatsapp e utilizamos todas as tecnologias possíveis, da mesma forma que o trabalho de campo também é de acesso mais fácil do que nos primórdios da nossa disciplina. Nossos cadernos de campo também ganharam outros formatos, mas nossas questões e estranhamento diante do mundo não cessam, pois o que para nós era familiar – a política brasileira ou norte-americana – passou a ser algo tão exótico e distante, que é preciso nos depreender do que era inteligível inicialmente para mergulharmos em outra realidade que atravessa a “realidade”: os fakes news e sua forma de dar uma “realidade” opaca ao universo do vivido.

Ilustração

Vitor

Teixeira

Podemos considerar que Jair Bolsonaro fez escola com o presidente americano

As diversas formas de violência e suas simbologias desceram ao nosso cotidiano para usar uma categoria de Veena Das. Há muitos colegas perplexos e adoecendo em cada nova ação que atinja os direitos dos cidadãos – das minorias. Proliferam discursos preconceituosos, estratégias governamentais contra a universidade pública e gratuita, um movimento crescente de censura. Nos deparamos com determinados silenciamentos compulsórios: o INPE não pode divulgar dados de desmatamento, o IBGE não pode divulgar dados de desemprego, a FIOCRUZ não pode divulgar estudos sobre drogas e para completar o presidente resolve excluir, por meio de decreto, as vagas destinadas a especialistas e integrantes da sociedade civil — incluindo médico, psicólogo e jurista — do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). Políticas de inclusão sendo abandonadas em nome de uma desPTização do governo.

Se o show de horrores não tem fim, há aqueles que acreditam e apoiam esses discursos. E como criar empatia com o grotesco, o horrendo, a barbárie? Há algo nesta ordem mundial que não foi aprendida pelos povos de modo geral – que é preciso considerar o direito à diferença. A intolerância é o terreno que extrapola os mecanismos de considerar que o outro também é ser humano e praticante de suas crenças (aqui entendo crenças de forma ampla – terraplanagem, por exemplo, é uma crença forte nos dias de hoje). Penso que o ser humano pode acreditar no que quiser, desde que, aquilo que ele acredita não interfira na vida de outras pessoas. É isso que esses governos estão fazendo – estão violando o direito das pessoas serem quem são e se valem de narrativas falsas para implementar a política da abjeção contra as minorias. E assistimos atônitos, que todo aquele que se opõe ao discurso

“dominante/governante” vira esquerda comunista (dentro deste espectro – esquerda comunista – o sentido é amplo, até mesmo jornalistas como Reinaldo Azevedo, Rachel Sherazade são considerados esquerdopatas).

As notícias falsas ou fake news se destacaram no período pré-eleitoral, como por exemplo, uma cartilha gay que nunca vi, li, consultei, e uma mamadeira de piroca, que parece mais ter saído de filmes pornográficos do que das rodas de conversas de “senhoras de bem” do interior de São Paulo, essas e outras informações bizarras, como alunos pelados na universidade, eram compartilhadas via Whatsapp nos grupos de família. A moralidade tomou conta das eleições. Exterminar a “ideologia de gênero” e neste caldeirão se perguntarmos às pessoas o que é sexo, sexualidade e gênero, é capaz de dizerem que se trata da mesma coisa. O mesmo “cidadão de bem” que honra a sua família, quer ver preso o menino negro da comunidade, uma verdadeira distopia promove este sentimento.

O presidente Donald Trump não é diferente em suas declarações, podemos considerar que Jair Bolsonaro fez escola com o presidente americano, seu desejo de se tornar fotocópia fiel a tudo que diz e faz o presidente dos EUA tem dado resultado. Trump em um dos seus discursos de campanha disse: “Vamos construir um muro para evitar a entrada de imigrantes ilegais e drogas”, deixa claro o ataque aos imigrantes. Em 2015 quando lançou sua campanha também usa Deus como escudo: “Eu serei o melhor presidente que Deus criou”.

Nas últimas semanas os presidentes eleitos, democraticamente, Donald Trump e Jair Bolsonaro ampliaram seus respectivos discursos xenófobos. Primeiro o ataque de Trump às deputadas democratas eleitas: Alexandria Ocasio-Cortez, Ilhan Omar, Ayanna S. Pressley e Rashida Tlaib. Ele escreve no Twitter que as respectivas deputadas vieram de lugares “quebrados e infestados pelo crime”. As quatro deputadas citadas são de uma minoria de esquerda e de uma minoria étnica-religiosa: muçulmanas, mas também há uma mulher latina e uma mulher negra. Seria uma forma de atrair conservadores para uma reeleição que ainda está longe? Não se sabe, mas a xenofobia é explícita.

De forma análoga, o presidente Bolsonaro em café com jornalistas estrangeiros fez ataques ao governador do Maranhão, Flávio Dino, dizendo: “[governadores de 'paraíba', o pior é o do Maranhão](#); tem que ter nada com esse cara”. O presidente brasileiro ataca a região nordeste – os nordestinos – que ele optou por chamar de “paraíbas” termo muito usado no Rio de Janeiro para se referir aos nordestinos migrantes principalmente na década de 70, assim como, em São Paulo são conhecidos os “baianos”. Importante lembrar-se de um documentário: Tem que ser baiano? (1993) de Henri Gervaiseau, no qual o diretor juntou entrevistas e imagens da comunidade nordestina em São Paulo com depoimentos de migrantes nordestinos anônimos e conhecidos como Lula e Luiza Erundina, além de políticos conservadores. Na época se discutia um projeto de lei na Assembleia Legislativa de São Paulo que previa o retorno dos nordestinos às suas respectivas cidades. O que faz um presidente, 26 anos após o lançamento deste documentário, protagonizar a mesma fala que aparece nos vídeos? A resposta é simples, esses “paraíbas” não votaram nele,

e por não votarem, viram inimigos. É inimigo para este governo todo aquele que pensa diferente.

Na atualidade o dissenso foi retirado do vocabulário. Se não pensa como nós, logo é nosso inimigo. A política que esses “líderes” representam é exatamente isso. As narrativas desses presidentes estão em conformidade com a exclusão e não com a inclusão, não há mediação, não há diálogo entre as classes sociais ou grupos étnicos. As políticas são de extermínio da vida humana (indígenas, mulheres, homossexuais, negros, pobres). E se isso chama atenção de uma classe social engajada, ou minimamente politizada, para outra parcela isso ainda é pouco, desejam maior radicalização de uma direita. Como bem deixa entrever na entrevista ao Poder Econômico, [a antropóloga, Isabela Oliveira Kalil](#), bolsonaristas cobram uma guinada mais à direita e cobram isso do presidente que ajudaram a eleger. Se há bolsonaristas arrependidos, não se enganem, há aqueles que aprovam e querem mais radicalização nas ações do seu governante.

É fato que a política virou um cabo de guerra que se denominou chamar de “esquerda e direita”, “conservadores e progressistas”, particularmente não acredito nisso, não vejo as cartas postas desta maneira, a não ser no senso comum – penso ser mais ampla esta dicotomia, há nuances de esquerda, assim como de conservadores. Nem todo conservador quer ter uma arma, quer o fim da universidade pública, assim como, nem toda esquerda tem como bandeira Lula Livre, entretanto, neste momento, será preciso recorrer a outras formas de diálogo com os cidadãos que ainda se alimentam de mensagens nos grupos de família. Como podemos explicar que no Brasil, onde cresce o desemprego, deixamos passar uma Reforma da Previdência que prejudica ainda mais aqueles que têm menos? Um povo que sai à rua para “lutar” por 0,20 centavos na passagem de ônibus, não se mobilizou suficientemente para se contrapor a uma reforma perversa.

Necessitamos de uma ação coletiva da sociedade civil e com todas as suas bandeiras partidárias, de movimentos sociais, entidades, sindicatos a fim de que possamos colocar este país de pé novamente. É preciso voltar a ter orgulho de ser brasileiro, apesar de um presidente que nos chama de “paraíba” de forma pejorativa, mas, para nós nordestinos é motivo de orgulho, porque fazemos parte da população que não aprovou a xenofobia explícita desde a época da eleição. Além de maranhense, sou antropóloga, muçulmana muhajjabat, pesquisadora de comunidades muçulmanas, e portanto, de uma minoria étnico-religiosa, que tem a consciência de que verdades caseiras precisam ser diluídas para que aconteça um amplo debate sobre como enfrentar questões que nos afetam.

O exercício da alteridade precisa extrapolar os muros das universidades, das nossas casas e ganhar as ruas. Só um diálogo amplo e com diversas camadas da sociedade deve conseguir mudar este status quo e nos reagregar novamente como um grupo que se orgulha das políticas públicas e sociais deste país. Não se trata de “lugar de fala” que não se comunica, mas sim, de cultivar lugares de escuta. É preciso escutar o motorista de aplicativo, que

reclama desiludido o seu voto, da dona de casa, que percebeu que as mensagens no “zap” eram mentira. É preciso explicar com todas as letras a essas pessoas o que é comunismo, e que tivemos um governo bem social democrata que tinha políticas públicas voltadas para as minorias.

A conversa deve ser ao pé do ouvido, seja em aulas públicas, em espaços públicos, nas padarias, nas feiras, nos transportes coletivos. É neste mundo das “minúsculas” que precisamos ouvir e dialogar. A conversa tem que ser com os “invisíveis”, aqueles que com título de eleitor nas mãos validam o voto do patrão. Se não conseguirmos sair das universidades, dos consultórios, dos nossos empreendimentos para ouvir e dialogar estaremos fadados às verdades caseiras.

68. Rouanet: única medida concreta de Bolsonaro na cultura pode virar mico

https://www.cartacapital.com.br/cultura/rouanet-unica-medida-concreta-de-bolsonaro-na-cultura-pode-virar-mico/?utm_campaign=newsletter_rd - 30072019&utm_medium=email&utm_source=RD+Station

[PEDRO ALEXANDRE SANCHES 30 DE JULHO DE 2019](#)

O ministro Osmar Terra prometia ‘democratizar’ os recursos. Democratizou apenas a escassez

A única medida concreta na área cultural do governo Jair Bolsonaro pode virar um mico. Após uma reforma apressada na Lei Rouanet, em abril, a captação de recursos incentivados caiu barbaramente. Até agora, somente 1.341 projetos de todo o País conseguiram dinheiro por intermédio da legislação, captando no total 326 milhões de reais. A média anual vinha se mantendo na faixa de 1,2 bilhão de reais desde 2007 (em média, com mais de 5 mil projetos aprovados). O número de incentivadores também recuou bastante: em 2018, houve 17.522 empresas e pessoas físicas investindo na legislação; em 2019, até agora, apenas 2.197 investidores. O atual ritmo mostra que é pouco provável que o aproveitamento chegue ao mesmo patamar nos meses que restam do ano.

Um dos principais discursos do Ministério da Cidadania, o de que a reforma fosse “democratizar” os recursos e fazê-los chegar até os estados onde não chegavam, caiu por terra. Dos 326 milhões de reais captados até agora, somente 13 milhões de reais foram para o Nordeste; a Região Norte ficou com 6 milhões de reais e a Região Sudeste investiu 235 milhões de reais. Basicamente, não mudou nada. É preciso considerar também que a captação atual ainda está muito escorada em projetos aprovados antes da reforma, o que pode tornar ainda mais drásticas as suas consequências.

► **Leia também:**

- **[O que pretende Bolsonaro ao fechar a Ancine e pautar o cinema nacional?](#)**
- **[Lei Rouanet: da ascensão à queda provocada pelas fake news](#)**

- **É oportunismo, dizem artistas que trabalharam com diretor bolsonarista**

Ao fixar um limite de 1 milhão de reais para captação por projeto, o governo acreditou atingir as “mamatas”, como chamava as produções mais caras. Mas atingiu principalmente a categoria dos musicais. Em 2018, o mecenato da Lei Rouanet tinha aprovado 205 projetos de teatro musical; em 2019, até agora, apenas 16 projetos foram aprovados. Essa rasteira atingiu em cheio a saúde de uma indústria cultural que crescia ano a ano: cada musical em cartaz tinha entre 10 e 50 artistas no palco, além de 15 músicos na orquestra e 10 a 40 técnicos, empregando cerca de 200 profissionais em sua cadeia produtiva. O primeiro efeito, evidente, foi um aumento nos preços dos ingressos dos musicais que já estão em cartaz. O preço mais barato agora é de 50 reais e o mais caro chega a 300 reais.

Dos dez maiores captadores no ano passado, três eram do setor de musicais: Aventura, T4F e Atelier de Cultura, cujos projetos passavam dos 10 milhões de reais. Essas empresas foram praticamente alijadas do processo: atualmente, a maior empresa de entretenimento do ramo, a T4F, não tem nenhum novo musical sendo ensaiado para estreiar neste ano. De uma forma geral, caiu drasticamente o número de projetos aprovados em toda a área de artes cênicas, de 422 para 161.

A reforma da lei de incentivo pelo Ministério da Cidadania manteve os principais focos de privilégios, como os planos plurianuais de instituições diversas. Por meio desses planos, que têm abrangência de quatro anos, fica mais difícil fiscalizar a aplicação correta dos recursos (pelo largo período de duração e a diversidade de ações e atividades envolvidas).

69. O complô comunista como matriz governamental de Bolsonaro

Wilson Gomes - 26 de julho de 2019

<https://revistacult.uol.com.br/home/o-complo-comunista-como-matriz-governamental-de-bolsonaro/?fbclid=IwAR34dICe9OOvImXIRxlaRKDeRmKx1FmQ9xxGnJV3DhOCV7pUNkZ8LhwbPQA>

Quando as pessoas pensam em política, geralmente imaginam instituições, como partidos, o governo e o parlamento, as negociações entre interesses, agendas e ideologias, o processo legislativo, a elaboração e a implementação de políticas públicas e coisas semelhantes. Na verdade, grande parte do que se faz em política é comunicação política, a atividade constante para convencer pessoas, para levá-las a pensar, a sentir-se e a comportar-se de um determinado modo. Grande parte do que se faz em política é a luta por corações e mentes, como se dizia, ou por conquista da atenção coletiva, por imagem pública, para convencer as pessoas de quais são os principais problemas sociais para os quais a política tem a resposta, de quais respostas as pessoas realmente precisam agora e por que as respostas que oferecemos são preferíveis àquelas do concorrente.

Já na comunicação política, grande parte da energia é despendida para fornecer interpretações da realidade na forma de histórias ou narrativas e para convencer o maior possível número de pessoas a adotá-las como forma de explicar o mundo, de compreender o que com elas se passa e de justificar os próprios sentimentos e atitudes.

Um modelo de narrativa de muita eficiência política são histórias de complôs, também conhecidas como “teorias da conspiração”. De um ponto de vista estritamente histórico, é impressionante a quantidade de narrativas conspiratórias, a maioria sem pé nem cabeça, a que aderiram contingentes expressivos de pessoas, com consequências frequentemente muito severas.

Não tem facção política que resista a recorrer a uma boa narrativa persecutória. Primeiro, porque as pessoas adoram grandes narrativas que explicam tudo, e o complô junta a pluralidade dos fatos em um encadeamento em que tudo ganha sentido, mesmo que para isso seja preciso forçar os dados e arranjar os fatos. O complô dá ordem ao caos. Segundo, porque uma vez compartilhadas as grandes premissas da maquinação, as pessoas vão completando as lacunas e produzindo narrativas derivadas, fabricando elas mesmas suas próprias teorias da conspiração, algumas ainda mais radicais do que as matriciais, produzidas pelo partido ou movimento. Muita gente, em suma, se põe a cooperar para tornar a história plausível e indisputável.

Um bom complô precisa antes de tudo de um inimigo com três características: precisa ser muito poderoso; precisa ser extremamente astuto, ardiloso, inteligente, em suma; precisa ser maligno. E, naturalmente, precisa de uma vítima, “nós”, que somos moralmente superiores ao inimigo, uma vez que a razão e a justiça estão do nosso lado, mas politicamente inferiores ao inimigo, em virtude da força que ele reúne, do tempo em que ele já está operando, do capital que ele controla, da forma insidiosa como que ele conseguiu se estabelecer e, naturalmente, do fato de que o Mal opera de forma incessante e sem respeitar limites.

Grande parte do sucesso do nazismo, por exemplo, deve-se à capacidade de formulação e disseminação da mitologia do complô judaico universal contra os arianos e contra os interesses nacionais alemães. Assim, uma vez que as pessoas assimilaram as premissas básicas da conspiração judaica internacional, os fatos da realidade passaram a ser filtrados a partir das premissas assumidas: quando reforçavam a história, eram aumentados e exibidos como comprovação; se apontavam em outra direção, eram rejeitados como falsificação e desprezados. Incorporada a premissa do complô, todos os elementos da realidade, do passado, do presente e até do futuro, tudo se encaixa e ganha sentido. Foi deste modo que, empregando essa matriz fundamental, Hitler e o seu movimento social, o nazismo, conseguiram dar algum sentido à desesperadora situação econômica da Alemanha depois da Primeira Grande Guerra, mas também lograram explicar, mais adiante, a reação internacional de rejeição às barbaridades nazistas, justificando que é tudo obra da Internacional Judaica, aos quais se juntaram no conluio os ingleses e outros aliados, para atacar injustamente a Alemanha.

Os petistas, por exemplo, adotaram por anos uma teoria de que havia uma conspiração contra o PT e o povo, e a empregou como protocolo para lidar com os escândalos políticos relacionadas à corrupção. Nesse complô entra, claro, a mídia: é a chamada “conspiração editorial contra o PT”. Mas, como em todo conchavo que se respeita, outros atores poderosos tinham papéis importantes na trama conspiratória: as elites, a classe média, as elites brancas, o Judiciário, os banqueiros, os poderosos, e a mais temível de todas as figuras, “eles”. Encaixados nesta narrativa, os escândalos políticos perdiam, retoricamente, grande parte do seu impacto, uma vez que a revelação dos fatos escandalosos podia ser explicada como resultado da maquinação dos inimigos do povo contra as virtudes do partido, a saber, a preferência pelos pobres e seus projetos de melhorar a vida da parte mais baixa da pirâmide social. Os erros do PT e dos seus quadros não faziam, naturalmente, parte da história.

Ninguém, no entanto, vence os Bolsonaros e o bolsonarismo no uso de narrativas persecutórias, a começar pela megateoria, que explica absolutamente tudo o que o governo faz ou deixa de fazer, que é a história do complô comunista universal. A sua origem é a mente nebulosa de Olavo de Carvalho, o diretor espiritual da família reinante, também ele líder de uma das facções políticas que convergiu para o bolsonarismo. Olavão sabe que a massa se move ou por amor ou por medo. E que, como ensinou Maquiavel, o medo (ou temor) é uma base mais confiável que o amor. Só que, na democracia, o medo do governante é perigoso e pouco eficaz. Ao contrário, o medo de uma ameaça tremenda e à porta deveria ser capaz de mover a massa na direção de uma liderança em condições de enfrentá-la. Assim, Olavão foi buscar no imaginário produzido por sua sua geração, em 45 anos de Guerra Fria, as fantasias persecutórias de que precisava para a sua história de assombração: há um complô comunista; ele é internacional; os comunistas já estão infiltrados em nossa sociedade e conquistaram as principais posições políticas, intelectuais e culturais; os comunistas são astutos, arditos e estão dominando as pessoas a partir dos seus corações e das suas mentes; os comunistas estão destruindo os valores autênticos e fundamentais da nossa sociedade que é cristã e que tem raízes assentadas em valores familiares.

O passo seguinte foi estender o alcance semântico da noção de “comunismo” de forma que incluísse também toda a esquerda e, pasmem, mesmo as pessoas que adotam posições liberais nas controvérsias morais. Assim, o comunismo não é mais apenas uma alternativa ao capitalismo no que se refere estritamente ao modo de produção econômica, como seria correto pensar, mas é sobretudo mentalidade, valores, atitudes, estilos de vida e preferências políticas. Quer políticas de bem-estar social ou de distribuição de renda? Comunista! Quer respeito a minorias e uma sociedade que assimila diferentes estilos de vida? Comunista! Quer uma separação nítida entre Igreja e Estado? Comunista! Defende que os papéis sociais, inclusive os de gênero, são uma construção social e não uma lei da natureza? Comunista!

A premissa é ridícula e não resiste aos fatos, mas em comunicação política o bom senso e os dados frequentemente não são bem-vindos. A adoção da história de um complô comunista reflete um severo estágio de alucinação ou de fantasia mal-intencionada, mas funciona. Tanto é verdade que a narrativa

prosperou rapidamente e foi incorporada pela massa de bolsonarista, mesmos por uma geração inteira que não tem qualquer memória da Guerra fria. E passou a funcionar como matriz básica das decisões, prioridades e declarações de Bolsonaro, a começar da sua seleção de ministros para a guerra contra o comunismo.

Fora Paulo Guedes e Sergio Moro, por outras razões, todo o elenco do primeiro escalão de Bolsonaro foi selecionado com base na premissa conspiratória do cerco e da infiltração comunistas. Ernesto Araújo é o general que irá lutar contra o globalismo, o “marxismo cultural” e a dominação comunista da ONU, alinhando-nos estrategicamente ao lado de países livres como Afeganistão e Uzbequistão. Damares Alves é a comandante das tropas que desmantelarão a epidemia decorrente da infecção de boa parte da população brasileira pela “ideologia de gênero” e pelos “direitos humanos”, que são evidentes mutações da cepa do vírus comunista. O major Abraham Weintraub foi destacado para neutralizar a infiltração comunista nas universidades, tratando os vermelhos a pão, água e chicote, além de “desideologizar” os currículos brasileiros a fim de recuperar as criancinhas de anos de “doutrina ideológica”. O General de Brigada Ricardo Salles, por sua vez, colocará tropas em solo para liquidar de vez a infiltração do marxismo ambiental. Já para resolver o problema da infiltração marxista na Cultura foi destacado o Almirante.... ops, pera. Não existe mais a pasta da Cultura. Neste caso, o mal foi erradicado pela raiz.

A gente olha de fora e vê uma nau de insensatos, um governo composto por alucinados, delirantes, paranoicos. Mas aquilo tudo faz sentido se você aceitar as premissas fundamentais do complô comunista. Em toda parte, a mensagem do governo é esta: “Desculpem o transtorno, mas não podíamos deixar que o Brasil permanecesse dominado pelo comunismo, estamos tomando providências para conter a dominação ideológica e cultural dos vermelhos depois de termos tomados deles a hegemonia política”. Onde nós vemos um louco dizendo e fazendo disparates que nos cobrem de vergonha e perplexidade, o sujeito que adotou a ideia de que o Brasil e o mundo foram infiltrados pelos comunistas vê um trabalho duro e um esforço hercúleo e mal compreendido para nos salvar da ameaça vermelha.

Cabe à família presidencial e ao guru presidencial alimentarem a narrativa. Esta semana mesmo, a conta de Jair Bolsonaro no Twitter informou à Nação que “na próxima quinta, membros do Foro de São Paulo, criado por Fidel Castro, Lula, FARC, entre outros partidos de esquerda e facções criminosas com objetivo de dominar a América Latina, se reúnem em Caracas-Venezuela para discutir seu Projeto de Poder Totalitário”. Isso foi tão importante para a imprensa internacional quanto a primeira Convenção Nacional da Terra Plana, ou o Foro de Olavão, que acontecerá em novembro, em São Paulo. Insignificante. Mas o bolsonarismo tratou a reunião como se fosse uma reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas às vésperas da Terceira Guerra Mundial.

A narrativa do complô comunista, contudo, não se restringe à escolha de gente do primeiro e segundo escalão, que mais se assemelham aos frequentadores do chá do Chapeleiro Louco de Alice no País das Maravilhas, mas orienta decretos e projetos legislativos do Executivo Federal, políticas públicas

implementadas pelo governo e até eventuais ataques do presidente a funcionários do Estado no legítimo exercício das suas funções.

Bolsonaro disse isso com todas as letras esta semana, para justificar a sua enésima atitude que os não aderentes às premissas da conjuração comunista consideram delírio, perda de tempo ou pura e simples estupidez: “Há décadas a esquerda se infiltrou em nossas instituições e passou a promover sua ideologia travestida de posicionamentos técnicos”. É o que dá sentido às justificativas extravagantes que o presidente dá de atos que a todo mundo parecem insanos, como o afastamento da responsável pela Gestão do Fundo Amazônia, do BNDES; o ataque ao Inpe por não gostar dos dados sobre o desmatamento no país; a extinção de vagas de especialistas no Conselho Nacional sobre Drogas. O argumento publicado pelo presidente é que todo órgão do Estado está “aparelhado”, todo técnico está a serviço de ONGs internacionais ou do Foro de S. Paulo, todo dado e opinião divergente do desejo e da crença da Nova Hegemonia é resultado de “viés ideológico”. Dessa forma o presidente processa a seleção dos dados, fatos e pessoas tendo como base exclusiva a matriz do onipresente complô comunistas: os dados que não lhes são convenientes são produzidos por comunistas, as pessoas que não estão automaticamente alinhadas à sua visão de mundo são comunistas, os fatos que não lhe agradam estão a serviço do comunismo.

Neste quadro, apenas o anticomunismo não pode ser classificado como um desvio ideológico. Não, ideologia quem a têm são os comunistas, o bolsonarismo é a Revelação e a Cura disso tudo. O Brasil, em suma, está sendo governado por um presidente que crê piamente em uma teoria da conspiração que ele próprio ajudou a montar. E não riam, não, que a coisa só seria cômica se as consequências desse estado permanente de delírio persecutório não se demonstrassem tão trágicas.

WILSON GOMES é doutor em Filosofia, professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA e autor de A democracia no mundo digital: história, problemas e temas (Edições Sesc SP)

70. Governo brasileiro se prepara para negar o aquecimento global

<https://www.brasil247.com/brasil/governo-brasileiro-se-prepara-para-negar-o-aquecimento->

[global?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification](https://www.brasil247.com/brasil/governo-brasileiro-se-prepara-para-negar-o-aquecimento-global?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification)

O governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro enviou representantes diplomáticos para participarem da 13ª Conferência Internacional sobre Mudança do Clima, promovida pelo The Heartland Institute em 25 de

julho; este instituto reúne os maiores defensores da tese de que o Estado não deve agir para mitigar os efeitos do aquecimento global

30 de julho de 2019, 16:13 h Atualizado em 30 de julho de 2019, 16:19

•

247 - O governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro está se reparando para negar o aquecimento global. Pela primeira vez, o Brasil enviou representantes diplomáticos a uma reunião de negacionistas do clima nos Estados Unidos.

Segundo revelação da jornalista Patrícia Campos Mello, da [Folha de S. Paulo](#), mostra que, num telegrama assinado pelo encarregado de negócios da embaixada do Brasil em Washington, Nestor Forster, um diplomata relata a participação em reunião na 13ª Conferência Internacional sobre Mudança do Clima, promovida pelo The Heartland Institute em 25 de julho.

Participaram da Conferência alguns dos maiores negacionistas do clima: "o cientista e ex-assessor da ex-primeira-ministra Margaret Thatcher, Lord Christopher Monckton; o cientista hidrólogo Jay Lehr; e o cientista e ex-assessor para Assuntos Climáticos da Casa Branca, Myron Ebell."

O The Heartland Institute defende políticas libertárias e reúne os maiores defensores da tese de que o Estado não deve agir para mitigar os efeitos do aquecimento global.

A política como maldade e grosseria

M.Aurelio Nogueira -30/07/2019

<https://marcoanogueira.pro/a-politica-como-maldade-e-grosseria/?fbclid=IwAR1f4-gPKiMNKR-py244QC8eySx9kbaPMrhKI37pddGE6n1s3l8QsKztSZ0>

Bolsonaro insiste em agredir e demarcar um território suficientemente batido e definido, como se fosse preciso reiterar sua hostilidade às esquerdas e seu desinteresse em se comportar como estadista

É espantoso e chega a ser repulsivo que um presidente da República, do alto de sua investidura, fale o que Jair Bolsonaro falou sobre a morte de Fernando Santa Cruz, militante da Ação Popular morto em 1974 em pleno regime militar, insinuando saber detalhes de sua morte.

Antes de tudo, porque fez isso com a clara intenção de agredir e intimidar o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, filho do militante assassinado. Valeu-se da crueldade e da covardia para acuar um adversário da sociedade civil, demonstrando rara falta de empatia e compaixão. Ignorou e desrespeitou decisões dos próprios órgãos do Estado, chegando ao cúmulo de questionar a seriedade e a legitimidade da Comissão da Verdade, que apurou crimes cometidos durante a ditadura. Para ele, não haveria razões para de “acreditar” nessa Comissão e nem na Comissão de Mortos e Desaparecidos. Os documentos por elas emitidos não passariam de “balela”.

Assim como quem não quer nada, de supetão, o presidente desprezou a Constituição e fez pouco caso da Lei de Anistia. Pisoteou, também, o saber historiográfico que já documentou os fatos do período ditatorial. Não acatou nem sequer o atestado de óbito recém-lavrado pelo Ministério da Família e dos Direitos Humanos que certifica que Fernando Santa Cruz morreu “de causa não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985”.

As declarações demonstram que Bolsonaro ainda não processou o passado, que ele idealiza ao bel-prazer, mastigando fel, olhando para trás, negando-se a virar a página de um período que não orgulha o Brasil. Sua visão do passado habita as mesmas cavernas onde repousam seus piores demônios internos.

Tudo indica que o presidente disse o que disse com o propósito de agredir e demarcar um território já suficientemente batido e definido. Como tem ocorrido com frequência compulsiva, buscou se reapresentar como um líder hostil às esquerdas, autoritário, desinteressado de dialogar e incapaz de se comportar como estadista.

Insistir em reiterar uma imagem já fixada no imaginário popular é exibir grave insegurança existencial.

Não é razoável que o presidente se comporte como se estivesse em uma pelada de futebol ou num ringue de MMA, com o agravante de não acatar nenhuma regra. Sua atitude deslustra a República, rasga a Constituição que jurou respeitar e envergonha o Estado brasileiro perante o sistema internacional.

Resta saber se Bolsonaro disse o que disse em decorrência de uma falha cognitiva, de uma pulsão maléfica, ou se houve no ato algum cálculo estratégico. A impressão é que se tratou de uma combinação das duas coisas. O presidente quer fazer política pela via da maldade e da grosseria, deixando à solta os piores traços de sua personalidade, como se não quisesse controlar seu instinto animal. Mas também deseja marcar posição, ocupar um lugar na mídia, cortejar seus eleitores mais fanáticos. É uma estratégia de saturação.

A persistir nesse padrão de conduta, seus dias na Presidência ficarão manchados de sangue e fúria, e nada trarão de bom para o País. Serão um pesadelo, do qual levaremos um tempo para nos libertar.

71. Falas de Bolsonaro geram preocupação no Planalto

Em reunião de emergência, auxiliares avaliam diminuir a exposição de presidente; monitoramento das redes sociais mostra crescimento de reações negativas

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,falas-de-bolsonaro-geram-preocupacao-no-planalto,70002948401?fbclid=IwAR1AdNxUxV3vN6IQ3U8Eit4kyk6Cxs8RU75HJVL8h86NhggiJD EOHPOjW68>

Renata Agostini, Mateus Vargas e Julia Lindner, O Estado de S. Paulo

31 de julho de 2019 | 05h02

A sequência de declarações de **Jair Bolsonaro** nos últimos dias levou apreensão a alguns de seus auxiliares mais próximos e motivou uma reunião de emergência no Palácio do Planalto na manhã desta terça-feira, 30. Na avaliação do grupo, que inclui integrantes da ala militar do governo, o presidente elevou em demasia o tom de suas falas, o que vem prejudicando sua gestão.

LEIA TAMBÉM [>Vera Magalhães: Freios e contrapesos](#)

Enquanto ele provoca [dando declarações desencontradas sobre a morte do pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil \(OAB\), Felipe Santa Cruz](#), na ditadura militar, [põe em dúvida relato de indígenas acerca de ataque de garimpeiros no Amapá](#) e [evita lamentar o massacre em Altamira](#), o governo perde a chance de divulgar pautas positivas, de acordo com integrantes desse grupo.

Nesta terça, Bolsonaro voltou a causar polêmica ao questionar a veracidade de documentos oficiais que apontam a morte de Fernando de Santa Cruz, pai de Felipe, como vítima da ditadura. **“A questão de 1964, não existem documentos se matou, não matou, isso aí é balela”, disse.**

De acordo com uma fonte a par da conversa, “coisas boas”, como a liberação do FGTS ou a descoberta do hacker que invadiu o celular de autoridades, acabam “se perdendo em polêmicas” logo depois diante do “destempero” presidencial.

Uma das razões da reunião foi justamente tentar entender o que está por trás do comportamento de Bolsonaro. Muitos deles admitem que têm sido pegos de surpresa pelas declarações controversas do presidente.

Dois diagnósticos foram feitos. O primeiro é que a equipe presidencial errou ao deixar Bolsonaro muito exposto a jornalistas durante eventos nos últimos dias. A intenção é reduzir parte das interações, limitando, assim, as oportunidades de ele alimentar novas polêmicas.

A segunda avaliação é de que integrantes da chamada ala ideológica têm conseguido influenciar o presidente de forma mais assertiva. Não está claro para o grupo quem são os mais “ativos” nessa empreitada, embora “suspeitas” recaiam sobre aliados encarregados de sua comunicação digital, área de influência de **Carlos Bolsonaro**.

Uma das leituras feitas é de que essa tentativa de inflamar o discurso do presidente decorre de uma reação à chegada ao Planalto de assessores batizados internamente de “agentes temporizadores”: Jorge Oliveira, ministro da Secretaria-Geral da Presidência; Fabio Wajngarten, chefe da Secretaria de Comunicação; e o general Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo.

O trio adota discurso moderado e tenta fazer pontes com a imprensa. Ramos tem histórico de bom relacionamento com jornalistas e Wajngarten teve encontro recente com a cúpula das Organizações Globo.

72. A palavra de cada dia, contra a paz

Milton Saldanha – FB 31 JULHO

Bolsonaro faz de tudo para irritar. Inclusive mentir. Nada de novo no seu temperamento. Sua carreira no Exército foi pontilhada por punições por indisciplina. Seria interessante desafiá-lo a mostrar sua folha de serviços. Nunca o fará, isso mostraria sua carreira militar truncada por descumprimentos ao Regulamento. Inclusive com processo, fora as detenções. Um ano antes da sua eleição eu já previa o risco da sua vitória, contrariando o pensamento dos meus amigos, que davam de ombros quando se puxava esse assunto, numa espécie de cegueira deliberada. Cegueira que não foi só deles. O ódio que separou os partidos de centro-esquerda, numa luta alucinada pelo poder, não permitiu uma aliança contra o mal maior, a extrema direita que baba de ódio contra qualquer coisa que cheire a humanismo, cultura, educação, solidariedade.

Quando Bolsonaro, na campanha, em raro momento de honestidade intelectual declarava nada entender de economia, estava sendo modesto. Ele não entende de nada. Nem do próprio idioma. É incapaz de ler um texto sem parecer um analfabeto funcional, desconhecendo entonação e tropeçando nas palavras. Só negará isso quem fala e escreve pior que ele. O contraditório é que sua consciência da própria ignorância não contém sua arrogância de achar que pode governar um país. Que não é um país qualquer, o Brasil é continental, com uma estrutura de potência que pode emergir. Então o que faz Bolsonaro? Provoca o tempo todo. Isso mantém o Brasil sob tensão permanente. Tira o foco do essencial e o coloca abaixo do secundário. Falta-lhe noção do que seja assunto de Estado e tema de governo. Duvido que algum dia tenha lido a Constituição inteira, com sua interpretação jurídica e institucional.

Ao indicar o próprio filho para nossa principal embaixada no exterior, em flagrante nepotismo, ele testa seu poder. Se isso passar no Senado estará dado o aval para tudo, ou quase tudo. Como vivi intensamente 1964, então estudante e jornalista iniciante, tema em que me considero especialista porque estudo desde então, sei muito bem que golpes precisam de motivações e de provocações. É o que Bolsonaro claramente faz. Senão conscientemente, como estratégia, porque não aposto que tenha tal capacidade de formulação, mas por intuição e como tábua de

salvação para não precisar governar. Visto que governar é ato complexo, que exige atitudes políticas, que por sua vez pedem relações e diálogos, para a negociação entre os interesses divergentes. Se fosse mais humilde e patriota ele renunciaria, em nome da paz que o Brasil precisa, para trabalhar e crescer. Como não tem tais virtudes, ele sonha com o que sempre aplaudiu: o estado de exceção, onde o melhor uso da boca não é para falar, mas para morder.

73. Impeachment não é discussão de gabinete. É das ruas

https://www.brasil247.com/blog/impeachment-nao-e-discussao-de-gabinete-e-das-ruas?utm_source=notification-mobile&utm_medium=notification

Paulo Moreira Leite - 31 de julho de 2019, 11:46 h

"A história do país ensina que impeachment sempre foi e pelo visto sempre será uma saída jurídica capaz de permitir ao sistema político afastar um chefe de governo que acabou sem condições de enfrentar um condomínio de adversários e se impor ao país. Quem decide? A rua", diz Paulo Moreira Leite, do Jornalistas pela Democracia

Paulo Moreira Leite, para o Jornalistas pela Democracia - Ninguém tem o direito de dizer que o debate sobre um possível pedido de impeachment de Jair Bolsonaro é uma ideia sem base na lei 1079, que define os crimes de responsabilidade que podem determinar o afastamento do Presidente da República. Um desses casos, estabelecido no inciso VII do artigo 5 diz que "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do

cargo" constitui crime de responsabilidade contra a "probidade da administração".

Ninguém tem o direito de imaginar, porém, que é fácil sustentar uma denúncia que sempre será carregada por critérios de alta subjetividade, como "dignidade", "honra" e "decoro" num grau "incompatível com o cargo". Nunca haverá consenso sobre o significado exato dessas palavras numa mesma família ou numa conversa de bar -- quanto mais num país 210 milhões. Não há nada de espantoso nisso.

Sabemos que no único caso de impeachment presidencial concluído em nossa história, ocorrido em 2016, no afastamento de Dilma Rousseff, ocorreu um processo sem crime de responsabilidade configurado, por essa razão reconhecido como golpe parlamentar por observadores sérios. O caso de Fernando Collor, denunciado pela compra de uma caminhonete Fiat para com recursos do Caixa 2 de campanha, ficou na metade do caminho. Na última hora o presidente renunciou ao cargo para tentar ser absolvido no STF -- o que de fato acabou acontecendo.

Tanto em 1992 como em 2016 o fator essencial para resolver as ambiguidades jurídicas foi a mobilização popular. Quando as vias convencionais da disputa política se esgotaram, a massa da população entrou em cena e a luta se resolveu nas ruas.

(Conheça e apoie o projeto [Jornalistas pela Democracia](#))

Após uma onda inicial de protestos, Collor chegou a dar a impressão de que poderia resistir, atravessando um conjunto de obstáculos que não vou descrever aqui. Afastando-se de sua base original, trocou os ministros da República de Alagoas por uma seleção de velhos quadros do conservadorismo verde-amarelo. Sem dúvida enganado por humores fugazes que em

determinado momento passaram a soprar nas proximidades do gabinete presidencial, onde nunca faltam assessores capazes de iludir o chefe de governo com projeções otimistas, sentiu-se fortalecido a ponto de convocar uma manifestação em apoio ao governo, nas quais seus eleitores deveriam vestir-se de verde-amarelo. As ruas disseram não.

Sem o menor preparativo prévio, em 48 horas uma multidão inconformada de adversários vestiu-se de preto, ocupou ruas, avenidas e praças do país inteiro, decidindo o jogo contra o presidente.

Em outro contexto, o impeachment de Dilma foi produzido na sequência dos gigantescos protestos de 2013, furacão que a presidente conseguiu contornar numa reeleição decidida no olho mecânico. A seguir, também o apoio popular recém-recuperado seria novamente prejudicado pelas medidas de austeridade do início do segundo mandato. Quando tentava reagir, decisão simbolizada pelo convite a Lula para integrar o ministério, Sérgio Moro divulgou gravações ilegais que impediram de nomeação do ex-presidente -- naquele momento, a "volta de Lula" já era motivo de comemoração entre trabalhadores do chão de fábrica de São Paulo. A dificuldade de produzir uma mobilização de porte em sua defesa explica a agonia e derrota de seu governo, a partir de uma acusação que -- esta sim -- não está prevista na lei 1079.

(Conheça e apoie o projeto [Jornalistas pela Democracia](#))

A lição dessas duas histórias é clara. Cada um a sua maneira, impeachment era e pelo visto sempre será uma saída jurídica capaz de permitir ao sistema político afastar um chefe de governo que acabou sem condições de enfrentar um condomínio de adversários e se impor ao país. Quem decide? A rua.

Embora um conjunto esplêndido de juristas que já reconheçam as bases jurídicas para o afastamento de Bolsonaro, é preciso novamente entender que

o assunto não será resolvido nos gabinetes, mas pelos movimentos da maioria dos brasileiros, onde se encontram as razões fundamentais para sua ruína.

Mudanças de poder, aqui, não são trocas de governo. Envolvem a clássica situação que alimenta as grandes alterações da história -- quando os de cima já não querem viver como antes e os de cima não podem viver como antes.

Com um programa acabado e cruel de destruição nacional, cada ano, cada mes, cada dia que Bolsonaro for capaz de permanecer no cargo irá representar um dano maior para o Brasil e para os brasileiros, condenados em sua maioria a tornar-se mais pobres, mais vulneráveis aos grandes interesses que mandam no país, menos protegidos por direitos. Não há dúvida de que o mandato de Bolsonaro será um retrocesso histórico para nossa democracia e nosso embrião de estado de bem-estar social. Colocando o debate em termos médicos. Se o Brasil fôr pensado como um paciente, o tratamento a que está sendo submetido por Bolsoaro é tão desastrado que ameaça deixar o paciente em permanente estado de coma.

Essa realidade torna legítimo -- e legal, conforme os melhores juristas -- pensar seu afastamento o mais rapidamente possível.

(Conheça e apoie o projeto [Jornalistas pela Democracia](#))

Aqui, outra questão se coloca -- o vice. Sabemos que as incertezas de uma mudança nessas condições são inevitáveis e desde já é preciso evitar sublinhar um ponto importante.

Caso Jair Bolsonaro venha a ser afastado -- sempre pelas razões legais determinadas pela Constituição -- não há dúvida de que sua saída irá produzir uma ruptura no bloco de forças que governa o país e esse é o ponto político mais proveitoso.

Atingida por uma derrota histórica, a coalização social-política-econômica organizada em torno de Bolsonaro não terá condições para apenas trocar de presidente e retomar o show como se nada tivesse acontecido. Tanto a sucessão Collor-Itamar como Dilma-Temer mostram isso.

Exatamente porque não se trata de um processo jurídico, o impeachment obriga um novo governo, fruto da mesma aliança, a se reconstruir, abrir portas e ceder. Não é uma solução de gabinete mas uma nova relação de forças.

Derrotado num processo liderado à direita, a queda de Dilma produziu um governo conservador em patamar criminoso, que antecipou vários passos de Bolsonaro-Guedes. A sucessão de Collor se deu em direção a centro-esquerda, desenho aproximado do conjunto de forças que liderou a oposição a seu governo.

(Conheça e apoie o projeto [Jornalistas pela Democracia](#))

Itamar Franco arquivou projetos que Collor pretendia encaminhar e aproximou-se de várias ideias que o próprio PT elaborava internamente. Num ato mais do que simbólico, Luiza Erundina recebeu convite para integrar o ministério. Até o Plano Real e a campanha de 1994, quando PSDB e PT lançaram candidatos em separado, a aproximação entre tucanos e petistas atingiu um grau impensável, antes ou depois.

Apenas para lembrar que a história não se repete, aqui há outro fator -- a postura presidencial.

Collor e Dilma resistiram com as forças que conseguiram mobilizar para impedir o impeachment e perderam. Compromissos diferentes, trajetórias políticas opostas, não é o que importa aqui.

A pergunta a ser feita, antes de especulações em torno de Mourão é anterior. Após sete meses de experiências anti-democráticas com Bolsonaro, a questão consiste em saber se o presidente possui uma reserva democrática suficiente para enfrentar um processo de impeachment nos limites do Estado Democrático de Direito -- como fizeram Collor e Dilma -- ou se tentará reagir o país para permanecer no posto de qualquer maneira. Mais uma vez, as ruas terão o papel principal.

Alguma dúvida?

(Conheça e apoie o projeto [Jornalistas pela Democracia](#))

Conheça a TV 247

Um auxiliar presidencial lembra que, apesar do aparente “arroubo”, as declarações feitas por Bolsonaro constam de seu repertório. O ex-deputado é conhecido por defender o período militar e a tortura contra militantes de esquerda.

Segundo alguns destes aliados, Bolsonaro moderou o tom durante semanas cruciais para a tramitação da reforma da Previdência justamente atendendo a pedido de aliados. Durante o recesso parlamentar, no entanto, ele voltou às polêmicas.

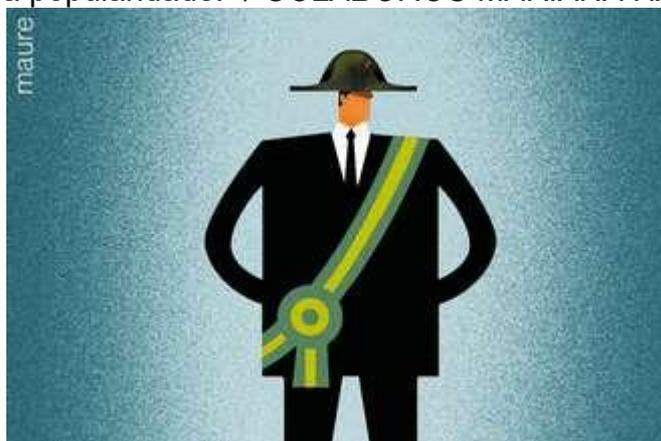
Além de “blindar” Bolsonaro do contato com a imprensa, o grupo acredita que o retorno do filho mais velho ao Brasil, o senador **Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)**, possa ajudar a amainar os ânimos. Ele tem um perfil mais moderado em relação aos irmãos e já foi comunicado sobre a crise.

Repercussão. Além de ofuscar feitos do governo, a nova crise alarmou ministros pelo potencial de desgaste na imagem do presidente. Desde o

anúncio sobre a **indicação de Eduardo Bolsonaro à embaixada do Brasil nos Estados Unidos**, a militância pró-governo tem encontrado dificuldade para reverter aumento de menções negativas nas redes sociais de Bolsonaro, avaliou Sergio Denicoli, diretor da AP/Exata, especializada em monitoramento das redes.

A repercussão negativa sobre a fala que trata da morte do pai do presidente da OAB entrará no terceiro dia consecutivo, segundo análise. “A própria militância dele não conseguiu defender o que foi dito, mas defende a sinceridade do presidente”, disse Denicoli.

Apesar de o aumento dos dias de crises, o diretor da empresa afirmou que Bolsonaro ainda tem ampla maioria de apoiadores nas redes sociais. “Está longe de perder a popularidade.” / COLABOROU MARIANA HAUBERT



74. Nas entrelinhas: Sarcófago do passado

http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-sarcofago-do-passado/?fbclid=IwAR1Q9Pt08X8XEvfatYntDoXTt_TUuGxyC2rZlemgPYZp790ax7f4Atwn5xl

Publicado em 31/07/2019 - 09:45 Luiz Carlos Azedo

“Quando um governo começa a promover rupturas com a sociedade civil e impor diretrizes verticais às políticas públicas, como vem ocorrendo, gera tensões sociais e políticas desnecessárias”

Das muitas faces do fascismo como regime político, a que determina a essência de sua natureza é o terrorismo de Estado. A existência de um partido de massas organizado e militarizado, com um braço armado, que foi a característica principal dos partidos de Benito Mussolini, na Itália, e de Adolf

Hitler, na Alemanha, não seria suficiente para a caracterização do regime se não houvesse implementado, de forma sistemática, o terrorismo de Estado.

A supressão de liberdades e garantias individuais e a perseguição sistemática de opositoristas são suficientes para caracterizar um regime autoritário, seja de direita, seja de esquerda, como na Hungria e na Venezuela, respectivamente. O fascismo aberto se instala, porém, quando a repressão policial é acionada de forma sistemática contra a população em geral, a pretexto de manter a ordem pública, e a perseguição seletiva aos opositoristas se estabelece com objetivo de eliminar fisicamente os adversários, por meio de prisões, sequestros, torturas e assassinatos.

Foi o que aconteceu, por exemplo, nos regimes militares que se instalaram na América Latina nas décadas de 1950 (Guatemala e Paraguai), 1960 (Argentina, Brasil, Bolívia, República Dominicana, Nicarágua e Peru) e 1970 (Uruguai e Chile), com forte apoio dos Estados Unidos, em razão da guerra fria com a União Soviética e demais países da então chamada Cortina de Ferro. A maioria desses países transitou para a democracia e se manteve na órbita do Ocidente, a partir do governo de Jimmy Carter, o presidente norte-americano que adotou a defesa dos direitos humanos como vértice de sua política externa, no fim dos anos 1970.

No Brasil, o processo de democratização foi uma longa transição, iniciada nessa época, com a “anistia geral, ampla e recíproca” aprovada pelo Congresso em 1979, depois de muita negociação entre os militares e a oposição. A redemocratização do país foi concluída em 1985, quando os militares deixaram o poder, com a eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral e a convocação de uma Constituinte pelo presidente José Sarney, o vice que assumiu devido à morte do presidente eleito.

A chave desse processo foi, de um lado, a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos; de outro, a impunidade dos torturadores e assassinos que, nos porões do regime militar, fizeram o serviço sujo para os generais que ocuparam o poder. Esse é nó górdio da democracia brasileira, assunto pacificado entre as Forças Armadas, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) pela Constituição de 1988. Todas as tentativas de rever a Lei da Anistia fracassaram, inclusive nos governos Lula e Dilma; agora, com sinal trocado, para o bem da democracia, não deve ser diferente.

Fantasmas

No lamentável episódio dos comentários do presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre o sequestro e o assassinato do líder estudantil Fernando Santa Cruz, pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, o mais grave não é o desrespeito para com a família do desaparecido e a insensibilidade do presidente Bolsonaro diante de um tema tão delicado (a perda de um parente próximo), é a defesa que fez do terrorismo de Estado praticado durante o regime militar, na contramão de tudo o que já foi feito para cicatrizar essa ferida purulenta. Revelou um viés autoritário que confronta a Constituição de 1988, suas instituições e compromisso claro com os direitos humanos. A rigor, confrontou o decoro e a responsabilidade do próprio cargo que exerce por vontade popular: a Presidência da República.

Não cabe ao presidente Bolsonaro, no âmbito das suas atribuições, fazer a exegese da Lei da Anistia, muito menos da Constituição que jurou cumprir e defender ao tomar posse, assunto sobre o qual quem se pronuncia é o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Sua insistência em revisitar, no sarcófago da ditadura, os fantasmas de um passado que não deve ser resgatado como modelo político, embora jamais deva ser esquecido, revela uma personalidade que se coloca acima do Estado democrático de direito, confundindo as próprias idiossincrasias com as prerrogativas do cargo.

Grosso modo, o atual governo tem características bonapartistas, por se colocar acima das classes sociais e se sustentar no “partido das armas”. Mas foi eleito num processo democrático, legitimamente, e a oposição precisa aprender a conviver com isso, sem abrir mão do direito ao dissenso e de lutar pelo poder. Entretanto, o presidente Bolsonaro também precisa aprender a respeitar as regras do jogo democrático e valorizar mais os consensos construídos ao longo de décadas para garantir a coesão da sociedade.

Quando um governo começa a promover rupturas com a sociedade civil e impor diretrizes verticais às políticas públicas, como vem ocorrendo em diversas áreas, gera tensões sociais e políticas desnecessárias, que podem dificultar e até agravar a solução dos verdadeiros problemas do país.

75. A obscenidade excepcional e o direito injusto –

Tarso Genro –
www.sul21.com.br

As formulações intelectuais e culturais que sempre precedem as grandes transformações sociais e políticas, seja qual for sua direção –mais conservadoras ou reformistas, revolucionárias ou não– sempre moldaram, silenciosa ou estridentemente as práticas sociais e as lutas políticas posteriores às rupturas da ordem estabelecida. Nas buscas utópicas, nas lutas reformistas, nas distopias -mais ou menos silenciosas- que os homens engendram com a sua vontade política, a “práxis” vai sendo selada pela consciência adquirida pelos sujeitos contra a ordem estabelecida. Elas são mais ou menos “realistas”- ou mais (ou menos) conscientes das limitações que a época imprime aos seus desejos.

As formulações da intelectualidade política “strictu sensu” para compartilhar destas lutas, a grande ou modesta produção artística, as teorias jurídicas, nem sempre foram consideradas importantes pelos ativistas e por uma boa parte dos núcleos dirigentes dos grupos ou partidos que assumiam compromissos propostos pelas ideias de esquerda, ou mesmo pelos projetos democrático-humanistas, em sentido amplo. Tanto na “esquerda” socialdemocrata como nos grupos costumeiramente tidos como mais “extremos”, estas ideias foram e ainda são frequentemente depreciadas. Não raro ela desdenharam de contribuições decisivas da intelectualidade destinadas a projetar um novo modo de vida ou uma ordem social e econômica libertária, como se tudo já estivesse resolvido pelos grandes filósofos do dois últimos séculos.

O sacrossanto recurso de “ouvir as bases” -evidentemente uma preocupação importante de qualquer direção política séria- tornou-se, neste contexto um bloqueio ao que se convencionou chamar de “intelectualismo”, tido como “complicador” do exercício da vontade revolucionária ou mesmo da luta por políticas reformistas mais radicais, colocadas em pauta principalmente a partir do final do Século XIX. Gramsci foi enfático ao diferenciar – na ação revolucionária e democrática nacional-popular, o “senso-comum” do “bom senso comum”, este que se dá no encontro daquele, como produção teórica dos “intelectuais orgânicos”, portadores das ideias democrático-republicanas, socialistas ou reformadoras do capitalismo em crise.

No Stalinismo toda a cultura burguesa -segundo seus epígonos- deveria ser superada por uma concepção “proletária” da cultura, como se os valores de uma humanidade reconciliada pela ideia da igualdade social e jurídica, tivessem que surgir do “zero”. E por isso passar “por cima” -por exemplo- do direito romano, da cultura do renascimento, do iluminismo democrático e das próprias experiências do igualitarismo religioso, originárias das revoltas camponesas, na transição da Idade Média para a Época Moderna.

O surgimento do direito moderno e a sua importância na conformação dos Estados nacionais e as múltiplas concepções de soberania -nacional e estatal mostram (para citar apenas uma das grandes questões políticas do socialismo e da democracia) a riqueza da construção processual e evolutiva dos momentos emancipacionistas da democracia moderna. Esta, na verdade, se apoiaria e superaria a cultura humanística e humanizadora anterior, que teria conformado não só o homem moderno -em termos antropológicos e sociais- mas todas as ordens sociais anteriores: um processo não mecanicista destinado por uma vontade consciente e elaborada, a exercitar a plena liberdade num mundo de igualdade, integrado pelas heranças culturais anteriores à própria modernidade.

John Locke, autor do “Ensaio Sobre o Entendimento Humano” (1689), publicado no mesmo ano da sua “Carta sobre a Tolerância” participou intensamente dos movimentos políticos e dos debates filosóficos que desembocaram em 1689, o ano da liquidação do absolutismo inglês. A síntese deste largo conflito foi inscrita na denominação da Revolução, que passaria para todas as épocas como “A Gloriosa”. Ao lado da Revolução Francesa, ambas constituíram os marcos do “aproveitamento” de todas as conquistas humanas anteriores, para as formulações posteriores, de toda a intelectualidade emancipacionista ocidental. Estas teriam sua síntese numa “nova ordem”, que deveria transitar dos privilégios de ordem e de casta, para uma outra ordem, fundada nos princípios da igualdade perante a lei, proteção e reconhecimento dos direitos humanos.

Vivendo numa época de desentendimentos e desencontros radicais, que renunciavam uma mudança ainda não de todo compreendida, Locke –com sua noção de “ideia”, que fazia um vínculo do racionalismo com a “experiência” –no seu ensaio sobre o “Entendimento”- marcou, de uma parte, sua postura antimetafísica, e -de outra parte- proclamou uma visão igualmente oposta à certeza de que as matemáticas – não às ideias e a reflexão- é que ofereceriam conceitos verdadeiros para compreender o mundo. Todo o homem tem consciência do que pensa -dizia Locke-(...) e quando (ele) está pensando, sua mente se ocupa (então) de ideias. Locke entendia que o nosso cérebro seria

um “papel em branco”, receptivo da experiência e assim fonte absoluta da nova organização que poderíamos imprimir ao mundo social.

As formulações do pensamento fascista a respeito da “soberania” e do “soberano”, diferentemente das complexas elaborações de Locke e seus seguidores e das sofisticadas elaborações -por exemplo de Hermann Heller- são mais simples e brutas. Só aparentemente são revestidas de fórmulas sofisticadas, mas nas suas conclusões as concepções fascistas do direito não conseguem esconder a sua estupidez, erguida através de próteses justificadoras das relações reais de poder, pelas quais a autoridade da força suprime a força do direito. Nelas, o processo judicial deixa de ser o leito formal, pelo qual a norma transita como garantia da ordem e dos direitos fundamentais, passando à condição de mero conduto do que pode e do que quer a autoridade.

É assim que se pode compreender a fórmula de Schmitt, pela qual tanto se pode justificar as teses de Vishinsky (procurador dos processos de Moscou) bem como justificar as decisões da República de Curitiba. Estas, para encarcerar Lula e orientar o processo eleitoral, pervertendo-o, e também capazes de sustentar mesmo “legalidade” dos Campos da Morte do nazismo, cuja ideia central está no reconhecimento prévio -nas próprias palavras de Schmitt- de que o “Führer” pode comandar o Direito”.

Tal fórmula permite ao teórico do direito nazista dizer o mesmo que Moro repete com outras palavras, que a questão “não reside, de nenhum modo, no conteúdo normativo de um mandato moral ou jurídico, “mas na pergunta: ‘quem decide?’ Naturalmente todos querem Direito, Moral,-Ética e Paz” -prosegue ele- (pois) “ninguém quer cometer um ilícito, mas a única questão concreta interessante sempre- é: quem decide se a situação concreta está conforme com o direito.” [1]

É hilário poder conceber, portanto -a partir da falsa e manipulatória premissa de que todos querem “direito, moral, ética e paz”- que tanto a “exceção” hitleriana como as micro-exceções” da República de Curitiba, tenham algo a ver com uma ordem jurídica minimamente humanista e civilizada. A obscenidade da exceção, quando decidida fora dos parâmetros da constituição democrática - seja ela totalizante como nas diversas variantes do fascismo, seja ela processada pelas micro-exceções, como no Brasil atual- está no fato de que ela sempre revoga a ordem constitucional por inteiro e permeia o tecido burocrático do Estado. E o faz dissolvendo a força normativa do Preâmbulo da constituição democrática, transformando acanalha em força predominante no exercício do poder de Estado. Isso é regra.

Karl Larenz, um desses grandes juristas alemães ex-adeptado nazismo teve a capacidade, baseado em Stammler, de conceber a diferença de um “direito justo” em relação a um “direito injusto” [2] , parcial ou integralmente. A modulação feita por Larenz significou contrariar formalmente a aceitação moral que ele mesmo “naturalizou”, à época do nazismo, quando conviveu sem remorsos com uma ordem integralmente injusta, atravessada por inteiro pela exceção. A exceção -seja micro ou macro- é sempre obscena e contamina a ordem por inteiro, embora a sua ocupação do Estado seja um “processo” de perversão, sempre acelerado pelas relações reais de poder. Os juristas democráticos da nossa geração tem a obrigação de compartilhar a formulação

de respostas fortes e eficazes para bloquear o fascismo emergente, já impulsionado pela obscenidade da exceção. Antes tarde...

Notas

[1] BRAVO, Ramón Campderrich. La Lalabra de Behemoth: Derecho, Política y Orden Internacional en la Obra de Carl Schmitt. Madrid: Trotta, 2005.p. 19.

[2] LARENZ, Karl. DERECHO JUSTO FUNDAMENTOS DE ETICA JURIDICA; traducción y presentación de Luis Díez-Picazo. Madrid: Editorial Civitas, 1985, p. 21.

76. Com o aval da elite, Bolsonaro transforma a mentira em tática

https://www.cartacapital.com.br/politica/com-o-aval-da-elite-bolsonaro-transforma-a-mentira-em-tatica/?utm_campaign=newsletter_rd_-_29072019&utm_medium=email&utm_source=RD+Station&fbclid=IwAR3tRJWOhb41qXIS4CZCXSrdhupJdwP557Z3s7zrC9YBNuTJT4i8O5RqybY

ANDRÉ BARROCAL - 29 DE JULHO DE 2019

O ex-capitão expõe-se à acusação por crimes de racismo e de responsabilidade ao perseguir o Nordeste, a justificar até seu impeachment Carlo Collodi escreveu, em 1881, a história de um boneco de madeira cujo nariz crescia sempre que mentia, e 138 anos depois Pinóquio é uma boa descrição do homem de raízes italianas no poder no Brasil. Até onde chegarão as narinas de Jair Bolsonóquio?

Para atacar quem quer que o incomode, vale-se de invencionices. Apela a elas contra jornalistas, o meio ambiente, funcionários do governo e para disfarçar seu preconceito com o Nordeste, terra de um quarto da população, única região que não lhe deu vitória eleitoral e hoje se destaca na oposição.

Das elites econômicas e políticas, nada: há um silêncio cúmplice diante de suas imposturas, graças à comunhão de interesses neoliberais e antipopulares. O governo é aprovado por 33%? Pois entre quem ganha acima de 10 salários mínimos, dá 52%. Para os endinheirados, diz o Datafolha, 61% acreditam que o governo ainda será ótimo ou bom, ante 51% da média geral. Se 39% dos brasileiros não viram nada de bom até agora, só 23% dos mais ricos concordam. E olha que 23% dos mais abastados reconhecem que o pior de Bolsonaro até agora é a imagem pública, ante 9% na média.

Essa imagem deve ter piorado um bocado, ao menos aos olhos internacionais, após o presidente receber a mídia estrangeira em um café da manhã em 19 de julho. Bolsonaro manifestou de novo seu desprezo pelo Nordeste.

► ***Leia também:***

- **Portaria contra estrangeiros é ilegal e não atinge Glenn, diz professor**
- **"Há uma lógica miliciana que passa a controlar a sociedade brasileira"**
 - **País da casa-grande e da senzala mostra seu rosto verdadeiro**

Só que desta vez foi pior. Expôs-se à acusação de ter violado o artigo 37 da Constituição, que define os princípios que devem ser obedecidos pelos governantes, e de ter cometido crimes de responsabilidade previstos na Lei do *Impeachment*, a 1.079, de 1950. Enquanto as pessoas sentavam à mesa, o presidente cochichou no ouvido de Onyx Lorenzoni, ministro da Casa Civil, ao que parece sem se dar conta de que já era gravado em vídeo e áudio pelo próprio Palácio do Planalto: **“Dentre os governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara”**. “Paraíba” é como os nordestinos são chamados depreciativamente no Rio de Janeiro, onde Bolsonaro fez carreira política. Ele quis dizer “governadores de nordestino”. Pelo artigo 37 da Carta de 1988, um princípio exigido dos governantes é o da “impessoalidade”. Ao mandar Lorenzoni, coordenador de várias ações federais, não “ter nada” com o Maranhão por achar Flávio Dino, do PCdoB, o “pior” governador de “paraíba”, Bolsonaro agiu de forma pessoalizada.

Crime de responsabilidade

A Lei do *Impeachment* diz ser crime de responsabilidade de presidentes atentarem contra a Constituição e o livre exercício dos poderes dos estados (artigo 4o). Uma forma de cometer crime contra o livre exercício dos poderes estaduais é “intervir em negócios peculiares aos estados ou aos municípios com desobediência às normas constitucionais” (artigo 6o). Há ainda crime de improbidade no ato de “expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição” (artigo 9o).

O comentário presidencial pode ser enquadrado ainda como “racismo”. Um tipo de racismo, conforme a Lei nº 7.716, de 1989, é discriminar por “procedência nacional”. Falar mal do Nordeste e não querer obras federais no Maranhão caem nisso. Um crime punível com prisão de um a três anos.

Parlamentares da oposição, tendo à frente o deputado maranhense Márcio Jerry, do PCdoB, planejavam pedir à Procuradoria-Geral da República uma investigação contra Bolsonaro por crime de responsabilidade e de racismo e ainda traçavam estratégias no dia da conclusão desta reportagem, na quinta-feira 25. Daria em algo ir à PGR? Improvável.

FLÁVIO DINO, HONRADO PELA OBSERVAÇÃO DE BOLSONARO (FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL)

O mandato da “xerife” Raquel Dodge termina em setembro e ela quer ficar mais dois anos no cargo. Namora Bolsonaro à luz do dia, na esperança de ser escolhida por ele, apesar de não fazer parte da lista tríplice votada pela categoria. Outro concorrente com chances e que não faz parte da lista, o subprocurador-geral Augusto Aras, tem encontrado Bolsonaro no escurinho do Palácio da Alvorada, fora da agenda. Aras é baiano. Consta que na última conversa com o presidente, na segunda-feira 22, ouviu de Bolsonaro que este não ofendeu ninguém ao falar “governadores de paraíba”.

No Twitter e em entrevistas, Flávio Dino, de 51 anos, reagiu. Disse que é uma “honraria” ser tachado de o pior governador por Bolsonaro. Recorde-se: foi reeleito em 2018, com 59% dos votos. Fez campanha pelo petista Fernando Haddad, que no Maranhão teve 61% no primeiro turno e 73% no segundo contra o ex-capitão. Para Dino, ex-juiz, o presidente move-se “por um sentimento de sectarismo, de divisão do País, de extremismos e de busca de conflito e de confronto permanente como instrumentos de exercício do

governo”. E é “muito lamentável” que “se dirija a uma parte do País de modo depreciativo, utilizando uma expressão marcadamente preconceituosa e que embute essa visão de superioridade de alguns sobre outros”.

A Constituição de 1988 estabelece o princípio da “impessoalidade” dos governantes. Bolsonaro não liga

O governador da Paraíba, o engenheiro João Azevêdo, de 65 anos e do PSB, também se manifestou. “Condenamos toda e qualquer postura que venha ferir os princípios básicos da unidade federativa e as relações institucionais deles decorrentes”, tuitou ele. “A Paraíba e seu povo, assim como o Maranhão e os demais estados brasileiros, existem e precisam da atenção do governo federal, independentemente das diferenças políticas existentes.” Azevêdo foi eleito em 2018 em turno único, com 58%, sucessor escolhido por Ricardo Coutinho, do PSB. Entre os paraibanos, Haddad teve 45% dos votos no primeiro turno e 65% no segundo.

leia-tbm id="85857,85649,82916"]

Em conjunto, **os governadores do Nordeste divulgaram uma carta** a dizer que, “independentemente de normais diferenças políticas”, o princípio federativo exige que os governos passem por cima das divergências e dialoguem para melhorar a vida da população. “Recebemos com espanto e profunda indignação a declaração do presidente da República transmitindo orientações de retaliação a governos estaduais”. Houve até um general da reserva, Luiz Eduardo da Rocha Paiva, que reclamou de Bolsonaro. “Tem que ter calma, mas mostrar pra ele o quanto perdeu com essa grosseria com que menosprezou uma região do Brasil e seus habitantes. Um comentário antipatriótico e incoerente para quem diz ‘Brasil acima de tudo’. O Nordeste é o berço do Brasil. Sabia disso, presidente?”, disse o militar ao *Estadão* de 20 de julho. Foi na Bahia que Pedro Álvares Cabral chegou em 1500.

RAQUEL DODGE CAI NA GARGALHADA PORQUE PRETENDE FICAR COMO “XERIFE” POR MAIS DOIS ANOS

“O melhor de tudo foi ver um único general, Luiz Rocha Paiva, se aliar ao PCdoB de Flávio Dino, para me chamar de antipatriótico”, escreveu Bolsonaro no Twitter. “Sem querer descobrimos um melancia, defensor da Guerrilha do Araguaia, em pleno século XXI.” Melancia, verde por fora e vermelha por dentro. Baita injustiça. Paiva é um reacionário. Em setembro do ano passado, foi a um debate no canal *GloboNews* sobre o papel do Exército na democracia e disse que há uma revolução comunista silenciosa em curso no Brasil, do tipo “*gramscista*”, liderada pelo PT. O puxão de orelha em Bolsonaro não foi a única rusga do ex-capitão com os militares nascida do café da manhã. Seu filho e *ghost-writer* nas redes sociais, Carlos Bolsonaro, reclamou desses cafés semanais com jornalistas. Quem os organiza é um general, o porta-voz Octávio do Rêgo Barros.

O presidente tentou remediar a declaração dada inadvertidamente em um microfone. E seu nariz cresceu. Ao deixar o Alvorada no sábado 20, disse a repórteres: “A crítica que eu fiz foi aos governadores (*do Maranhão e da Paraíba*), nada mais. Em três segundos, vocês da mídia fazem uma festa”. E em seguida: “A maldade tá no coração de vocês. Tenho tanta crítica ao Nordeste que casei com a filha de um cearense”. Mentira. O vídeo com sua

declaração está disponível na web para quem quiser ver e ouvir. O presidente falou contra os “paraíba” em geral. Ele destila preconceito com nordestinos. Inclusive contra os cearenses familiares da esposa. Em uma transmissão na internet na véspera do café da manhã, havia perguntado ao ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas: “Você tem algum parente pau de arara?”, e caiu na gargalhada. A família do ministro é do Piauí e do Rio Grande do Norte. Em 14 de junho, em outro café com jornalistas, Bolsonaro tinha dito que queria ter o “direito de contar piada de cearense cabeçudo”.

Rêgo Barros organiza cafés semanais com jornalistas. Carlos Bolsonaro não aprova

No Nordeste, berço de 26% dos 147 milhões de eleitores brasileiros, Bolsonaro perdeu para Haddad por 70% a 30% no segundo turno. Depois de tomar posse, quase não apareceu lá. Por acaso, iria quatro dias após a declaração sobre os “paraíba”. Participou da inauguração de um aeroporto em Vitória da Conquista, terceira maior das 417 cidades baianas, com 330 mil habitantes. Com a confirmação da presença do Pinóquio, o governador da Bahia, o economista Rui Costa, de 63 anos e do PT, anunciou que não iria mais. Gesto político. Ele próprio havia convidado Bolsonaro para o ato, por deferência institucional. A obra nasceu com Lula e saiu do papel com Dilma Rousseff. Dos 106 milhões investidos, 70% foram federais. Em um vídeo na internet, Costa comentou ter “profundo orgulho” de ser nordestino e que havia chamado Bolsonaro por “educação”, mas esta acabou confundida com “covardia” pelo Planalto.

Dos 500 convidados, a Presidência permitiu que apenas 100 fossem do governador. O resto seria claque bolsonarista. Se era assim, decidiu Costa, Brasília que cuidasse da segurança no local. A PM, que é estadual, estaria fora do jogo. “Quem é governante tem que enfrentar aplausos, beijos, *selfies*, mas também tem que ter o ônus de às vezes enfrentar protestos. Isso faz parte da democracia. Eu não posso ficar botando a polícia pra bater em quem quer protestar”, afirmou Costa na terça-feira 23, dia do evento, a uma rádio baiana, a Metrópole. Disse ainda que estava perplexo com o desprezo de Bolsonaro com a região. “Ele tem de governar para todo o povo brasileiro. São ofensas seguidas ao povo nordestino. Um verdadeiro estímulo ao racismo, à discriminação.”

► **Leia também:**

- **"Se tem medo do povo, fica no gabinete", diz Rui Costa sobre Bolsonaro**
- **Consórcio do Nordeste é revolucionário, defende o governador Rui Costa**

“Eu amo o Nordeste”, disse Bolsonóquio na inauguração. Afirmou “lamentar” a ausência de Costa e tascou: “Não aceitamos, obviamente, *(que)* queira(m) impor a nós o socialismo ou o comunismo. Não admitiríamos mudar a cor da nossa bandeira”. Se dependesse da cidade, a bandeira teria outra cor, sim. Terra de renda *per capita* de 1,5 mil reais, onde 40% da população com rendimentos ganha até meio salário mínimo e com uma economia dependente do setor de serviços (comércio, saúde, educação), Vitória da Conquista preferiu Haddad, apesar de ter um prefeito bolsonarista desde 2017, o radialista Herzem Pereira, do MDB. No primeiro turno, Haddad teve 42% dos votos contra 34% de Bolsonaro. No segundo, 58% a 41%.

Distante dali 2,1 mil quilômetros, Jaraguá do Sul, o quinto maior dos 295 municípios catarinenses, com 170 mil pessoas, é ilustrativa do bolsonarismo que encanta os mais ricos. E tem tudo a ver com outra história do Pinóquio. De 8 a 18 de agosto, será palco de sua 13ª feira anual do livro. A jornalista global Miriam Leitão participaria de um debate ao lado do marido, o cientista político Sérgio Abranches. Um dia após o anúncio de sua presença, foi desconvidada. Motivo: ameaças e críticas à jornalista. O diretor artístico da feira, Carlos Henrique Schroeder, que é diretor-geral da Globo, temeu pela segurança da colega. Compreensível.

Rocha Paiva, um “melancia”, segundo Bolsonaro

Dona de uma renda *per capita* de 3,8 mil reais mensais, quase três vezes a média nacional (1,3 mil em 2018, conforme o IBGE), Jaraguá do Sul é bolsonarista até a medula. Seu prefeito desde 2017, Antídio Lunelli, do MDB, é o segundo mais rico do País. Sua fortuna era de 280 milhões de reais na eleição de 2016, acumulada graças a uma indústria do ramo têxtil, setor que puxa a economia local, ao lado de fábricas de máquinas e de alimentos. No primeiro turno da campanha de 2018, Bolsonaro teve 72% dos votos na cidade e Haddad, 9,5%. No segundo, 83% a 16%. Registre-se que a Região Sul é onde Bolsonóquio é mais popular. Bateu Haddad no segundo turno por 68% a 31%. A aprovação geral de seu governo é de 33%, conforme um Datafolha de julho, e no Sul vai a 42% (no Nordeste é de 25%). A aposta de que seu governo ainda será ótimo ou bom é de 51% entre os brasileiros e chega a 59% entre os sulistas (cai a 41% entre os nordestinos).

O ex-capitão sataniza Miriam Leitão, não é surpresa ela ter sido ameaçada pelos moradores de Jaraguá do Sul. Até mente contra a jornalista. Seu nariz avançou no desjejum com a mídia estrangeira, três dias após o desconvite da feira do livro a Miriam. Pediram-lhe a opinião sobre o caso. “Ela estava indo para a guerrilha do Araguaia quando foi presa em Vitória (*capital capixaba*). E depois (*Miriam*) conta um drama todo, mentiroso, que teria sido torturada. Mentira. Mentira.” “Essas afirmações do presidente causam profunda indignação e merecem absoluto repúdio. Em defesa da verdade histórica e da honra da jornalista Miriam Leitão, é preciso dizer com todas as letras que não é a jornalista quem mente”, reagiu a Globo, no *Jornal Nacional*. Miriam foi presa em 1972, aos 19 anos. Estava grávida de um mês. Foi torturada e trancada em uma cela escura com uma cobra. Sua história está no relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014.

EM DEFESA DE MIRIAM LEITÃO, A GLOBO AFIRMA NÃO SER “A JORNALISTA QUEM MENTE”

No café, Bolsonaro disparou leviandades e falsidades contra o diretor-geral do Inpe, o órgão federal das estatísticas sobre desmatamento. Para ele, Ricardo Galvão está “a serviço de alguma ONG”, e os dados do Inpe sobre desmatamento não condizem com a realidade. Também afirmou que **“falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”**. Ué, o PT não tinha destruído o Brasil? O País saiu do mapa da fome da ONU em 2014. Bolsonaro mente quando: ao dizer que o PT destruiu o Brasil? Ou ao teorizar sobre fome? Desde 2017 o País corre o risco de voltar ao mapa, graças ao neoliberalismo iniciado por Michel Temer e mantido por Bolsonaro. Na segunda-feira 22,

Temer disse à BBC avaliar “até positivamente” a gestão do ex-capitão, “porque está dando sequência ao nosso governo”, ao aprovar a reforma da Previdência, por exemplo.

► ***Leia também:***

- **"Passar fome no Brasil é uma grande mentira", diz Bolsonaro**
- **Bolsonaro usa vídeo de Lula para justificar fala de que não há fome no país**
- **Ódio, fome, preconceito e a agenda anticristã de Jair Bolsonaro**

São os interesses neoliberais das elites econômicas e políticas que as levam a se omitir diante de um presidente mentiroso, preconceituoso, autoritário, sem decoro à altura do cargo. **Bolsonaro quer botar o filho Eduardo na embaixada brasileira em Washington**, nepotismo descarado confessado pelo próprio: “Pretendo beneficiar filho meu, sim”. Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, disse não ter a “menor dúvida” do nepotismo. O embaixador aposentado Rubens Ricupero afirmou ser um “absurdo” a pretendida indicação. Janaina Paschoal, deputada em São Paulo e advogada do *impeachment*, vê improbidade. Vozes isoladas. E o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, Casa que aprova embaixadores? Nada. E Raquel Dodge, a PGR, que tem o dever de fiscalizar o presidente e os ministros? Nada também. Claro, quer permanecer no cargo.

Rui Costa disse do seu orgulho por ser nordestino e ter convidado Bolsonaro por educação à cerimônia à qual ele mesmo não compareceu

A “xerife” recorreu na terça-feira 23 de **uma decisão tomada uma semana antes pelo presidente do Supremo, Dias Toffoli, que impede o Coaf, órgão de vigilância de movimentações bancárias suspeitas**, de contar coisas ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Receita Federal. Agora, só com autorização judicial. Toffoli atendeu a um pedido do senador Flávio Bolsonaro, enrolado com o Coaf e Fabrício Queiroz, o amigão do pai. Se era um assunto urgente a ponto de levar Toffoli a dar uma liminar nas férias do Judiciário, por que o juiz marcou só para novembro o julgamento do caso? No recurso contra a liminar, Raquel pede que valha para Flávio, sim, mas só para ele.

Toffoli é um bolsonarizado. Dois dias depois das marchas dos apoiadores reacionários do presidente em maio, topou um café da manhã com o ex-capitão e assinar um pacto entre os poderes em torno, por exemplo, da reforma da Previdência. Um pacto sem pé nem cabeça, pois o Supremo provavelmente julgará um dia ações contra a reforma, conforme lembrou a Associação dos Juizes Federais (Ajufe). “O Supremo nunca esteve tão mal quanto agora”, disse o advogado José Carlos Dias, ministro da Justiça no governo FHC, no *Valor* da quarta-feira 24. “Há uma intimidade (*do Toffoli*) com o Poder Executivo e o presidente da República que é absolutamente nociva ao País.”

ESPANTOSA ALEGRIA DE ALGUNS DEMENTES

O vice de Toffoli, Luiz Fux, que comandará o Supremo no biênio final do governo Bolsonaro, participou em 5 de julho de um evento do mercado financeiro e praticamente disse que a agenda do Pinóquio levará o País ao paraíso. “O Brasil vai crescer muito depois das privatizações, das reformas, da

abertura do mercado de gás, dessa junção Mercosul-União Europeia.” Detalhe: seu filho Rodrigo advoga para financiadores da campanha de Flávio Bolsonaro, dirigentes do setor de praticagem. Perante os financistas, Fux pregou a reforma da Previdência com a mesma opinião formada que Toffoli: “Ela tem de passar”. Deve estar decepcionado com o Goldman Sachs. Caesar Maasry, analista-chefe de mercados emergentes e investimentos globais do banco, passou pelo Brasil e falou com alguns jornalistas em São Paulo, na segunda-feira 22. Segundo ele, a mudança nas aposentadorias sozinha não vai fazer milagre nem atrair investidores estrangeiros.

Os fazendeiros não têm do que se queixar, dadas as posições presidenciais sobre desmatamento e meio ambiente. E os industriais? Interessam-se pelas medidas neoliberais do governo e possuem lideranças desmoralizadas, incapazes de vocalizar críticas, se as tiverem, segundo o assessor do presidente de uma entidade patronal. Robson Andrade, da CNI, foi preso temporariamente, em fevereiro, em uma investigação de desvio de verbas do Sistema S. Paulo Skaf, da Fiesp, é enrolado em caixa 2, por ter concorrido, em 2014, ao governo paulista pelo MDB com grana da Odebrecht. De quebra, diz o assessor acima, a indústria teme os caminhoneiros, que são bolsonaristas e paralisam o País, se quiserem, vide a greve de maio de 2018. A categoria negocia uma nova tabela de frete com o governo neste momento, sem a qual ameaçam parar.

► **Leia também:**

- **Reforma da Previdência ameaça famílias chefiadas por aposentados**
 - **Medida Provisória 881: sejam bem vindos ao Século XVIII!**
 - **'Nova política' é esconderijo de Bolsonaro para autoritarismo**

O setor produtivo está de olho em mais uma etapa de reforma trabalhista. Esta foi embutida, com o consentimento do governo, em uma Medida Provisória baixada em abril. A MP nº 881, batizada pelo governo de “MP da Liberdade Econômica”, é uma tentativa de elevar o neoliberalismo à condição de totem, por cima dos ditames sociais da Constituição. Será uma das primeiras votações no Congresso na volta das férias, em agosto. O texto que irá à votação foi aprovado dia 11 em uma comissão de deputados e senadores. É obra de um deputado-advogado gaúcho, Jerônimo Goergen, de 43 anos e do PP. Em seu parecer, ele enxertou várias alterações na CLT, já estuprada na gestão Temer. A MP saiu do governo com 19 artigos, agora tem 53. No dia da aprovação na comissão, Goergen comentou: “Por que a bancada do PT está tão quieta? Será que está tão bom o meu relatório? Não. É que eles ainda estão chocados, eles não conseguiram acordar ainda com o novo texto”.

PUBLICIDADE

De 2012 a 2018 o Brasil teve a média de 8 acidentes fatais de trabalho por dia.

O PDT prevê “o falecimento do estado social”

A Anamatra, associação dos juízes trabalhistas, bate no parecer. Aponta “minirreforma trabalhista” e “retrocessos”. Entre estes, a liberação de serviço normal nos domingos e feriados, a suspensão de jornadas e horas extras especiais para algumas categorias (bancários, jornalistas), o fim do limite de dois anos dos contratos temporários e a desobrigação de pequenas empresas

criarem comissões de prevenção de acidentes. De acordo com a OIT, o Brasil teve, de 2012 a 2018, uma média de oito acidentes de trabalho fatais por dia. O PDT foi ao Supremo contra a MP. Diz que o governo busca o Estado liberal e mínimo, em prejuízo do “Estado Social, entronizado como modelo mais consentâneo com a efetivação da justiça distributiva, surge da falência do liberalismo em propiciar condições de vida digna à maior parte da população”. Seria o “falecimento do Estado social”.

Com Bolsonaro no poder e a conivência das elites brasileiras, falecem a cada dia o Estado social, a verdade, o decoro do cargo e a democracia.

77. “O plano de Bolsonaro é manter domínio sobre 30% do eleitorado e se tornar o Lula de direita”

Para o cientista político Christian Lynch, professor da UERJ, o bolsonarismo se constrói como um PT ao contrário. “Não tem projeto de Governo, apenas de poder”

Lynch argumenta que falta de articulação da esquerda fortalece Bolsonaro. (REUTERS)

BREILLER PIRES -SÃO PAULO - 31 JUL 2019 - 15:44 WEST



- Bolsonaro joga para a torcida

Na última década, o Brasil vivenciou a gestação, o apogeu e o declínio de uma “Revolução Judicialista” na opinião do professor e pesquisador Christian Edward Cyril Lynch, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ. Formado em direito e especializado em ciência política, ele define o termo como uma espécie de absolutismo ilustrado, que legitimou a atuação política do poder jurídico. Lynch cita a Operação Lava Jato como máxima expressão desse fenômeno, que, em sua concepção, foi capitaneado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O cenário de terra arrasada deixado pelo protagonismo das decisões do Judiciário, explica o professor em entrevista ao EL PAÍS, teria sido decisivo para a ascensão da extrema direita no país e, também, para o colapso da esquerda depois da prisão de seu último grande expoente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pergunta. Como a Lava Jato e o STF se encaixam neste seu conceito de “Revolução Judicialista”?

Resposta. A politização do Judiciário e do Ministério Público acontece na esteira do apodrecimento do sistema político. Mas esse processo não é capitaneado pela Lava Jato, mas sim pelo Supremo e o Ministério Público. Seria impossível implementar a Lava Jato não fosse o respaldo do Rodrigo Janot [ex-procurador-geral da República] e dos ministros do STF. A Lava Jato é o apogeu da Revolução Judicialista, que ganhou forma com liminares para suspender a posse da filha do Roberto Jefferson, do [Lula como ministro](#) e a ordem de afastamento contra o presidente da Câmara [Eduardo Cunha]. Antes, o STF se limitava a exercer o poder moderador e proteger a democracia dos exageros autoritários, como um guardião dos valores republicanos. Mas, após assumir a hegemonia até então exercida pelo Exército, a partir da Constituição de 88, o Judiciário gradativamente extrai atribuições de outros poderes. No auge desse processo, o grau de terra arrasada foi tão grande que colocou em descrédito todo o espectro político.

P. Por que o processo não se consolidou após a ascensão do poder judiciário?

R. A Lava Jato deixou terra arrasada na política. Depois de devastar os poderes Executivo e Legislativo, restou apenas o Judiciário, que se dividiu e também se desmoralizou. Nesse cenário, [o bolsonarismo ficou sozinho](#) como única força organizada. Todas as outras foram destroçadas, sobretudo a esquerda.

Christian Lynch.

P. Acredita que, depois de tantos anos em torno do poder, partidos de esquerda perderam capacidade de articulação?

R. [Enquanto Lula está preso](#), a esquerda não reage nem consegue fazer nada. Ao longo do tempo em que o PT esteve no Governo, houve acúmulo de desgastes e brigas com muitos aliados. A partir daí, ela se mostra incapaz de traçar um plano de aglutinação e alianças para fazer frente ao bolsonarismo, que deveria incluir até mesmo generais e setores das Forças Armadas. Parece estar esperando o Lula ser solto para saber qual é o próximo passo. A esquerda ficou acéfala. Só vai conseguir se articular outra vez quando a atual situação se desgastar. E, aparentemente, isso ainda vai demorar.

P. Os liberais parecem buscar um encaixe nessa configuração polarizada. Como enxerga as recentes autocríticas de correntes como o [Movimento Brasil Livre \(MBL\)](#), por exemplo, que reconhecem ter contribuído para normalizar a agressividade na política?

R. O liberalismo é uma ideologia cosmopolita, que, ao chegar à América Latina, sentiu um desconforto ao não reconhecer nessa sociedade o modelo de indivíduo liberal. Erroneamente, tentou se estabelecer como arquétipo as práticas estabelecidas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Por isso, os liberais continuam olhando com estranheza para o povo, como se fosse gente

patrimonialista, sem cultura e sem capacidade para entender o que é a liberdade. Esse é um problema crônico dos liberais brasileiros. Com ranço elitista, utiliza-se o eufemismo de *sociedade civil* para se referir à elite do povo. [O liberalismo de direita no Brasil](#) deixou de ter caráter doutrinário para se consolidar como um ideal de liberdade sem apreço por igualdade, sem sensibilidade social, onde se encaixam movimentos como o MBL e o [Partido Novo](#). É natural que se sintam desconfortáveis diante de um Governo que só tem o Paulo Guedes como representante liberal. Mas isso só acontece porque a esquerda praticamente desapareceu. Caso ela se revigore, os grupos ditos liberais voltarão a colar no bolsonarismo.

P. Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça, não poderia ser considerado um liberal?

R. Moro se reposicionou. Antes, ele era percebido pela maioria das pessoas como juiz suprapartidário, liberal, de centro, na linha de frente do combate à corrupção. Sua funcionalidade era botar abaixo todo o *establishment* ou, pelo menos, a situação política que governou o país de 2003 a 2016. Quando vai para o Governo, ele se mostra oportunista —não no sentido pejorativo da palavra. Mas é a partir da [divulgação das mensagens pelo The Intercept](#) que o ministro ficou mais à vontade. Aderiu de vez ao bolsonarismo e se tornou um reacionário. Agora, ele se afasta da figura de juiz e, definitivamente, faz parte do Governo como um prócer do bolsonarismo. A [Vaza Jato desacreditou Moro](#) nos setores liberais e de centro, onde sempre teve boa cotação. Abandonado por essas alas, suas raízes ficaram menos espalhadas, mas muito mais aprofundadas como um jurista bolsonarista. E ele está cada vez mais seguro e confortável em sua nova posição.

P. Mas os vazamentos não complicam seus planos dentro do Governo?

R. O que ele sempre quis é chegar ao STF. Hoje, é muito melhor ser ministro do Supremo que presidente da República. O Moro não poderia ser nomeado ao Supremo sem antes pagar pedágio no ministério da Justiça. Não existe precedente de juiz de primeira instância virar ministro. Ele não se encaixava nos pré-requisitos. Com sua integração ao Governo, porém, o presidente acabou transformando a Lava Jato em [obra do bolsonarismo](#). Pelo cenário de polarização, as mensagens vazadas têm uma repercussão muito menor do que poderiam ter para mudar a opinião pública. As pessoas se tornaram resistentes aos fatos. Não existe mais verdade. Essa é a arma de combate cotidiano da extrema direita.

P. [Os filhos de Bolsonaro](#) rejeitam o rótulo de extrema direita atribuído ao Governo do pai. Como você vê isso?

R. Não enxergo nada além do Bolsonaro à extrema direita, que é um conceito que muda com o tempo e não significa a mesma coisa em todos os países. Qualquer extremo se inclina ao autoritarismo. Na Venezuela, [Chávez e Maduro](#)

[instituíram um Governo](#) de extrema esquerda, que é bem diferente do extremismo da Revolução Russa. Já a extrema direita não se resume a Hitler, Franco ou Salazar. Tecnicamente, Bolsonaro e seus filhos estão na extrema direita do espectro político brasileiro. Se o atual Governo sair da extrema direita para a direita tradicional em 2022, já terá sido um grande avanço.

P. Mesmo que radicalize ainda mais o discurso, Bolsonaro seguiria com capital político para uma eventual reeleição?

R. O bolsonarismo se constrói como um PT ao contrário. Algo como “se o PT fez, Bolsonaro também pode fazer”. Ele não tem [projeto de Governo](#), mas apenas de poder. Seu único plano é manter o domínio sobre 30% do eleitorado e se tornar uma espécie de Lula de direita nos próximos anos. É um anti-Lula, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução em modo reverso. Pro PT, isso representa um beco sem saída. O partido está obrigado à radicalização caso queira manter a hegemonia da esquerda, competir no discurso e fazer contraponto ao bolsonarismo. Enquanto isso, [Bolsonaro segue cultivando o eleitorado fiel](#) com sua cota diária de paranoias e disparates, controlando as narrativas nas bolhas ideológicas.

P. As repercussões políticas da Lava Jato foram determinantes para sua vitória?

R. Para restabelecer a ordem em meio ao esfacelamento do sistema político, a coalizão formada em torno do Bolsonaro é muito semelhante à de 1964, com militares estatistas, liberais e reacionários, liderados por um presidente disposto a resgatar o Brasil profundo do passado. O conservadorismo instalado pelo Governo [não será desmoralizado](#) de um dia para o outro. Na época da ditadura, foram necessários 10 anos para que a sociedade começasse a desalojar os militares.

P. O que viria a ser o resgate de um “Brasil profundo”?

R. É um discurso rudimentar e infantil, que promete destruir tudo aquilo que fizeram de mal ao país. Para Bolsonaro, Rio de Janeiro e São Paulo soam como lugares subversivos, em que a solução para proteger o cidadão é levar o [comando de órgãos como a Ancine](#) para Brasília. Sua obsessão é reduzir o povo à figura de um caminhoneiro provedor, o pai de família cumpridor de seus deveres e conservador, que todas as noites reúne os filhos e a mulher em volta da mesa.

78. O que pensam 7 ex-ministros da Justiça sobre atuação de Moro no caso dos hackers

https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-que-pensam-7-ex-ministros-da-justica-sobre-atuacao-de-moro-no-caso-dos-hackers,71c0c9a2eca3deac48362d2a2684e8f6mlmbqew2.html?fbclid=IwAR11pe-OS-RPJgTKg4G44PVb_6sty0GKgNBzXEIznBLgKn4ruDW7U8ef7Dk

Ex-titulares da pasta nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer veem 'exorbitância' e 'abuso de poder' na conduta do ex-juiz.

- Mariana Sanches - @mariana_sanches - Da BBC News Brasil em São Paulo

31 JUL2019

"Ilegal". "Irregular". "Abusivo". "Absurdo". "Indecente". "Exorbitante". São alguns dos adjetivos usados por ex-ministros da Justiça que ocuparam o cargo nos últimos 24 anos - nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer -, para se referir à conduta do atual ocupante da pasta, o ex-juiz federal Sergio Moro, no caso da investigação da Polícia Federal sobre hackers.

SAIBA MAIS

- Moro: não podemos ser generosos com estrangeiros criminosos

- Porta-voz: Bolsonaro não tem dúvidas de crime de Greenwald

- Hacker diz que deixou cópias das conversas fora do País

- Não cabe a Moro destruir material de hackers, diz Bolsonaro

- Bolsonaro fala em "cana" para Greenwald, que rebate



Sete ex-ocupantes do Ministério da Justiça reprovaram a conduta de Moro no caso dos supostos hackers

Foto: Reuters / BBC News Brasil

Para os sete ex-ministros ouvidos pela *BBC News Brasil*, embora seja chefe administrativo da corporação, não cabe ao ocupante da pasta determinar rumos de investigação, receber informações antecipadas sobre operações, ter acesso a provas e informações sob sigilo judicial e repassar tais informações a pessoas que não são parte do inquérito. Para eles, há indícios de que Moro possa ter recentemente violado alguma dessas regras.

[powered by Rubicon Project](#)

Depois que a Operação Spoofing, na semana passada, prendeu quatro pessoas acusadas de ser responsáveis pelo hackeamento de mensagens trocadas por Moro, procuradores da Operação Lava Jato e cerca de mil autoridades, o ex-juiz federal telefonou para alguns dos supostos alvos dos criminosos, na última quinta-feira, 25 de julho, para informá-los.

Consultado pela *BBC News Brasil*, o ministro Moro admitiu, em nota, por meio de sua assessoria de imprensa, que "por questões de segurança nacional e pessoal, se encarregou de comunicar algumas autoridades de elevada posição, como o presidente da República, que estariam entre as vítimas".

Na mesma nota, no entanto, ele negou ter tido "acesso ao inquérito de investigação das invasões criminosas de celulares e mensagens de

autoridades". Segue a nota: "A manifestação do ministro sobre o tema só se deu após realização das buscas e prisões e a decisão judicial terem se tornado públicas. Não houve acesso à lista de vítimas".

Para pelo menos uma dessas autoridades, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio Noronha, Moro teria garantido que os eventuais diálogos interceptados pelos hackers - provas do inquérito sigiloso - seriam apagados.



Moro levou para sua equipe no ministério delegados da PF que trabalharam na Lava Jato

Foto: Agência Senado / BBC News Brasil

"Acho um absurdo, ele não poderia ter acesso a essas informações, nem ele, nem o presidente, nem ninguém. Ele está exorbitando, é um abuso de poder sem precedentes na democracia recente. Não gosto de dar sentença, mas cabe ao MPF investigar a conduta de Moro", afirmou José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2000.

"A conduta de Moro é totalmente fora de padrão. Existe uma dimensão de abusividade e pode ser crime de responsabilidade. Ele deveria se afastar para ser investigado e, eticamente, pode ter perdido condições de chefiar a PF", acrescenta José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016.

"O ministro da Justiça não pode se imiscuir à função de polícia judiciária. Ele não pode ligar pras pessoas e dizer que iria destruir provas, é absurdo. É ilegal, é irregular, eu jamais tomaria uma atitude dessas, como nunca tomei", afirma Miguel Reale Júnior, ministro de Fernando Henrique Cardoso em 2002 e autor do pedido de impeachment contra a ex-presidente Dilma.

Ambiguidades do cargo

Desde a redemocratização, 30 pessoas ocuparam a cadeira do Ministério da Justiça e, passaram a ser, por isso, chefes da corporação policial. É uma situação ambígua: se, por um lado, o diretor-geral da Polícia Federal está subordinado ao ministro, indicado pelo governo da ocasião, por outro, a corporação é, em tese, autônoma para investigar, inclusive integrantes do próprio governo.

Na prática, isso leva a situações complexas: cabe ao ministro da Justiça autorizar o uso de verbas para diárias e passagens de policiais quando há uma operação. No entanto, os preceitos republicanos recomendam que o ministro sequer saiba quando uma operação acontecerá. Ou ainda, é função do ministro abrir processos de sindicância contra agentes ou delegados que tenham cometido desvio de função, mas não cabe ao ministro determinar quais caminhos os profissionais deveriam seguir ao longo das diligências.



'É uma relação difícil para qualquer um', diz Raul Jungmann

Foto: Agência Brasil / BBC News Brasil

"É uma relação difícil para qualquer um, porque o ministro faz uma supervisão administrativa, e a polícia faz o controle judiciário do ministro. Em caso de investigação, sai totalmente do controle do ministro - e as pessoas não entendem e pressionam. Ao mesmo tempo, qualquer iniciativa do Executivo pode ser vista como obstrução de Justiça e prevaricação", afirma Raul Jungmann, ex-ministro de Segurança Pública e responsável pela Polícia Federal na gestão Michel Temer.

Para os ex-ministros, o fato de Moro ter se cercado de delegados da Polícia Federal na equipe ministerial pode acentuar a confusão entre a função administrativa e a policial. Como diretor da PF, ele escolheu o delegado Maurício Valeixo, ex- superintendente da Polícia Federal do Paraná, onde Moro atuava como juiz federal. Erika Marena, uma das primeiras delegadas a comandar fases da Operação Lava Jato foi destacada para o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. Outro delegado da Lava Jato, Rosalvo Ferreira, foi empossado como secretário de Operações Integradas.

"O ministro da Justiça não é juiz, nem presidente de inquérito. Quem decide é a Justiça, não o ministro", diz Cardozo.

"Passarinho na Gaiola"

A Operação Lava Jato nasceu (em março de 2014) e se desenvolveu enquanto o ministro da Justiça era um filiado do PT. José Eduardo Cardozo afirma que, normalmente, só sabia de operações da PF no momento de sua deflagração, por volta das 6 da manhã. Até por isso, era intensamente criticado dentro do partido, frequentemente alvo das investigações.

"Só sabia antes se fosse algo que precisasse da minha intervenção institucional, como, por exemplo, quando havia alguma busca e apreensão no Congresso", diz Cardozo.

Sucessor de Cardozo, Eugênio Aragão relata ter tido cuidado semelhante.



'Só sabia (de operações) antes se fosse algo que precisasse da minha intervenção institucional', diz Cardozo

Foto: Agência Brasil / BBC News Brasil

"Eu discordava do (diretor da PF Leandro) Daiello em relação às operações, mas isso sequer foi tratado por nós. Eu pedia a ele que não me avisasse previamente de nada. Só ficava sabendo do nome dos presos depois, se não estivesse sob sigilo", diz Aragão, que hoje é advogado de Lula no âmbito da Lava Jato.

Já Tarso Genro, ministro do governo Lula entre 2007 e 2010, afirmou que "se o caso poderia suscitar alguma questão política, reportava-me à PF por escrito".

"Era informado previamente através da chefia, de que iria ocorrer uma 'operação sensível', quando incidia sobre o mundo político, sem ser informado sobre o assunto e sobre os personagens envolvidos", diz Genro.

Jungmann tinha sua senha com o diretor da PF Rogério Galloro: "Quando ele me perguntava: 'vai dormir onde amanhã, ministro?', eu já sabia que na madrugada haveria uma ação de ressonância política, mas jamais sabia o que seria".

Apenas um dos entrevistados admitiu ter conhecimento do alvo de uma operação da Polícia Federal de antemão. José Carlos Dias era ministro da Justiça, em 1999, quando foi preso o ex-deputado federal Hildebrando Pascoal, do Acre, acusado de cometer assassinatos usando uma motosserra. Ele

acompanhou cada minuto da operação porque Hildebrando só poderia ser preso depois de cassado pelos deputados - tudo ocorreu em um intervalo de poucas horas.

"Às 3 da manhã, o delegado me ligou e disse apenas: 'passarinho está na gaiola'", relembra Dias. Hildebrando foi condenado a 18 anos de prisão no caso da motosserra.

Vazamentos

Os ex-ministros entrevistados pela *BBC News Brasil* afirmaram ter como missão evitar o vazamento de informações.

"Eu só pedia à polícia obediência aos regulamentos: uma polícia técnica, sem violência e sem vazamentos", afirma José Gregori, ex-ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso, entre 2000 e 2001.

Daí o estranhamento em relação à atitude de Moro, de ter feito ligações às autoridades que sequer eram parte do inquérito para informá-las de que poderiam ter sido alvos.



'Acho um absurdo, ele não poderia ter acesso a essas informações, nem ele, nem o presidente, nem ninguém', diz José Carlos Dias

Foto: Agência Senado / BBC News Brasil

"Por que teria que ligar para políticos ou autoridades dizendo que foram hackeadas? Elas não são investigadas, não tem lógica", questiona Cardozo.

"Pode estar com isso tentando angariar apoios políticos", especula Dias. Moro tem sofrido desgastes públicos desde que o site Intercept começou a publicar diálogos atribuídos a ele e aos procuradores da Lava Jato em que Moro favoreceria a acusação, deixando de lado o preceito da imparcialidade.

Em dois casos, os ex-ministros poderiam ter interesse partidário no vazamento de informações de investigações federais. À *BBC News Brasil*, eles rememoraram os episódios.

"O caso Celso Daniel estava sob apuração quando eu era chefe da PF. Nunca soube de nada. Jamais poderia interferir", relembra Reale Júnior, que era então filiado ao PSDB, a respeito do caso do prefeito de Santo André, assassinado pouco antes da eleição de Lula. A oposição ao PT sempre argumentou que o assassinato do prefeito - cotado para coordenar a campanha do petista à presidência quando foi morto - tinha motivação política. A polícia concluiu que se tratava de um crime comum.

Do outro lado, Tarso Genro chegou a abrir investigação contra agentes que vazaram imagens da prisão do ex-prefeito Celso Pitta (PP-SP), de pijamas. Apadrinhado por Paulo Maluf, Pitta era um adversário histórico do petismo.



Quando era deputado, Bolsonaro mantinha foto dos ex-presidentes da ditadura militar em seu gabinete na Câmara

Foto: Instagram / reprodução / BBC News Brasil

"Politizar as investigações é desviar o sentido técnico do inquérito e pode ser crime. Determinei, sempre, abertura de procedimentos sindicantes quando isso ocorreu, como no caso do Pitta."

Jungmann afirma que não ter acesso a informações dos inquéritos é uma maneira de se defender da acusação de vazamentos.

"Nunca tive acesso a provas porque isso seria transgredir a lei e porque eu poderia ser visto como fonte de vazamentos. Eu não me arriscaria a emitir juízo sobre Moro. Como ex-juiz federal, ele deve saber o que está fazendo".

Ainda assim, após a experiência à frente da PF, o ex-ministro de Temer afirma estar convicto de que, para evitar eventuais ilações de uso político da PF, o ideal seria que a corporação fosse chefiada por uma agência de controle, com mandato, para assim reduzir a possibilidade de que ordens da Esplanada influenciassem o trabalho dos policiais.

79. EDITORIAL FOLHA DE SÃO PAULO – Dia 31 julho

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Espiral de infâmias

Em série de declarações, como o ataque sórdido ao pai do presidente da OAB, Bolsonaro escancara despreparo, leviandade e inclinações autoritárias

Numa escalada sem precedentes de insultos às normas de convívio democrático, aos fatos históricos, às evidências científicas e aos direitos humanos, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) aguçou nos últimos dias as tensões e incertezas em torno de sua administração.

Se no início de mandato declarações e medidas estapafúrdias ainda podiam, com boa vontade, ser vistas como tentativa de satisfazer o eleitorado mais fiel e ideológico, o que se verifica agora é um padrão de atitudes que ofendem o Estado de Direito, reforçam preconceitos e aprofundam as divisões políticas.

Além de expor o despreparo do chefe do Executivo para desempenhar suas funções num quadro de coexistência com as diferenças, a insistência na agressão e na boçalidade revela uma personalidade sombria que parece se reconhecer, com júbilo, nas trevas dos porões da ditadura militar.

As insinuações sórdidas acerca do pai do presidente da OAB, Felipe Santa Cruz — morto, segundo as investigações, sob a guarda do poder autoritário —, são um exemplo da pequenez e da leviandade a que pode chegar o presidente.

Não espanta, aliás, que tenha classificado como “balela” documentos oficiais sobre abusos cometidos pelo regime. Já eram, afinal, conhecidos seus elogios ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, bem como suas simpatias

Enganou-se, infelizmente, quem esperou que a condição de presidente da República levaria o ex-deputado nanico a moderar o discurso e buscar alguma conciliação.

Pelo contrário, são os traços intollerantes e obscurantistas do mandatário que saltam aos olhos nos ataques e afirmações falsas dirigidos aos jornalistas Miriam Leitão e Glenn Greenwald, nas imposturas acerca do desmatamento da Amazônia, nas ameaças de censura ao cinema, no tratamento injurioso aos nordestinos e no desdém pelo massacre de presos no Pará.

Talvez transtornado com as críticas à indicação vexatória de um filho à embaixada em Washington, ou com as investigações que envolvem outro, Bolsonaro aprofunda a estratégia populista e acentua a retórica de confrontação.

Com índices de aprovação aquém dos obtidos por seus antecessores em igual período do mandato, o presidente desperta crescente apreensão quanto a seu desempenho nos anos vindouros.

Para alguns analistas, os destemperos verbais já começam a fornecer munição para um eventual enquadramento em crime de responsabilidade, por procedimentos incompatíveis com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Não se vê nenhum movimento nesse sentido, e a perspectiva de reforma da Previdência dá fôlego ao governo. Entretanto a recen-

Roberto Santos – 30 julho

Basilares princípios da Administração Pública: “Princípio da Moralidade” e “Princípio da Legalidade”.

i) O “Princípio da Moralidade” é fundamental no Direito Administrativo brasileiro. Ele evita que a Administração Pública se distancie da moral e obriga que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas também por elementos básicos como a boa-fé, a lealdade e a probidade. Sem ele a sociedade perde a confiança nos atos administrativos do Estado.

O “Princípio da Moralidade” significa dignidade, decência, respeito às normas morais e postura dos representantes dos cidadãos e das autoridades em geral.

ii) O “Princípio da Legalidade” é o princípio capital para a configuração do regime jurídico-administrativo, e que este é a essência do Estado de Direito. É ele que lhe dá identidade própria e estabelece a pauta dos direitos e deveres para todos os cidadãos, constituindo-se na matriz da atuação da Administração Pública.

A Constituição brasileira de 1988 estabelece o princípio da legalidade para todos os indivíduos em território nacional, segundo o texto do artigo 5º, inciso II: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Assim, se tratam de imoralidades e ilegalidades as recentes declarações do presidente. Além de grosserias indesculpáveis.

O vídeo é a manifestação da comentarista política Vera Magalhães em um jornal da Jovem Pan de São Paulo, veiculada em 28/07/2019 e publicada no YouTube em 29/07.

https://www.youtube.com/attribution_link?a=CDLyKM0tDJo&u=%2Fwatch%3Fv%3DP6la2w5J0qY%26feature%3Dshare&fbclid=IwAR38BVqDVIwsVdg1vP465xxZD_dQeA5cmZ_qIDZ91KpWjkd-gblf8bWs9v0

ANEXO – MÍDIA E GOVERNO

- 1. Midia e Governo – Coletânea -**
http://www.paulotimm.com.br/site/downloads/lib/pastaup/Obras%20do%20Timm/130423113812MIDIA_E_GOVERNO_-_Dossie_Abril_2013.pdf

2. Proprietários da Mídia no Brasil -O ANTAGONISTA -<https://revistaforum.com.br/a-midia-antipetista-quem-esta-por-tras-do-portal-o-antagonista/>

3. Mídia compromete a democracia naturalizando absurdos de Bolsonaro, diz Kennedy Alencar

- <https://jornalgggn.com.br/artigos/the-intercept-brasil-aponta-caminhos-para-recuperar-a-credibilidade-do-jornalismo-portania-giusti/>

4. A era da sandice profunda: três origens identificadas Bruno Lima Rocha

<http://www.ihu.unisinos.br/591046-a-era-da-sandice-profunda-tres-origens-identificadas?fbclid=IwAR0WuwYJzr726M3HMgAm62quvSCY78u5AskxWO4VJ9wd2zP-8s3MChUu2Hg>

5. PROPRIETÁRIOS DA MÍDIA NO BRASIL **A mídia antipetista: quem está por trás do portal “O Antagonista”?**

por André Pasti e Luciano Gallas

<https://revistaforum.com.br/a-midia-antipetista-quem-esta-por-tras-do-portal-o-antagonista/>

outubro 26, 2018

Divulgação exclusiva de vazamentos de interrogatórios de Sérgio Moro, publicação de inúmeras notas curtas com ataques ao PT e atuação como assessoria de imprensa para a extrema-direita brasileira: o portal antipetista despontou como referência da mídia bolsonarista. Quem está por trás dele?

As relações identificadas abrangem empresas norte-americanas e acusações de prática de crimes financeiros. Confira o oitavo artigo da série especial [Proprietários da Mídia no Brasil](#)

Nestas eleições de 2018, o portal O Antagonista ganhou destaque ao se prestar ao serviço de “assessoria de imprensa” informal da candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República. Como ele é um dos dez sites noticiosos brasileiros mais acessados em 2017, é pertinente investigar seu papel na ascensão da extrema-direita no país, assim como os interesses que motivam a empresa na defesa da candidatura de Bolsonaro e na construção de um imaginário antipetista no Brasil.

O site produz, em geral, notas curtas sem muitos dados e vídeos de comentários de pauta, sendo caracterizado pelo Google como “blog”. Ocupava a posição 279 do Ranking Alexa no Brasil em 2017, sendo o 9º site de conteúdo relacionado a jornalismo mais acessado no país, conforme revelou o [Monitoramento da Propriedade da Mídia \(Media Ownership Monitor Brazil\)](#), realizado pelo Intervezes e pela Repórteres Sem Fronteiras. Sua página no Facebook tem cerca de 900 mil curtidas, e seu canal no Youtube, mais de 400 mil inscritos. O Antagonista é uma referência muito citada por sites nos quais predominam fake news mantidos pela direita política, como “JornaLivre”, ligado ao Movimento Brasil Livre (MBL), cuja página foi retirada do ar pelo Facebook por compor rede de fabricação de notícias falsas, e “O Implicante”, retirado do ar após denúncias de vínculo com políticos e acusações de corrupção.

Desde sua criação, a empresa tem se pautado pela construção social de um conceito de antipetismo junto ao imaginário público. Esse “antipetismo” é amplo e não direcionado apenas ao Partido dos Trabalhadores e seus líderes, mas também a diversas lideranças de movimentos sociais, à esquerda como um todo, ao pensamento progressista e mesmo ao jornalismo e outras instituições quando críticas a alguma postura dos representantes da direita – em 2018, em especial a Bolsonaro. O portal divulga todo tipo de conteúdo arbitrário de ataques a Lula, Dilma, Haddad, ao PT, aos movimentos como MTST e MST, ao amplo campo que atua em defesa de direitos humanos e sociais. Esses ataques são realizados sem que seja oferecido espaço ao contraditório e à pluralidade de vozes e de pensamentos. A trajetória profissional de seus integrantes remonta ainda à guinada ultraconservadora da revista *Veja*, durante o primeiro governo Lula.

Uma equipe antipetista: da *Veja* ao portal

O Antagonista foi criado em 2015 por Diogo Mainardi e Mário Sabino. Seus criadores vieram da revista *Veja*, da qual Mainardi foi colunista (1999-2010) e Sabino, redator-chefe (2004-2012).

A *Veja*, durante o período em que Sabino ocupou a chefia de redação, teve sua linha editorial marcada pelo antipetismo e pela guinada

ultraconservadora, com ataques constantes aos governos Lula e Dilma. Sobretudo à época, Mainardi escreveu inúmeras críticas a Lula – incluindo o livro *Lula é minha anta*, de 2007 –, ao governo, à esquerda política e ao PT. Mainardi segue a mesma linha discursiva em suas participações no programa de debates Manhattan Connection, da Globo News, também de linha editorial conservadora, e nos textos que escreve para O Antagonista.

Mainardi, vale lembrar, foi mencionado em telegrama do WikiLeaks como fonte do cônsul norte-americano no Brasil, comentando conversas com o então candidato a presidente José Serra (PSDB), em 2010. Já foi acusado de fazer lobby empresarial ao banqueiro Daniel Dantas e processado por calúnia e difamação diversas vezes, chegando a ser condenado nos casos de ofensas aos jornalistas Franklin Martins (ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência) e Paulo Henrique Amorim (Record TV e



blog Conversa Afiada).

O cotidiano do portal O Antagonista é comandado pelo jornalista Cláudio Dantas, que se apresenta como alguém que “se especializou em caçar corruptos” e que teria contribuído “com algumas das principais denúncias que ajudaram a Lava Jato a prender Lula”. Alinhado à mesma ideologia, ingressou na equipe Felipe Moura Brasil, ex-blogueiro antipetista da *Veja*. Moura Brasil organizou um livro do escritor conservador Olavo de Carvalho (“O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”) e ganhou visibilidade na direita com análises do tipo “Como o socialismo arruinou meu país”. Tem um programa de comentários políticos na rádio Jovem Pan, que dividia com Joice Hasselmann, recentemente eleita deputada federal pelo PSL de São Paulo, e Augusto Nunes, colunista da revista *Veja* e ex-apresentador do programa Roda Viva (da TV Cultura de São Paulo). Em todos esses espaços, o discurso antipetista e a defesa da candidatura Bolsonaro predominam.

Entre janeiro e setembro de 2017, o site teve ainda a participação da jornalista Madeleine Lacsco, que editou a TV Antagonista. Madeleine trabalhou na Jovem Pan, na Rádio Justiça e integrou a equipe de comunicação do STF na gestão de Gilmar Mendes, além de ter sido assessora do deputado estadual Carlos Bezerra Jr. (PSDB-SP). A equipe de O Antagonista conta ainda com os jornalistas Diego Amorim, ex-blog do Noblat, e Rogério Ortega, ex-*Folha de S.Paulo*. Recentemente, a empresa lançou a revista *Crusoé*, comandada pelo também ex-*Veja* Rodrigo Rangel.

Empiricus e The Agora: controle norte-americano e vínculos com o mercado financeiro

Conforme o levantamento do Media Ownership Monitor de 2017, a propriedade do site é dividida assim: 50% pertence à empresa Empiricus Research, 30% a Diogo Mainardi e 20% a Mario Sabino. A Empiricus, por sua vez, tem como sócios o grupo The Agora, Inc. (de Baltimore, Estados Unidos) e a empresa brasileira Sextus Empreendimentos e Participações, de propriedade de Caio Cesar de Arruda Mesquita, Felipe Abi-Acl de Miranda e Rodolfo Cirne Amstalden. A The Agora é uma holding fundada em 1978. Ela opera uma rede de publicações de finanças, saúde e viagens, entre outros temas, focados especialmente em newsletters.

A Empiricus Research, por sua vez, é uma consultoria especializada na venda de informações por meio de newsletters. Possuía, no ano passado, 180 mil assinantes. Seus criadores defendem o “politicamente incorreto” e usam estratégias controversas de promoção. A empresa ganhou projeção após o vídeo “O fim do Brasil” (de 2014), patrocinado para exibição nas redes sociais e anúncios do Google. No vídeo, era traçado um cenário desastroso para a economia nacional, com ataques às políticas mantidas pelo então governo de Dilma Rousseff. O vídeo foi uma versão brasileira da peça “End of America”, da norte-americana Stansberry Research (também operada pelo grupo The Agora).

Os anúncios pagos pela Empiricus no Google e Facebook utilizam como estratégias de promoção e de atração de clientes ataques a governos de esquerda e outras provocações políticas. Entre os exemplos de promoção do antipetismo constatados na eleição presidencial de 2014 estavam “Se proteja se a Dilma ganhar” e “E se o Aécio Neves ganhar? Que ações devem subir se o Aécio ganhar a eleição?”. Essas propagandas, realizadas durante o período eleitoral, tiveram contra si liminar suspendendo a veiculação, mas acabaram liberadas em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao ser acatada recomendação do ministro Gilmar Mendes.

Em outra ocasião, a Empiricus usou um banner da ex-presidente da Petrobras Graça Foster com a pergunta “Trunfo ou Mico? É hora de comprar?” e, na proximidade da votação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, “Onde investir se a Dilma sair”. A Empiricus oferece boletins gratuitos (“Mercado em 5 Minutos”) e assinaturas mensais de boletins pagos, com vários planos. Como o negócio é de newsletters, o público assinante dos boletins de O Antagonista é estratégico para o negócio.

Em 2012, a empresa foi condenada pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) por ter chamado o diretor de Relações com Investidores da Marfrig de “executivo metido a besta e enólogo de araque”. Outros anúncios na internet, como “LUCRE 41 POR CENTO EM APENAS 40 DIAS” e “COMO TRANSFORMAR R\$ 1.000 EM MAIS DE R\$ 150.000 EM 32 DIAS” renderam processos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na própria Apimec, além da

abertura de investigação pelo Ministério Público Federal (MPF). Há um ano, [seus analistas foram suspensos](#) pela Apimec. Desde então, travam uma disputa com a CVM. Por conta disso, a empresa mudou seu registro de consultoria de investimento para empresa de comunicação, e parece ter assumido os problemas éticos de sua atuação no mercado financeiro como padrão de sua atuação jornalística.

Há um simbolismo evocado pela associação dos nomes das empresas. Sextus Empiricus foi um filósofo grego que viveu em torno do século II e que se tornou conhecido como principal sistematizador do ceticismo pirrônico, que [envolve não manter quaisquer crenças sobre assuntos filosóficos, científicos ou teóricos – e, de acordo com alguns intérpretes, absolutamente nenhuma crença, ponto](#). Vale destacar que esse entendimento dialoga com um cenário onde parte das estratégias do crescimento da extrema-direita global está ligada à criação de um sentimento de desconfiança a respeito da produção jornalística, baseada fundamentalmente na profusão de notícias falsas.

O Antagonista, Bolsonaro e o antipetismo nas eleições

Bolsonaro chegou ao segundo turno das eleições amparado em uma [estratégia de produção massiva de fake news](#), elaboradas com requinte técnico, manipulação de fotos e conteúdo fortemente antipetista, [distribuídas nas redes sociais e, principalmente, em grupos de WhatsApp](#). Enquanto são apuradas as denúncias de que tais [distribuições massivas foram pagas por empresas apoiadoras do candidato](#), o que configuraria uso de recursos de Caixa 2, no portal O Antagonista, a denúncia do esquema de difusão de mentiras foi tratado como “autolesão de Haddad” e como crime eleitoral da *Folha de S.Paulo*. O tom das críticas chega a acusar a campanha do Haddad de ser uma farsa e denunciar que “Haddad seria a própria *fake news*”.

Cabe lembrar que o imaginário que sustenta a candidatura Bolsonaro não vem apenas do período eleitoral. É fato que as eleições de 2018 aprofundaram o momento vivido pelo Brasil de grave ameaça ao Estado democrático de direito, em meio a uma intensa crise política-institucional. O desencanto com o espaço político tem se mostrado suficiente para que uma parcela significativa do eleitorado brasileiro se enrede nas facilidades oferecidas por um [discurso de ódio em franco diálogo com o fascismo](#). Infelizmente para o futuro do país e de sua gente, uma desejável ruptura com o *establishment* tem sido confundida por este eleitorado com [uma ruptura com a própria democracia](#). Tal comportamento vem sendo reforçado por uma postura discricionária da mídia nacional na cobertura das atuais eleições e dos fatos políticos em geral. Tais empresas agem conforme seus interesses privados econômicos e políticos imediatos. O caso de O Antagonista é um exemplo emblemático da contribuição da mídia para o momento que estamos vivendo.

Estão presentes nas notas publicadas pelo veículo durante as eleições todos os elementos do antipetismo e da perseguição à esquerda, seguindo desvios éticos realizados por seus sócios no mercado financeiro – de apelos sensacionalistas à ausência de evidências para as acusações. Publicaram, com tons de indignação, que “Lula se recusa a apodrecer na cadeia” e que “o fim do petismo começa nas universidades” – defendendo [ações arbitrárias de censura a atividades diversas realizadas nas universidades públicas](#) no processo eleitoral, com notas intituladas “Como esmagar o petismo”. O coordenador do portal chegou a afirmar que o segundo turno deveria ser o dia de “enterrar o PT”, repetindo os discursos do candidato que representa. As notas lembram uma grande caixa de comentários em forma de portal.

Além disso, ao não oferecer espaço ao contraditório, portando-se como uma assessoria informal da candidatura do PSL, e distorcer a cobertura das eleições, O Antagonista atua nos esforços para [melhorar a imagem Jair Bolsonaro](#), facilitando sua aceitação pela opinião pública, suavizando ou ocultando seus discursos impregnados de autoritarismo, princípios fascistas, pregando a intolerância e a violência contra as minorias e os “inimigos declarados” – notadamente o PT, os movimentos sociais e qualquer tipo de ativismo ou divergência política aos interesses da direita. Ao atacar e incluir como alvos do “antipetismo” qualquer forma de dissenso, validando o discurso bolsonarista de ofensiva aos “vermelhos”, o portal ataca a democracia.

Claro que não foi só O Antagonista que participou desse processo. Durante a cobertura das eleições de 2018, especialmente em meio ao segundo turno do pleito para a Presidência da República, [a mídia brasileira adotou uma postura subserviente](#) às imposições do candidato Bolsonaro, deixando de realizar debates com a recusa de participação deste e, ao mesmo tempo, oferecendo espaço para a realização de entrevistas com ele, o que colaborou para esvaziar a comparação entre propostas e planos de governo. A despolitização da campanha eleitoral também foi produzida pela mídia ao [nivelar os atos da militância de ambos os candidatos](#), como se ambos os lados praticassem agressões físicas de modo semelhante e realizassem as mesmas ameaças. Depoimentos dos próprios candidatos e as notícias sobre atos de violência publicadas pela mídia evidenciam que tais agressões, que os [ataques à liberdade de expressão e de imprensa](#) e a apologia à censura e à tortura são de exclusividade da candidatura de Bolsonaro. A recusa da mídia em denominar o candidato como representante da extrema-direita também é parte da desinformação eleitoral.

Se parte da mídia nacional permite esse processo por omissão ou táticas sutis de manipulação, no caso do portal O Antagonista, há um protagonismo na construção de um imaginário popular favorável a Bolsonaro e da difusão do discurso antipetista, com pouca base jornalística. As mesmas práticas sensacionalistas e a mesma falta de rigor que marcam as ações de seus sócios do mercado financeiro, inspirados nos donos norte-americanos, são amplamente utilizadas no portal.

Participaram da construção desse imaginário antipetista desde os veículos tradicionais de comunicação até redes articuladas de perfis falsos em redes sociais de extrema-direita – [algumas delas desativadas pelo Facebook em 2018](#)– e a mídia voltada particularmente ao antipetismo, da qual O Antagonista é, provavelmente, o principal representante. Todas essas mídias colaboraram, à sua maneira, para a difusão do ódio à política e à esquerda e para o reforço de um discurso punitivista seletivo. Entre as vítimas, a democracia.

***André Pasti** é mestre em Geografia, professor do Cotuca/Unicamp, integrante do Conselho Diretor do Intervozes e coordenador da pesquisa MOM-Brasil; e **Luciano Gallas** é pesquisador do MOM-Brasil, jornalista, mestre em comunicação e integrante do Intervozes.

Especial Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil

- 1 [Investigando os donos da mídia no Brasil pós-golpe](#)
- 2 [Mídia e interesses empresariais: quem controla a notícia no Brasil?](#)
- 3 [Igrejas cristãs no topo da audiência](#)
- 4 [Mídia, religião e política: igrejas cristãs intensificam presença na esfera pública](#)
- 5 [Afiliações políticas na mídia brasileira](#)
- 6 [Na internet, a combinação de novas e velhas formas de concentração](#)
- 7 [Regulação da mídia: a invisibilidade de uma agenda essencial à democracia](#)
- 8 [Mídia antipetista: quem controla “O Antagonista”?](#)
- 9 [Agronegócio e mídia brasileira: onde duas monoculturas se conectam](#)

6. Mídia compromete a democracia naturalizando absurdos de Bolsonaro, diz Kennedy Alencar

Para jornalista, é assim que as democracias morrem: com a imprensa se abstendo de mostrar a verdade sobre um presidente incapacitado para o cargo

Jornal GGN - 24/07/2019 - <https://jornalgggn.com.br/artigos/the-intercept-brasil-aponta-caminhos-para-recuperar-a-credibilidade-do-jornalismo-por-tania-giusti/>

Jornal GGN – Quando Jair Bolsonaro chama nordestinos de “paraíbas” e sugere que um governador não deve ter nada do governo federal, ele não está

criando uma “polêmica”, mas falando um “absurdo” que deve ser exposto, criticado e duramente condenado pelos meios de comunicação.

Essa é a avaliação do jornalista Kennedy Alencar, que nesta semana deu vários sinais de indignação com o papel da mídia na naturalização das falas e propostas mais grotescas de Bolsonaro.

Para Kennedy, “ao classificar absurdos (...) como polêmicas, jornalistas pegam leve com o presidente da República e normalizam condutas que não devem ser normalizadas numa democracia plena. Recorrer a eufemismos para normalizar absurdos do presidente da República é como as democracias morrem. É coisa de república de bananas”, disparou.

No episódio dos “paraíbas”, por exemplo, a “polêmica” é, na verdade, “uma manifestação de xenofobia, preconceito, ignorância e, por último, covardia.”

Quando Bolsonaro defende o fim da multa de 40% do FGTS, há polêmica, pois é possível abrir uma discussão contra ou a favor da medida com bons argumentos dos dois lados. Mas quando ele diz que o desemprego é culpa dos direitos trabalhistas, e que “o brasileiro terá um dia de escolher entre direitos trabalhistas e emprego”, ele não está abrindo uma polêmica, ele está falando um “absurdo” que deveria ser condenado pelo jornalismo de qualquer meio.

O mesmo vale para o caso do Inpe, com Bolsonaro tentando desqualificar dados apenas porque eles não o agradam.

“O presidente da República está errado. Enfim, vale dar uma olhada nos dicionários para entender o significado de polêmica. Quem quiser passar pano para os absurdos de Bolsonaro, pode, pelo menos, fazê-lo com mais lealdade à inculta e bela. Vale dar uma olhadinha no Aurélio, tá ok?”

7. A era da sandice profunda: três origens identificadas

REVISTA IHU ON-LINE

24 Julho 2019 - **Bruno Lima Rocha**,

No texto que segue, me arrisco a indicar três origens, ou vertentes, da sandice que assola o **debate político brasileiro**, contaminando a esfera pública do país, os conglomerados oligopolistas da opinião publicada e a **legião de robôs** reproduzindo mistificações que reforçam a ignorância coletiva. Não é um tema fácil embora evidente. Trata-se de um processo cujo ápice – no tempo presente – está na própria comunicação política do presidente da república, **Jair Messias Bolsonaro**.

Uma breve genealogia da sandice que assola a política brasileira

Estava calculando o tempo gasto e dedicado pela chamada "**nova direita**", não os *Coisominions* (os que comumente são apelidados nas redes sociais de *Bolsominions*), mas o conjunto de **ultraliberais** vindos à público a partir dos cursinhos da **Atlas Network** e tive uma constatação. Estamos diante de um **modelo de negócios**, onde essa gente monetarizou a baixaria e mudou o paradigma do debate político. Como foram treinados e receberam bolsas para a "lavagem cerebral" (confundindo propositadamente uma abordagem doutrinária com a necessidade de teorias de médio alcance), sua missão é se tornarem "empreendedores comunicacionais". Assim, através das redes sociais, os ex-bolsistas da Atlas, reprodutores dos índices da **Heritage Foundation, Fraser Institute, Montpelerin Society** (dentre dezenas de outros) divulgam a causa das grandes transnacionais, mas também adquirem valores do capitalismo, como status e reconhecimento. O problema é que os jovens arrivistas abriram as cloacas ou legitimaram o mundo sem noção já existente.

Aberta a porteira, o processo é incontrolável. Danem-se os fatos e as teorias de fronteira, justo àquelas que conversam com as realidades e dão existência concreta às doutrinas ideológicas. Não. Que venha a absoluta insensatez e mistificação do debate. Pronto, abriram os portões do inferno para a **ascensão do conservadorismo imaginário**, buscando "conservar" um ocidente heteronormativo perverso e que no **Brasil** ainda foi colonial e escravocrata.

Indo na raiz do processo, temos de dar razão ao jornalista **Luis Nassif**. As manadas foram antecedidas pelos **conglomerados de mídia**, hoje atacados pelas **redes e robôs bolsonaristas**, tal qual ocorre nos **EUA**. Assim, hoje gente da direita lúcida como **Reinaldo Azevedo** cumpre a triste sina do **Correio da Manhã** de ressaca após os vergonhosos editoriais de **Fora e Basta** em 1964. Nesta esteira contemporânea seguem **Folha, Estadão, Veja** (ainda flertando com o horror sensacionalista) e mais recentemente os "colonistas" do sistema financeiro - citando o imortal **Paulo Henrique Amorim - Miriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg**. A que ponto a sandice chegou!

Os neopentecostais bloquearam o debate político e atingiram até o protestantismo tradicional

Recentemente em um podcast afirmei que o que mais faz falta hoje no **Brasil**, para a luta ideológica me refiro, são programadores e teólogos. Sei que estou sendo injusto, porque há todo o esforço do pessoal do software livre e temos a trajetória heroica tanto da [Teologia da Libertação](#) como a da Missão Integral. Também reconheço, ainda de forma autocrítica, que mais observo do que entendo esse processo. Mas essa ironia citada no programa de áudio meio realista se deu por uma razão. Percebo que estamos diante de um **bloqueio do debate político**. Isso no país de três terços, tomando em conta o suposto apoio aferido ao **desgoverno Bolsonaro** no **Datafolha**.

Não me assusta tanto a difusão do [ultraliberalismo](#) e nem das afirmações estúpidas do astrólogo [Olavo de Carvalho](#). Óbvio que dá pena ver o bom debate econômico e a astrologia séria ambos sendo vilipendiados por usurpadores. Mas isso dá para confrontar.

O mais difícil é contrapor a interpretação capitalista do Velho Testamento como fazem os exploradores da fé alheia em dezenas de "igrejas" dedicadas ao proselitismo conservador e a blasfêmia do significado de Jesus da Palestina. Sei que é fácil dizer e difícil de realizar, mas ou se faz um mutirão entre a ala sana e comprometida do protestantismo praticado no Brasil, ou isso aqui vai virar os Estados Unidos em termos de demência coletiva. Se é que já não viramos.

Não estamos distantes de uma absoluta mistificação do debate político e da ausência de uma esfera pública popular, sendo esta um eterno projeto de poder da militância da democracia na comunicação. Segundo o jornal **The Intercept**, o presidente [Jair Bolsonaro](#) mentiu mais de 200 vezes desde que assumiu. Sem exagero algum tudo comprovado. E como desmontar as falácias?

Vestígios das origens da demência que se pretende porta-voz do homem comum

Recentemente li um [artigo no Medium](#) a respeito da **Tsargrad TV**, afirmando ser esta emissora a **Fox News da Rússia**. Trata-se de um texto bastante especulativo por sinal, mas que explica bem as relações da **Fox News** e a "filosofia do homem comum", defendida por **Olavo de Carvalho** e sua legião. Recordo que na década de '90, após a vitória do democrata (amigo do mercado financeiro) **Bill Clinton**, houve uma aliança chamada **Neocon** (neoconservadores) e **Telecon** (tele-evangelistas), pautando o debate político no cenário doméstico do Império. Esta nova (velha) direita mais à direita foi além do pior da mescla entre **Nixon** e **Reagan**, a última referência do Partido Republicano. Alimentou tal metástase ideológica a empresa do famigerado **Rupert Murdoch** (e hoje seus descendentes liquidando parte do conglomerado), alterando de vez o debate político e o "telejornalismo" dos Estados Unidos. A era de ouro do ofício e da indústria do jornalismo defendia a ideia da verdade radicalizada na política, como parte de uma democracia de avançada no coração do ocidente. O auge foi na cobertura de **Watergate**, e todos somos produto disso até hoje. Para contrapor a teoria da brecha e da verdade em si, é preciso ir fundo no inconsciente coletivo do coração da **AmeriKKKa**. A **Fox News** conseguiu - e consegue ainda - disseminar a desinformação "legitimada", reproduzindo a estupidez como referência em vários países, Brasil inclusive.

Também na primeira etapa pós Bipolaridade, no meio da mais profunda **crise da Rússia** (no caos do governo **Gorbatchov** e depois no período **Boris Yeltsin**, já sem a **União Soviética**), as peripécias do propagandista místico e pretense **Rasputin Alexander Dugin** ganharam forma. Em 2014, Dugin foi supostamente demitido na **Universidade Estatal de Moscou** (fato nunca comprovado, pois alegam que ele teria se afastado) e, “coincidentemente”, o jovem oligarca **Konstantin Malofeev** começou a montar uma rede de difusão da **Ortodoxia Russo-Bizantina**. Em abril de 2015 a **Tsargrad TV** é fundada tomando como referência a Fox News. Adivinhem quem trabalha na emissora e sem uma função explícita embora sempre presente? O próprio misticador **Alexander Dugin**, editor oculto. **Olavo de Carvalho** “debateu” com o mesmo, e há certa correlação entre ambos, ainda que o astrólogo alegue o contrário. Vale observar o “prêmio desgraça nacional”. O professor russo é uma farsa intelectual na sua propaganda intolerante, mas enfrentou o estudo formal, sendo doutor em sociologia, ciência política e filosofia ([veja aqui](#)). Já o “professor” **Olavo...**